

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LILIAN EMANUELI MARQUES

**A CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO-
CMSI: FOCO NAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO**

Belo Horizonte

2012

LILIAN EMANUELI MARQUES

**A CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO-
CMSI: FOCO NAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento-GIC

Orientadora: Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro

BELO HORIZONTE

2012

Marques, Lilian Emanuelli.

M357c

A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação-CMSI [manuscrito] : foco nas Políticas de Informação / Lilian Emanuelli Marques. – 2012.
144 f. : il., enc.

Orientadora: Marta Macedo Kerr Pinheiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 121-128
Anexos: f. 129-144

1. Ciência da informação – Teses. 2. Políticas públicas de informação – Teses. 3. Sociedade da informação – Teses. 4. Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação – Teses. 5. Inclusão digital – Indicadores – Teses. I. Título. II. Pinheiro, Marta Macedo Kerr. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 004:316



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"A CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - CMSI: FOCO NAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO"

Lilian Emanuelli Marques

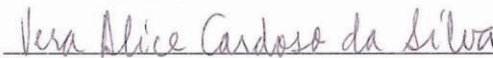
Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Mestre em Ciência da Informação**", Linha de Pesquisa: "**Gestão da Informação e do Conhecimento - GIC**".

Dissertação aprovada em: 06 de dezembro de 2012.

Por:



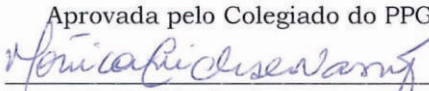
Prof. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro - ECI/UFMG (Orientadora)



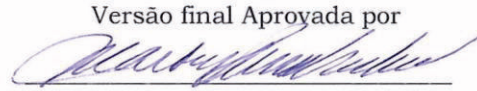
Prof. Dra. Vera Alice Cardoso da Silva - FAFICH/UFMG



Prof. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI


Prof. Mônica Erichsen Nassif
Decano do Colegiado do PPGCI

Versão final Aproxada por


Prof. Marta Macedo Kerr Pinheiro
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **LILIAN EMANUELI MARQUES**, matrícula:
2010660093

Às 14:00 horas do dia 06 de dezembro de 2012, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 04/12/2012, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado ***A cúpula mundial sobre a sociedade da informação - CMSI: foco nas políticas de informação***, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Área de Concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento - GIC. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro - Orientadora	APROVADA
Profa. Dra. Vera Alice Cardoso da Silva	APROVADA
Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro
ECI/UFMG (orientadora)

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2012

Profa. Dra. Vera Alice Cardoso da Silva
FAFICH/UFMG

Profa. Dra. Adriana Bogliolo Sirihal Duarte
ECI/UFMG

Profa. Mônica Erichsen Nassif
Decano do Colegiado do PPGCI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

Para as pessoas que se dispõem a lutar pelo bem comum, que abdicam de seu conforto para socorrer a quem tem necessidade. Dedico também a quem acredita que a educação e o conhecimento são fundamentais para a conquista da liberdade e da autonomia.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de demonstrar àqueles que fazem parte de nossa caminhada e sabem das nossas lutas o quanto nos são caros e importantes.

Primeiramente, agradeço a Deus, por tudo o que, milagrosamente, me concede todos os dias. Agradeço de modo particular:

- à minha família, meu chão, minha raiz, especialmente a meus pais, Maria e Gastão, meus irmãos, Edson, Eder, Arlete, Greissz, Gonimar, Juninho e Zaninha, minhas madrinhas Flávia e Luciana, e meus sobrinhos Jordan, Arthur e Pietra, pela constante torcida, incentivo, amor, por acreditarem em minhas vitórias e por me compreenderem e aceitarem como sou;
- ao Diego, cúmplice, parceiro, paciente e solícito, pelo amor que a mim dedica e pela compreensão em todos os momentos, especialmente durante o período de realização desta pesquisa;
- à Professora Marta Macedo Kerr Pinheiro, pela generosidade e segurança durante o processo de orientação, pelo conhecimento compartilhado, pela atenção e tempo a mim dedicados, por ter abdicado do seu conforto e aceito mais este desafio;
- à Professora Alcenir Soares dos Reis, responsável por grande parte do conhecimento que adquiri durante o período de realização desta pesquisa, pela generosidade;
- à Professora Vera Alice Cardoso Silva, membro da banca examinadora, pelas contribuições que em muito enriqueceram esta pesquisa e auxiliaram no entendimento sobre o aspecto político que envolve a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, principalmente por sua contribuição com as conclusões;
- à Professora Adriana Bogliolo Sirihal Duarte, também membro da banca examinadora, pela participação atenciosa e cuidadosa, pelas contribuições que foram essenciais para melhor compreensão sobre a pesquisa e os resultados obtidos;
- aos colegas da Pós-Graduação, pelas trocas de experiências e pela amizade, em especial, às companheiras de aula que se tornaram grandes parceiras: Joice, Paula, Ariane, Luciana Emirena, Tatiane, Luciana Mara, Lívia, Ráisa e Inês;
- aos caros colegas de trabalho e amigos Adalberto, Amanda, Célia, Consuelo, Cristina, Geraldo e Maria Helena pela compreensão e suporte ao longo do exaustivo período de conciliação entre estudos e trabalho; e também aos colegas Marcos, Olímpia e Gislene, pelo apoio, especialmente à Terezinha e à Leila, pelas conversas acalentadoras e pelo incentivo;

- à Cris, grande amiga e incentivadora, e aos demais amigos queridos, cujos nomes não citarei, pois posso incorrer no lapso de não mencionar algum, pelo apoio, pelas palavras de incentivo, pelas orações, por compreenderem minha ausência;
- às minhas companheiras de casa, Patrícia e Joana, pela parceria e paciência;
- à Escola de Ciência da Informação da UFMG, pela acolhida; a seu corpo docente, pelo conhecimento transmitido e compartilhado; a seus funcionários Técnico-Administrativos em Educação, pela presteza e solicitude.

Enfim, agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a concretização deste sonho, seja através do incentivo, do carinho, da compreensão, das orações, seja de qualquer outra forma de apoio que tenham generosamente oferecido. Saibam que foram essenciais para meu amadurecimento e desenvolvimento acadêmicos e para meu conseqüente crescimento profissional.

DAS UTOPIAS
Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!
Mário Quintana

RESUMO

A Sociedade da Informação modifica as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais dos países e cria a necessidade do estabelecimento de políticas que atendam a tais transformações. Destacam-se neste cenário de mudanças, discussões relativas ao acesso à informação e aos atores responsáveis pela função de democratizá-lo, bem como a consciência de que alguns países detêm o controle das tecnologias de informação e comunicação e da própria informação e, portanto, podem acumular mais poder. Nesse contexto, vários países solicitaram interferência de um órgão maior, a Organização das Nações Unidas - ONU, uma vez que a informação não é fácil de ser controlada, excedendo facilmente barreiras nacionais, devido, principalmente, à rapidez com que se dá o avanço tecnológico. Em face dessas razões e por ser a informação objeto de estudo e de preocupação de vários países, demandando o desenvolvimento de políticas públicas voltadas tanto para sua gerência, controle, uso, disseminação, quanto para a democratização do acesso e da inclusão digital, considerou-se oportuno desenvolver uma análise acerca da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação-CMSI, convocada pela ONU e organizada pela União Internacional de Telecomunicações-UIT e realizada em duas fases que ocorreram em Genebra – 2003 e em Túnis – 2005. O objetivo foi conhecer a Cúpula, saber sua origem, seus propósitos e qual seu atual cenário, considerados os sete anos desde seu acontecimento e a proximidade de 2015, ano estabelecido como prazo final para o cumprimento das metas acordadas internacionalmente. Objetivou-se ainda investigar qual tipo de avaliação possibilitaria aferir os resultados obtidos após o evento, a partir da compreensão da CMSI como um subdomínio das políticas de informação. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental a partir da análise da base de dados da Cúpula, a *WSIS Stocktaking Platform* e dos seus documentos finais, através da adoção de indicadores de inclusão digital e da localização da interface entre o conceito de Competência Informacional e as linhas de ação propostas pela CMSI para o desenvolvimento da Sociedade da Informação. Concluiu-se que os indicadores de inclusão digital auxiliam no processo de compreensão sobre os objetivos da CMSI e na investigação de seus resultados, apesar da carência de indicadores que possam aferir o uso das tecnologias de informação e comunicação-TICs e o fenômeno causado por esta tecnologia sobre a sociedade. Verificou-se também que o desenvolvimento de Competência Informacional constitui um dos objetivos da CMSI, principalmente no que tange ao desenvolvimento de habilidades para usufruir das TICs, cuja expansão se dá através da criação de programas de inclusão digital e do desenvolvimento de políticas de informação, embora o termo não esteja explicitado nos documentos.

Palavras-chave: Cúpula Mundial. CMSI. Políticas de informação. Sociedade da Informação. Políticas públicas de informação. Inclusão Digital. Indicadores de inclusão digital. Competência informacional. WSIS.

ABSTRACT

The Information Society modifies the economic, political, social and cultural structures of the nations and creates the need of establishing new policies that meet these transformations. In this scenario of changes, stand out discussions related to the access to information and to the actors responsible for the task of democratizing it. It also stands out the awareness about the fact that some countries detain the control of information and communication technologies and of information itself what can, therefore, help them accumulate more power. United Nations - UN, due to the fact that the information is not easily controlled, easily In this context, several countries have requested the interference of a higher organization, the exceeding national barriers, mainly because of the fast technological development. Because of the exposed reasons and because the information has being an object of study and of concern to many countries, requiring the development of public policies, both for its management, control, use, dissemination, and for the democratization of access and digital inclusion, it was considered appropriate to develop an analysis about the World Summit on the Information Society-WSIS, convened by UN, organized by the International Telecommunication Union-ITU and carried out in two phases that occurred in Geneva/2003 and in Tunis/2005. The objective was to understand the Summit, knowing its origin, its purposes and what its current scenario is, regarding the seven years passed since its happening and the proximity of 2015 established as the deadline for achieving the internationally agreed goals. It aimed also to investigate which type of evaluation would enable to measure the results after the event, from the understanding of the WSIS as a subdomain of information policies. from the analysis of the database of the Summit, the *WSIS Stocktaking Platform* and from the Facing the proposed objectives, it was developed a bibliographical and documentary research final documents of WSIS, through the adoption of digital inclusion indicators and the location of the interface between the concept of Information Literacy and the goals proposed on the *WSIS Action Plan* for the development of the Information Society. It was concluded that the digital inclusion indicators help in the process of understanding the goals of WSIS and its results, despite the lack of indicators that can measure the use of information and communication technologies-ICT and also the phenomenon caused by this technology on society. It was also found that the development of Information Literacy is one of the goals of the WSIS, especially regarding the development of skills to take advantage of ICTs, which expansion happens through the creation of digital inclusion programs and the development of information policies, although the term is not explicit in the documents.

Keywords: World Summit. WSIS. Information policies. Information Society. Public information policies. Digital Inclusion Indicators. Information Literacy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	-	Processos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação	63
Figura 2	-	Logomarca da Plataforma da CMSI	91
Figura 3	-	Campo de busca da base de dados <i>WSIS STOCKTAKING</i>	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	-	Total de projetos por <i>Stakeholder</i>	97
Gráfico 2	-	Total de projetos por cobertura geográfica	97
Gráfico 3	-	Desenvolvimento global de TIC	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	-	Número de participantes na primeira fase da CMSI	66
Tabela 2	-	Número de participantes na segunda fase da CMSI	71
Tabela 3	-	Linha de Ação C2	99
Tabela 4	-	Desenvolvimentos de TIC-mundo	102
Tabela 5	-	Acesso a Internet no mundo	103
Tabela 6	-	PNAD TIC domicílios 2005	104
Tabela 7	-	PNAD TIC domicílios 2008	104
Tabela 8	-	A Linha de Ação C4	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Subdomínios da política de informação	50
Quadro 2	-	Total de celulares no Brasil	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CMSI - Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação

EEUU - Estados Unidos da América

ESI - Entorno da Sociedade de Informação

FGI - Fórum de Governança da Internet

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IDC - International Data Corporation

ISI - Indicador da Sociedade da Informação

MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MRE - Ministério das Relações Exteriores

ODMs - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ONG - Organização não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

TFFM - Task Force on Financial Mechanisms

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

UIT - União Internacional das Telecomunicações

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WSIS - World Summit on the Information Society

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2. VIVER EM SOCIEDADES DE INFORMAÇÃO	26
2.1 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - CONCEITOS	27
2.2 A SOCIEDADE DA INFOEXCLUSÃO	34
2.2.1 Exclusão Digital, Inclusão Digital, Infoinclusão e Competência Informacional - conceitos	36
2.3 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL.....	38
3 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO	42
3.1 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA DE INFORMAÇÃO- CONCEITOS.....	43
3.2 INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E PODER	51
3.3 INDICADORES DE INCLUSÃO DIGITAL – FOCO PARA AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO	56
4. AS CÚPULAS DAS NAÇÕES UNIDAS	60
4.1 CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO-CMSI: DAS ORIGENS À ATUALIDADE	61
4.1.1 Primeira fase - Genebra	66
4.1.2 Segunda fase - Túnis	71
4.2 AS RESOLUÇÕES DA FASE FINAL DA CMSI	73
4.2.1 Mecanismos de Financiamento	73
4.2.2 Governança da Internet	75
4.2.3 Implementação e avaliação	77
4.3 A CMSI E O BRASIL	79
5 PERCURSO METODOLÓGICO	83
5.1 OS INDICADORES DE TICs	87
6 A CMSI EM ANÁLISE	90
6.1 A <i>WSIS STOCKTAKING</i> – REAVALIANDO A CMSI	91
6.2 A LINHA DE AÇÃO C2: INFRAESTRUTURA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO- FUNDAMENTO BÁSICO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	98
6.3 A LINHA DE AÇÃO C4 – CRIAÇÃO DE CAPACIDADES	107
7 CONCLUSÕES	113
REFERÊNCIAS	121
ANEXO A - QUESTIONÁRIO CMSI	129
ANEXO B - CONCLUSÕES FINAIS DO ENCONTRO TEMÁTICO SOBRE MEDIÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	135

1 INTRODUÇÃO

*Two roads diverged in a wood, and I...
I took the one less traveled by,
And that has made all the difference.
(Dois caminhos se separaram em um bosque e eu ...
Eu escolhi o menos percorrido
E isso fez toda diferença).
Robert Frost*

Os grandes embates vivenciados nos contextos social, econômico, político e cultural da contemporaneidade apontam para a direção de discussões que visam a compreender o que vem ocorrendo desde o período pós Segunda Guerra Mundial, o que se vive na sociedade contemporânea e, ainda, o que ocorrerá com o futuro das sociedades. Essas discussões se assentam em estruturas e valores que têm a informação, o conhecimento e a tecnologias como pilares. Assim como a informação, termo polissêmico, esta era tem denominações variadas, dentre as quais, Sociedade Pós-Industrial, Sociedade do Conhecimento, Sociedade da Inovação ou, mais usualmente, Sociedade da Informação.

Definida como fruto do avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs, responsáveis pelo encurtamento de distâncias, praticamente anulando a dimensão espaço-temporal, e também pela ampliação das interações entre os países, o que colocou produtos, pessoas, sistemas, culturas, bens tangíveis ou não, em uma grande rede, com possibilidade de acesso dos diversos povos, a Sociedade da Informação-SI, portanto, define as bases de poder do atual contexto político-socioeconômico global.

O surgimento desta sociedade deve-se ao deslocamento da estrutura econômica, que já foi a terra - Sociedade Agrária, a fábrica - Sociedade Industrial, e hoje, a informação, a qual, segundo aponta a literatura, é emancipadora e essencial para a obtenção de êxito nos negócios e demais áreas de atuação, se consideradas a velocidade dos fluxos de informação e os mercados, cada vez mais competitivos e internacionalizados, comandados pelos avanços das TICs, também apontadas como “novas” forças de trabalho.

O poder informacional e seu controle, assim como os poderes econômico, político e cultural, concentra-se entre as nações hegemônicas. Estas, por sua vez, tornam os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos reféns de seus sistemas e, "informacionalmente" dependentes. Neste sentido, tendo como um dos seus objetivos a redução da mencionada disparidade de domínio do poder, foi criada a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação - CMSI (*World Summit on the Information Society-WSIS*), convocada pela Organização das Nações Unidas - ONU, a qual buscou atender à demanda de vários países

preocupados com a concentração de poder nas mãos das nações que dominam os meios de controle e uso da informação. O grande objetivo da Cúpula Mundial e um de seus desafios, segundo Sathler (2005), foi convocar a sociedade civil a participar das discussões que perpassam a Sociedade da Informação.

A CMSI foi pensada pela primeira vez em 1998, por iniciativa da Conferência Plenipotenciária da União Internacional das Telecomunicações - UIT, durante a qual se reconheceu o aumento cada vez maior do fosso digital existente entre pessoas com e sem acesso à informação, em oposição à evolução das TICs. Convocada pela Organização das Nações Unidas e organizada pela União Internacional das Telecomunicações - UIT com a contribuição da UNESCO, a CMSI foi preparada através de pré-conferências intergovernamentais regionais e ocorreu em duas fases, sendo a primeira em Genebra, na Suíça, em 2003 e a segunda em Túnis, na Tunísia, em 2005.

Ao final das duas rodadas da CMSI, foram publicados quatro documentos finais: a *Declaração de Princípios de Genebra*, o *Plano de Ação de Genebra*, o *Compromisso de Túnis* e a *Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação*, tendo sido estabelecido um prazo, até o ano de 2015, para o cumprimento das metas estabelecidas durante as duas rodadas. A partir de 2006, a CMSI passou a ter fóruns anuais, os quais objetivam discutir os temas principais que perpassam a Sociedade da Informação, dar continuidade aos debates emergidos durante as suas duas fases e fazer atualizações, de acordo com o desenvolvimento/andamento das metas.

A CMSI, assim como muitos outros eventos, foi, e tem sido, mais uma das iniciativas para a construção da Sociedade da Informação global. Alguns autores adotam a perspectiva de que os programas, as políticas e as ações governamentais de sociedade da informação são “iniciativas orientadas para promover - tecnologicamente - o aprofundamento nos processos de internacionalização da economia e de generalização do consumo, sob a hegemonia dos EEUU¹” (BEMFICA; CARDOSO; FARIA, 2003, p. 185). Os estudos de Bemfica (2002) apontam para um descompasso entre o discurso explicitado nos documentos oficiais, os quais enfatizam o ideário de desenvolvimento justo e igualitário dessa sociedade centrada em informação, e a realidade.

Esta e outros autores, dentre os quais se destacam Lopes (2008), Dantas (2006, 2010), Dupas (2001, 2005), Eisenberg, Cepik (2002), tecem críticas semelhantes a esta sociedade. Não ao papel central da informação nesse contexto, mas ao fato de haver grande incoerência entre o discurso estabelecido pelos propositores do desenvolvimento da SI e a forma como ela realmente se dá na prática.

¹ EEUU-Estados Unidos da América

Influenciada pelo atual contexto, que é marcado pelo discurso da pós-modernidade, ou seja, pelo fim da chamada bipolaridade de sistemas econômicos (capitalismo x socialismo) num cenário de mundialização da economia e da cultura -, as ciências sociais vêm passando por uma revisão em seus paradigmas. A literatura aponta a necessidade de entender esse período a partir da valorização das culturas locais e dos novos significados que surgem a partir do que se entende como ciência. No contexto atual, no qual se vislumbra a possibilidade de a revolução tecnológica contribuir para a redução das desigualdades sociais, um dos desafios das ciências sociais é entender os impactos das TICs na Sociedade da Informação.

Pode-se inferir que, conseqüentemente, um dos desafios da Ciência da Informação é compreender a informação e sua centralidade nesta realidade múltipla, seja como mercadoria ou “bem intangível”, seja como modificadora, não só do conhecimento até então construído, mas também de outras informações e de conceitos ou contextos existentes e, obviamente, compreender os desdobramentos ou conseqüências do vigente processo de intensificação da presença das TICs na sociedade.

As demandas da Sociedade da Informação são muitas e variadas. Diversos são os questionamentos existentes na literatura da área e múltiplas são as necessidades de se realizar pesquisas empíricas, que visem à compreensão sobre como pode a “informação” ganhar tamanha força e modificar as bases da vida social, política, econômica e cultural. Assim sendo, considera-se o que assinala Lopes (2008), sobre o fato de a natureza das informações produzidas depender do destino dessas informações: “por isso é importante distinguir os diferentes contextos nos quais a investigação se inscreve e também os diversos objetivos que persegue” (LOPES, 2008, p.86).

Embora a literatura que aborda o tema *Sociedade da Informação* seja extensa, e também existam estudos sobre as iniciativas para o desenvolvimento desta sociedade, entende-se que a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação ainda não foi explorada de forma suficiente a tornar claros e amplamente públicos seus objetivos e os resultados que tem atingido. O contexto narrado e os objetivos deste estudo estão relacionados com a necessidade de aprofundar pesquisas, especificamente no domínio das políticas de informação.

Esta pesquisa tem como proposta investigar a Cúpula Mundial com base em informações contidas na *WSIS Stocktaking Platform (Plataforma de Avaliação da CMSI)*, gerada a partir do *Golden Book (Livro de Ouro)*, que foi lançado oficialmente em 24 de fevereiro de 2006 durante a Reunião de Consulta dos Facilitadores/Moderadores das Linhas de Ação da CMSI, convocada pela União Internacional das Telecomunicações, pela UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, em

Genebra². Em conjunto, essas três organizações, representam os três pilares da Sociedade da Informação: infraestrutura, conteúdo e desenvolvimento, segundo apontam as Nações Unidas.

A *Plataforma de Avaliação da CMSI* é um banco de dados no qual são registrados (ou deveriam ser) os trabalhos que vêm sendo feitos ao redor do mundo para promover as Tecnologias de Informação e Comunicação em projetos, grandes ou pequenos, propostos por governos, indivíduos ou equipes, e que visem ao benefício de todos. Segundo o site da CMSI, esta base de dados “fornece exemplos de inovativos projetos para construir infraestrutura, promover TICs em educação, saúde e governança, garantir acesso seguro e aumentar a segurança *online*”, entre outras questões ligadas à tecnologia e ao acesso.

A partir da leitura de autores que desenvolveram estudos sobre as iniciativas para o desenvolvimento e constituição da Sociedade da Informação, tal como Bemfica (2002) e Bemfica; Cardoso; Faria, (2003, 2005) e de teóricos que contribuíram para o campo da Ciência da Informação abordando as mudanças trazidas pela evolução das TICs e a centralidade da informação, tais como Castells (2003, 2006), Dantas (2003, 2006, 2010), Lopes (2008, 2010), Herscovici (2010), Mattelart (2006), Sorj (2003), entre outros, esta pesquisa foi realizada, buscando compreender quais os propósitos para a criação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: o contexto histórico e os motivos que levaram à sua realização com vistas a investigar o atual panorama com os resultados obtidos, sob a luz das principais linhas teóricas que auxiliam na compreensão do tema. Importante destacar que também houve a preocupação em averiguar o que tem sido desenvolvido nacionalmente para atender o acordo firmado durante a CMSI.

Em pesquisa realizada para a conclusão do curso de Especialização em Gestão Estratégica da ECI/UFMG, em 2009, verificou-se, a partir de uma análise primária dos quatro documentos gerados ao final das rodadas da CMSI que, desde o início da década de 1990, vêm sendo desenvolvidas iniciativas no sentido de se constituir a Sociedade da Informação de forma mais justa e igualitária. Verificou-se também a existência de um discurso dos governantes das nações, de modo geral, no sentido de democratizar o acesso à informação através da expansão das TICs. Constatou-se que as metas estabelecidas pela CMSI, podem, inclusive, servir como informação estratégica para que os países possam desenvolver políticas nacionais de informação.

Nota-se que o atual cenário é de análise e avaliação dos propósitos estabelecidos durante as duas fases da CMSI, ao considerar a WSIS + 10³, processo iniciado em 2011

² As informações sobre a CMSI foram obtidas no site oficial www.itu.int/wsis e foram traduzidas livremente do inglês (ou do espanhol) para o português pela pesquisadora.

que consiste em uma revisão geral da implementação dos resultados da CMSI, que deverá ocorrer até 2015. Dado este cenário, considera-se pertinente averiguar se há necessidade de mais prazo para o cumprimento do plano de ação ou se o processo de implementação das metas da Cúpula está estagnado.

Ao considerar o atual contexto da Ciência da Informação e o cenário em que suas pesquisas e investigações se desdobram, descritos por Lopes (2008), momento este em que as ciências sociais vêm passando por uma revisão em seus paradigmas, como mencionado anteriormente, avalia-se ser pertinente o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema políticas de informação, por ser função de tais políticas estabelecer diretrizes e regulamentar a forma como se dará o desenvolvimento da SI e assegurar que este processo ocorra realmente de forma mais igualitária.

Dada sua importância, o tema *políticas de informação* tem sido bastante explorado em diversas áreas do conhecimento. No entanto, segundo os próprios pesquisadores, é um tema que ainda busca fortalecimento e amadurecimento teórico. A presente pesquisa poderá servir como incentivo ao desenvolvimento de outros estudos sobre o assunto, contribuindo para a Ciência da Informação, pois como afirma Jardim, esta é uma análise "[...] pouco exercitada. Seu alcance teórico e metodológico merecem a atenção dos profissionais da CI que se voltam para a pesquisa, o ensino e a gestão de políticas públicas de informação" (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 4). Políticas estas, que vêm sendo desenvolvidas no sentido de democratizar o acesso à informação entre as diversas classes sociais através da criação de uma infraestrutura arrojada de tecnologia da informação e comunicação, com vistas à redução da *digital divide* (marginalização digital⁴), ou seja, à redução da desigualdade no acesso à informação e às tecnologias.

Mediante o panorama apresentado e, ao considerar o discurso dos representantes governamentais instituído durante a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, assim como o estabelecimento do ano de 2015 como prazo para o cumprimento das metas estabelecidas no *Plano de Ação* elaborado em 2003, os quais enfatizam o desenvolvimento democrático e igualitário da Sociedade da Informação, a presente pesquisa propõe visualizar a interface entre os temas políticas de informação, indicadores de inclusão digital e competência informacional, cujos conceitos, presentes em todas as políticas que visam a inclusão digital, estão apresentados no capítulo 2 e 3, respectivamente.

Esta proposta foi elaborada ao avaliar que a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, objeto empírico do presente estudo, poderia ser estudada a partir das teorias e

³ Overall Review of the Implementation of the WSIS Outcomes (<http://www.itu.int/wsis/review/index.html>).

⁴ Dentre todas as traduções encontradas para o termo, este foi escolhido, a partir de SORJ (2003), por ser o que melhor atende ao construto desta pesquisa.

conceitos trabalhados dentro das políticas de informação e que, considerada a necessidade de análise do seu progresso em relação às metas que estabeleceu, julgou-se pertinente adotar como forma de mensuração, dados estatísticos e indicadores de inclusão digital obtidos em sites de órgãos oficiais de estatísticas. Além desses aspectos, adota-se ainda na análise o conceito de Competência Informacional, uma vez que, ao se considerar que os objetivos da CMSI estão voltados para a promoção das TICs visando ao benefício de todos, o desenvolvimento de Competência Informacional torna-se fundamental, pois viabiliza a plena inclusão digital, conceito pouco preciso nos programas e projetos que visam à inserção na Sociedade da Informação (AUN; MOURA, 2007).

Mediante o panorama apresentado, foi realizado um estudo quanti-qualitativo que partiu das seguintes indagações: Qual é o atual cenário da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação-CMSI? Qual avaliação possibilita aferir o grau de realização das metas estabelecidas pela CMSI em Genebra/2003 e ratificadas em Túnis/2005?

Face às questões colocadas, definiu-se como objetivo geral investigar a evolução da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação a partir de informações obtidas em sua base de dados, a *WSIS Stocktaking Platform*, e das metas descritas no *Plano de Ação*.

Foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o contexto histórico que levou ao surgimento da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (Genebra /2003 e Tunísia/2005) e a sua estrutura e assinalar os órgãos por ela responsáveis;
- Relacionar o programa estabelecido pela CMSI para desenvolvimento da Sociedade da Informação como subdomínio de uma política de informação;
- Relacionar as ações da CSMI ao processo de construção de políticas de informação;
- Verificar a adequação da *WSIS Stocktaking Platform* (Plataforma de Avaliação da CMSI) como elemento de mensuração, acompanhamento e avaliação da referida Cúpula.

Ao se considerar como verdadeira a máxima de que o poder da atualidade é a informação (*informacionalismo*⁵) é possível supor imediatamente o grande impacto nas sociedades, principalmente com relação à democratização do acesso à informação. Uma revolução cultural, ou seja, uma grande mudança no modo de viver em sociedade e nos hábitos dos indivíduos tem sido a consequência desse processo. São essas mudanças que justificam o presente estudo, principalmente por exercitar a pesquisa sobre o tema políticas

⁵ O informacionalismo, segundo Castells (2006), foi moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX. Nele, a geração de riqueza, o exercício do poder e a criação de códigos culturais passaram a depender da capacidade tecnológica das sociedades e dos indivíduos, sendo a tecnologia da informação o elemento principal dessa capacidade.

de informação, o qual envolve diversos subtemas, dentre os quais a economia e a cultura, inerentes à mudança de paradigma com relação à estrutura contemporânea das sociedades. Além disso, como já mencionado, o tema se justifica e apresenta sua relevância, ao considerar a aparente estagnação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação diante do grande investimento realizado por mais de 170 países.

No Brasil, em termos de metas para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, existem dois documentos bastante mencionados na literatura: o *Livro Verde* e o *Livro Branco*. O *Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil* aponta uma proposta inicial de ações concretas, composta de planejamento, orçamento, execução e acompanhamento específicos do Programa Sociedade da Informação⁶, criado em setembro de 2000, antes mesmo da realização da CMSI. O *Livro Branco* deveria ter sido a consolidação de uma política, por ser a segunda fase proposta pelo Grupo de Implantação, ou seja, deveria chegar ao nível de ações concretas, através do estabelecimento de leis. Entretanto, ele se concentrou no desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), não tratando do atendimento à maior parte da sociedade brasileira em relação ao acesso a informação e a tecnologias que se apresentavam com grande impacto e exigências. Tanto que, ao ser publicado em 2002, propunha apenas que o Governo Federal daria apoio continuado à pesquisa e à inovação brasileiras, tendo sido pensado, estrategicamente, para um período de dez anos (2002-2012).

Muitas questões permeiam este cenário de “desenvolvimento da Sociedade da Informação”, e surgem questionamentos acerca do fato de tal tema estar documentado e regimentado, mas, ainda assim, existirem entraves que impedem a transformação das diretrizes em ação. Consequentemente, temas concernentes à democratização da informação e aspectos ligados à infoinclusão/inclusão digital induzem pensamentos que norteariam políticas e ações que poderiam reduzir o grande distanciamento que se estabelece entre ricos e pobres, ou entre os que têm e os que não têm acesso à informação e às tecnologias de informação.

Também ganham destaque neste cenário, discussões acerca do papel do Estado como grande responsável pela produção, controle, armazenamento e disseminação da informação, entre outros aspectos, além de movimentos que tentam convocar a sociedade civil a fazer parte dessas discussões e se inteirar sobre os aspectos que dominam as comunidades em que vivem, principalmente sobre a questão da democratização do acesso à informação, ao conhecimento e às TICs.

⁶ Informação obtida no site do Ministério da Ciência e Tecnologia
<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>

Cabe destacar, no entanto, que não é objetivo deste estudo avaliar/julgar a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação como um modelo de política de informação, mas sim, avançar no entendimento sobre o amplo leque de questões existente sobre este tipo de política, cuja demanda é crescente dada a conjuntura social em que se vive, nessas duas primeiras décadas do século XXI. Saber qual é o papel das políticas de informação, o seu campo de ação, os seus atores, é relevante e pode auxiliar no planejamento para atender demandas futuras da Sociedade da Informação.

Além desta introdução, a presente dissertação está estruturada em seis capítulos. O segundo capítulo aborda o contexto da Sociedade da Informação, que se estabelece sobre outro paradigma, com diferente modelo de produção, mudando seu domínio de produtos tangíveis (terra e indústria) para um “produto abstrato” não palpável, mas nem por isso menos valioso, ao contrário, um produto que demanda maior segurança e controle, com uma moderna concepção de uso do espaço e de produção: a informação. Dentre as várias perspectivas que compõem o conjunto de opções a serem discutidas acerca da Sociedade da Informação, podem ser citadas questões relativas à inclusão digital, ao acesso à informação e ao direito à comunicação, que refletem problemas ligados à educação, à economia, às questões ambientais, à interferência na cultura, seja esta local, regional, nacional ou internacional. Além de problemas relacionados à falta de acessibilidade às TICs, atualmente consideradas ponte de acesso à informação e que, de acordo com Mattelart (2006), devem estar acima das questões e vantagens econômicas, são explorados no capítulo, os conceitos de inclusão digital, infoinclusão e competência informacional.

O terceiro capítulo aborda as políticas de informação, suas teorias e conceitos, com destaque para o fato de que “o cenário de construção de políticas de informação tem refletido o processo de transformações em vigor” (AUN, 2001, p. 72), uma vez que vive-se uma era de grandes transformações e de mudanças de paradigmas que envolvem todo o planeta e redefinem os conceitos de criação, gestão, controle, uso e disseminação de informação. Objetiva compreender o alcance das políticas de informação e averiguar a relação entre informação, poder e conhecimento.

O quarto, por sua vez, apresenta a descrição do objeto de estudo desta pesquisa, a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. A partir de uma breve introdução sobre as Cúpulas da ONU, o capítulo apresenta o histórico sobre a CMSI, seguido pela descrição das suas duas fases, Genebra/2003 e Túnis/2005. Descreve ainda as decisões tomadas ao fim da segunda etapa e finaliza abordando a relação entre o Brasil e a Cúpula.

O capítulo quinto refere-se aos procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa, cuja proposta à adoção de indicadores de inclusão digital que possam elucidar o grau de realização das metas da CMSI.

O sexto capítulo apresenta a análise dos resultados e se inicia com a descrição e análise sobre a *WSIS STOCKTAKING PLATFORM*, Plataforma do Processo de Avaliação da CMSI. Em seguida é apresentada a *Linha de Ação C2*, analisada a partir de indicadores de acesso às TICs. E, por último, apresenta a *Linha de Ação C4*, cuja análise é feita a partir do conceito de Competência Informacional.

O sétimo e último capítulo apresenta as considerações finais, esclarece algumas limitações na realização da pesquisa e sinaliza possibilidades de estudo decorrentes da concretização deste trabalho.

2. VIVER EM SOCIEDADES DE INFORMAÇÃO

*Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade,
tampouco sem ela a sociedade muda.*
Paulo Freire

O surgimento da Sociedade da Informação-SI, como já mencionado, deve-se ao deslocamento da estrutura econômica dominante, que já foi a terra - Sociedade Agrária, a fábrica - Sociedade Industrial, e hoje, segundo aponta a literatura, é a informação - base da sociedade contemporânea, também denominada Nova Economia ou Economia do Conhecimento (BELL, 1973, 1976, 1980; CASTELLS, 2006; DANTAS, 2006; DUPAS, 2001, 2005; KUMAR, 1997; LEGEY, ALBAGLI, 2000; SORJ, 2003). Os autores referenciados possuem interpretações distintas sobre a Sociedade da Informação, entretanto, reconhecem a centralidade da informação e das TICs na estrutura social vigente. A literatura aponta não ter sido a informação em si, mas a evolução das TICs a responsável pela aceleração do processo, ainda em andamento, de construção da atual estrutura social.

Ao considerarmos seu processo de consolidação, iniciado na década de 1960, medir o seu alcance mostra-se fundamental ao se cientificar de que cada país reagiu de maneira diferente a essa estrutura, ou seja, reagiu de acordo com sua história, cultura e instituições, como afirma Castells (2006). Medir a real concretização da Sociedade da Informação torna-se pertinente, pelos paradoxos do atual cenário mundial no qual se esperava que a disseminação da informação promoveria a democracia, tornaria as pessoas mais alertas e cultas, ou que seria uma era de abundância, com vida de cultura e lazer. Embora se reconheça a centralidade da informação e os benefícios decorrentes da evolução das TICs, as esperanças de melhoria não se concretizaram em sua totalidade, pelo contrário, vê-se muita desigualdade social ampliada pela *digital divide* e também pelo uso da tecnologia de forma mecânica. A automatização do uso da infraestrutura tecnológica ocasionada pela prática de técnicas padronizadas, invariavelmente, a ausência de reflexão, de pensamento autêntico e crítico na construção do conhecimento.

Neste capítulo não se pretende esgotar o tema Sociedade da Informação, nem aprofundar suas explicações (por vezes contraditórias) ou defender os pontos de vista dos muitos estudiosos que se empenharam em estudá-la, compreendê-la e conceituá-la. Mas sim, a partir da sua compreensão e aceitação como atual estrutura social e da aceitação de que o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação desencadeou mudanças que alteraram a forma das pessoas viverem em sociedade, pretende-se

descrevê-la como cenário para o desenvolvimento de políticas de informação a serem elaboradas como possíveis soluções para os problemas advindos dessa reestruturação social.

Com o objetivo de auxiliar a compreensão desta abordagem e contextualizar a pesquisa, este capítulo foi estruturado a partir de três tópicos centrais. Primeiramente apresenta-se o conceito de Sociedade da Informação, como cenário de mudanças e como a estrutura social da contemporaneidade. A seguir, a partir da explicitação de alguns dos problemas advindos da Sociedade da Informação ou dos problemas sociais que não se resolveram com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação, são apresentados os conceitos de Inclusão Digital, Infoinclusão e de Competência Informacional. Esta última foi compreendida como condição para o pleno ingresso na Sociedade da Informação. Por último, apresenta-se breve histórico da Sociedade da Informação no Brasil.

2.1 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - CONCEITOS

Segundo Bell (1987), o que gerou a Sociedade da Informação foi a impetuosa convergência dos computadores e das telecomunicações. A combinação entre computadores, satélites, televisão, telefone, cabo de fibra óptica ligou o mundo num sistema unificado de conhecimentos. Nesse sentido, tivemos certezas preliminares de uma economia global, ao se considerar o fato de haver, pela primeira vez, compartilhamento de informações de forma instantânea pelo planeta. Bell (1973, p. 467 *apud* Kumar, 1997, p. 21) afirma que “a sociedade pós-industrial é uma sociedade de informação, como a sociedade industrial é uma sociedade produtora de bens”. E Kumar (1997, p.21) afirma que “A informação designa hoje a sociedade pós-industrial. É o que a gera e sustenta”. O autor assume, dessa forma, a centralidade da informação nesta sociedade, apesar dele mesmo afirmar que a ideia de informação em si permaneceu relativamente incompleta durante algum tempo Kumar (1997).

Na terceira onda, como assinala Kumar (1997, p. 22), “A informação pode ser processada, selecionada e recuperada para satisfazer as necessidades mais especializadas e individualizadas”, o que iniciaria a “mídia desmassificada”. O autor esclarece que esta grande mudança social esteve em gestação por mais de cem anos e que as suas primeiras amostragens se deram na forma do telégrafo elétrico, do telefone, do gramofone, do cinema, do rádio e da televisão. No entanto, o computador foi seu auge, sendo a primeira e única

máquina com capacidade de manipular e transformar informação, desempenhando funções até então efetivadas somente pelo cérebro humano (KUMAR, 1997).

Os já citados estudiosos sobre Sociedade da Informação defendem que a informação, o conhecimento e as tecnologias da informação e comunicação são os elementos centrais que governam contemporaneamente a economia, sendo essenciais para a obtenção de êxito nos negócios e nas demais áreas de atuação em um mundo de mercados mais competitivos e internacionalizados, além de contribuírem para a democratização do acesso ao conhecimento. Bell, na década de 1970, já afirmava que informação e conhecimento estavam se tornando os recursos estratégicos e os agentes transformadores da sociedade pós-industrial, da mesma forma que a combinação de energias, recursos e tecnologia mecânica foram os instrumentos transformadores da sociedade industrial (BELL, 1980a, p.531, 545⁷).

A literatura evidencia um consenso entre os autores referenciados no sentido da importância da informação e do conhecimento nos âmbitos econômicos, políticos, sociais, culturais, e destaca ainda as relações de trabalho e o aspecto tecnológico: Para Wiener (1968, p. 19 *apud* KUMAR, 1997, p. 19) “Viver efetivamente é viver com informação adequada. A comunicação e o controle, portanto, são integrantes da essência da vida interior do homem, na mesma medida em que fazem parte de sua vida em sociedade”. Kumar (1997, p. 23) assinala que “O conhecimento não só determina, em um grau sem precedentes, a inovação técnica e o crescimento econômico, mas está se tornando rapidamente a atividade-chave da economia e a principal determinante da mudança ocupacional”. O autor afirma ainda que “O nascimento da informação não só como conceito, mas também como ideologia, está inextricavelmente ligado ao desenvolvimento do computador durante os anos da guerra e no período imediatamente posterior” (KUMAR, 1997, p.19).

Corroborando com as ideias mencionadas, Castells aponta para:

[...] o surgimento de uma nova estrutura social, manifestada sob várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX (CASTELLS, 2006, p. 51).

O autor argumenta ainda que “No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos” (CASTELLS, 2006, p. 53), mas ele alerta que:

⁷ Ver também Bell, 1980b *apud* Kumar, 1997, p. 21.

Na verdade, conhecimento e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação. Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade”. (CASTELLS, 2006, p.53-54).

Para o autor a atual estrutura social nada mais é do que mais uma das reestruturações do capitalismo e a difusão do *informacionalismo* e que, nesse cenário “[...] o que importa de fato aos processos e formas sociais que compõem a carne viva das sociedades é a interação real entre os modos de produção e os de desenvolvimento, estabelecidos e defendidos pelos atores sociais [...]” (CASTELLS, 2006, p. 56). Destaca ainda que, embora estes sejam “processos inseparáveis em escala global, as sociedades agiram/reagiram a esses processos de formas diferentes, conforme a especificidade de sua história, cultura e instituições” (CASTELLS, 2006, p. 56).

As mudanças transcorridas na “esfera da informação” podem ser associadas a mudanças nas esferas técnica, social, cultural, biológica, psicológica e na esfera do poder, o que pode ocasionar tensões e conflitos. Entretanto, “a nova sociedade da informação, a despeito de todas as suas tensões e problemas, deve ser bem recebida e celebrada não só como um novo modo de produção, mas como um estilo de vida completo” (KUMAR, 1997, p. 25). Este é o entendimento da maioria dos autores sobre Sociedade da Informação, segundo o referido autor.⁸

Ao considerarmos as ideias apresentadas, a questão social e as demais questões englobadas no sistema vigente, para fins deste estudo, torna-se necessário conceituar essa sociedade centrada em procedimentos técnicos informacionais, em processo de construção desde o final dos anos 1960. Esta sociedade, como já esclarecido, é caracterizada principalmente pelo deslocamento da estrutura econômica central ou do domínio da atividade econômica, ao colocar a informação e o conhecimento como insumos e modificar o paradigma socioeconômico até então vigente.

A literatura aponta alguns conceitos de Sociedade da Informação, mas, para este estudo optou-se pelos conceitos definidos por Legey e Albagli (2000) e por Sorj (2003), por considerarmos que um completa o outro e porque o conceito de Sorj vem ao encontro dos objetivos da pesquisa, principalmente no que tange o impacto social causado pelas TICs. A Sociedade da Informação é:

⁸ Kumar cita BELL, 1976, 1982a, 1983; TOFFLER, 1981; MASUDA 1985; CASTELLS, 1989; NAISBITT, 1984.

[...] um modo de desenvolvimento social e econômico, em que a aquisição, armazenamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação desempenham um papel central na atividade econômica, na geração de novos conhecimentos, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida e satisfação das necessidades dos cidadãos e das suas práticas culturais (LEGEY; ALBAGLI, 2000, p. 1).

A “Sociedade da Informação” é hoje a denominação mais usual para indicar o conjunto de impactos e consequências sociais das novas tecnologias da informação e da comunicação (telemática). (SORJ, 2003, p.35).

Nessa forma de desenvolvimento, na qual o “maior bem econômico” é intangível e difícil de ser controlado, fronteiras são facilmente rompidas devido às tecnologias de informação e pelo seu fluxo em redes. Como afirma Dupas (2001), a respeito da tecnologia e suas interferências:

O computador modifica as características do processo de produção em vários sentidos. No terreno internacional, permite manter a integridade dos processos mediante os intercâmbios permanentes de informação e fragmentação geográfica. O trabalho à distância rompe suas fronteiras e se difunde na sociedade como um todo. Mediante os terminais de computadores, inclusive os domiciliares, integrados por rede, pode-se constituir um espaço de trabalho adequado e articulado com qualquer outro lugar (DUPAS, 2001, p. 38).

A revolução das TICs está posta, ela alterou e altera de forma profunda as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, entre outros aspectos. Os estudiosos sobre a Sociedade da Informação apontam os aspectos positivos e negativos sobre tais mudanças. Alguns argumentam que, da mesma forma que as TICs podem ampliar a exclusão social a partir da exclusão digital, elas podem reduzir as desigualdades ao possibilitar a inclusão digital, o acesso à informação e ao conhecimento (SORJ, 2003). Assim sendo, as técnicas de acessar, processar e distribuir a informação ganham destaque.

No entanto, entende-se, e isso é consenso entre teóricos do campo, a exemplo de LOPES (2008), DANTAS (2006, 2010), SORJ (2003) que ainda há muitas perguntas sem respostas que precisam ser pesquisadas e esclarecidas. Como assinala Ortellado (2009, sem paginação): “É tarefa investigativa comum determinar o verdadeiro alcance dessa nova configuração do capitalismo, a natureza dos novos conflitos no trabalho e das novas formas de geração do valor.”, assim como suas consequências. Para tanto, entende-se ser preciso compreender os aspectos ideológicos, mercantilistas e políticos, e ter bem claro quais são as forças de ação contidas na Sociedade da Informação.

A definição de um conceito de informação, a qual desempenha papel central nesse contexto, deve ser o primeiro passo. No entendimento de Lopes (2008), Dantas (2006) rejeita o conceito de informação como “dados organizados e comunicados”, que é adotado por Castells (2006). Para o autor:

Informação é uma modulação de energia que provoca algo diferente em um sistema qualquer e produz, nesse sistema, algum tipo de ação orientada, se nele existir algum agente capaz e interessado em captar e processar os sentidos ou significados daquela modulação (DANTAS, 2006, p. 46)⁹.

Lopes (2008) aponta que:

[...] a informação reside, portanto, na interação entre um sujeito e um objeto, ou sujeito a sujeito, não sendo nem atributo do objeto, nem do agente, mas sempre uma relação entre ambos. É, portanto, atividade de trabalho vivo. Dessa forma, a informação incorporada nos mais diversos suportes só terá valor se percebida e atualizada pelo trabalho vivo durante seu processo de trabalho, removendo as incertezas e aleatoriedades do sistema e, com isso, otimizando sua performance (LOPES, 2008, p. 82).

A informação é considerada o fator que irá alterar de uma forma ou de outra um evento, um contexto, uma história, um modo de fazer as coisas, dentre inúmeras outras situações. No entanto, tal alteração ou diferença acontecerá somente em decorrência da ação humana que, pelo processo de aprendizagem, gera conhecimento a partir de uma nova informação que recebe somando-a ao conhecimento que já possui. Como afirma Dantas (2006, p. 48), “O conhecimento é produto da informação, logo produto do trabalho”. Sem o trabalho cognitivo humano, sem seu conhecimento prévio agregado às novas informações que recebe, não é possível geração de informações inéditas que, conseqüentemente, gerarão conhecimentos originais.

Não foi objetivo desta pesquisa investigar as relações entre informação, trabalho, aspectos cognitivos, dentre outros. Todavia, compreender a informação dentro da perspectiva político-econômica é relevante, motivo pelo qual, adota-se a explicação de Dantas (2006), que faz a distinção entre a forma como é visto o capital na era do informacionalismo *versus* na Sociedade Industrial:

Esta será a grande diferença entre o capital-informação de nossa época e o capital-industrial da época de Marx. Então, o conhecimento para a produção era basicamente social, estava disseminado entre os trabalhadores qualificados, e os produtos muito pouco se diferenciavam entre si, salvo, principalmente, pela quantidade de trabalho social igual, ou abstrato, que cada mercadoria poderia conter. Hoje, os produtos se diferenciam entre si justamente pela dimensão aleatória de trabalho concreto neles realizada. Como não são por isto intercambiáveis, o capital, para acumular e crescer, vem impondo à sociedade um novo princípio de apropriação baseado não mais na troca, mas em uma modalidade de renda diferencial, similar às discutidas no Livro III, Seção VI d’O Capital, que podemos denominar *rendas informacionais*. (DANTAS, 2006, p. 66, grifos nossos).

A conseqüência deste modo de desenvolvimento, para o autor, é inquietante, pois para ele não existe compartilhamento democrático de informação dentro do capitalismo,

⁹ Ver também BRIL-LOUIN (1988); ESCARPIT (1991); DANTAS (2001).

motivo pelo qual, ao encerrar suas discussões sobre trabalho, informação e valor na Sociedade da Informação, aponta o seguinte:

Resta saber se tal “modo totalmente diferente” de repartir, com equidade e justiça, o valor da informação cabe dentro dos estreitos marcos econômicos e jurídicos de uma sociedade que faz da apropriação privada e da riqueza material individualista a base do direito de toda a pessoa à felicidade. (DANTAS, 2006, p. 68-9).

Desta forma, o autor explicita sua preocupação sobre o sistema econômico, político e social vigente em oposição às ideias de democratização do acesso à informação e às TICs, ao considerar que no sistema capitalista sempre haverá a evolução de uns em detrimento da pobreza e da marginalização de outros. Questiona-se, portanto, a viabilidade da universalização do acesso à informação e às TICs, que sempre terá como barreira a perversa lógica do capitalismo, a obsolescência programada e a aceleração da geração de desigualdade que provoca a ampliação do fosso digital.

Nesse sentido, mas em um patamar que se opõe às ideias de teóricos que buscam a legitimação dessa era como aquela que solucionaria todos os problemas de desigualdade, Lopes (2008) contribui para a ampliação das críticas em relação à Sociedade da Informação e aos teóricos que a defendem nesse formato:

Ainda que o deslocamento da lógica reprodutiva do capital para esta nova matéria e a ênfase no desenvolvimento de novas forças produtivas tenham dado sobrevida ao sistema econômico não puderam, como afirma equivocadamente boa parte da literatura econômica e sociológica, aplacar suas contradições e impasses (LOPES, 2008, p. 38).

O autor analisa as modificações advindas da crescente centralidade da informação na lógica de reprodução do capital baseado nos pressupostos de teóricos da Economia Política dos Meios de Comunicação, ou seja, a incorporação das tecnologias da informação como forças produtivas, as atuais formas de organização e gerenciamento de um trabalho predominantemente intelectual (com as respectivas formas de subsunção do trabalho ao capital), os atuais padrões de articulação entre produção e consumo e as novas formas de resistência que desencadeia, como interpretado por Ortellado.¹⁰

Lopes (2008) não rejeita as grandes mudanças ocorridas nessa etapa de evolução social e suas ideias dialogam com as de Kumar (1997) e de outros autores, ao argumentarem que a Sociedade da Informação é resultado de um processo histórico/evolutivo da própria sociedade. Para ele essa revolução não pode ser explicada por teorias que conjecturam uma “nova” era (Sociedade da Informação, Sociedade em Rede,

¹⁰ Artigo de autoria de Pablo Ortellado, publicado na Revista de Economía Política de las Tecnologías de La Información y Comunicación, 2009, sem paginação definida, em que é feita uma análise do trabalho teórico desenvolvido por Lopes (2008).

Sociedade Pós-Industrial, entre outros), mas sim como “formas novas das leis e tendências fundamentais da acumulação capitalista” (ORTELLADO, 2009, online).

Pesquisadores buscam compreender e explicar esta atual etapa ou fase do capitalismo, assim como esclarecer modernas formas de ocupação (mercado de trabalho informacional) e de conflitos no trabalho e as atuais formas de valor, a exemplo de Dantas (2003, 2006, 2010). No entendimento de Ortellado (2009), Lopes (2008) sugere uma série de questões que seriam, em sua opinião, convenientes de serem investigadas, dentre as quais se destacam: “Qual a verdadeira dimensão das novas formas (“imateriais”/ “cognitivas”/ “simbólicas”) de trabalho e seu impacto na configuração do capitalismo contemporâneo? “Como avaliar se esse crescente papel da informação é de fato o motor dinâmico da economia capitalista (como, na época de Marx, ainda era discutida a centralidade do capitalismo industrial) ou apenas mais um componente?”; “Como ver a distribuição dessas novas modalidades de produção e de trabalho da perspectiva do sistema mundial?”; “Quais os seus vínculos com o capital financeiro e com as formas persistentes do capitalismo industrial?” (ORTELLADO, 2009, online).

Tais questionamentos são importantes para auxiliar o entendimento da estrutura social vigente e estão direcionados, principalmente, à compreensão do aspecto econômico, ao buscarem o debate sobre a questão do valor, do trabalho, do atual modo de produção. Como já mencionado, embora não seja o foco de análise deste estudo, são questões que não se desvinculam do aspecto político e, por isso mesmo, foram destacadas para dar visibilidade às variadas possibilidades e necessidades de pesquisa na área.

Ao considerar a informação como central, fica clara a importância e necessidade da continuação de pesquisas cujo objetivo seja explicar a configuração da Sociedade da Informação por estudiosos e profissionais da informação. É importante buscar o desenvolvimento de conceitos, a interlocução com outras áreas do conhecimento e o fortalecimento e legitimação da Ciência da Informação como campo científico, com vistas a embasar o desenvolvimento de uma teoria, pois como afirma Sorj (2003, p. 35), a concepção que se tem de Sociedade da Informação é útil como “conceito identificador de um tema”, mas “não constitui uma teoria ou um arcabouço explicativo da dinâmica das sociedades no mundo contemporâneo”. Dinâmica essa que é repleta de paradoxos, os quais, de modo geral, são considerados característicos dos processos de mudança ou evolução social.

A seguir, são apresentados alguns dos problemas e desafios a serem enfrentados para que a Sociedade da Informação se desenvolva de forma mais democrática, com menos disparidades e com mais igualdade do direito de acesso à informação e ao conhecimento.

2.2 A SOCIEDADE DA INFOEXCLUSÃO

Um dos principais fatores desencadeantes da exclusão digital é a exclusão socioeconômica. (SORJ, 2003). Além do mencionado fator, baixa escolaridade, faixa etária e limitações físicas também são responsáveis pela exclusão, motivo pelo qual, no atual contexto, indivíduos sem acesso à educação formal, com baixa renda, idosos, crianças e jovens de baixa renda e indivíduos com limitações físicas, demandam prioridade. No entanto, o fosso digital parece ampliar, na contramão da existência de inúmeros programas de inclusão digital.

Lopes (2008) e Sorj (2003), embora trilhem temas de pesquisa distintos, reconhecem a centralidade das TICs, da informação e do conhecimento nesta atual estrutura social, mas se contrapõem à ideia de tratar-se do surgimento de uma “nova ordem societária”, pós-capitalista e também àqueles que atribuem às tecnologias papel democratizante e emancipador, capaz de resolver os problemas da exclusão social. Os autores apresentam uma visão crítica e destacam as desigualdades sociais que podem ser maximizadas em decorrência do avanço das TICs.

Em seus estudos sobre a exclusão digital e a desigualdade social, Sorj (2003, p. 37) destaca o fato de não ter sido somente a telemática¹¹ a responsável pelo desencadeamento da Sociedade da Informação, corroborando com os autores já citados. Segundo o autor, a Internet, principalmente depois da década de 1980 - quando deu novo salto tecnológico com a criação da *World Wide Web-www*, funcionou como “catalisador, acelerador, potencializador e reordenador” desse momento de transformação do sistema produtivo e social. Mas, ressalta o autor, é preciso evitar o determinismo tecnológico e a glamourização da Internet, e se atentar para a história recente do capitalismo, caso contrário, as condições sociais dentro das quais a telemática funciona serão vistas de forma irreal. Para Sorj (2003) é preciso conviver com o binômio inclusão *versus* exclusão digital, pois, como já mencionado, essa revolução tecnológica tanto pode ampliar quanto pode fornecer os meios para reduzir as desigualdades sociais.

Dupas (2001) também destaca as contradições da Sociedade da Informação:

¹¹ Telemática é o conjunto de tecnologias de transmissão de dados resultante da junção entre os recursos das telecomunicações (telefonia, satélite, cabo, fibras ópticas etc.) e da informática (computadores, periféricos, softwares e sistemas de redes), que possibilitou o processamento, a compressão, o armazenamento e a comunicação de grandes quantidades de dados (nos formatos texto, imagem e som), em curto prazo de tempo, entre usuários localizados em qualquer ponto do planeta.

O paradoxo está em toda a parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer. Paciência que tal progresso traga consigo regressões, desemprego, exclusão, pauperização, subdesenvolvimento. A distribuição de renda piora, a exclusão social aumenta, o trabalho se torna mais precário nesse mundo de poder, produção e mercadoria. As tecnologias da informação encolhem o espaço. As diversas “teles” anulam distâncias, desmaterializando encontros. O espaço já não é mais obstáculo, mas alguma coisa desaparece nesses buracos negros que se tornaram lugares onde nada fica e onde as pessoas estão sempre separadas (DUPAS, 2001, p. 49-50).

O autor se refere às contradições, conflitos e receios que envolvem a Sociedade da Informação e também ao fato de existirem muitos disparates nesta sociedade, que, supostamente, estaria vivendo uma nova era de luzes. Entretanto, considerada a ampliação do hiato existente entre pobres e ricos e o descaso cada vez maior com a educação, infere-se que esta sociedade está mergulhando em um universo obscuro, como ele mesmo afirma “A opacidade do futuro parece impenetrável. Encantamento e desilusão se alternam” (DUPAS, 2001, p. 50).

No que concerne às teorias sobre a desigualdade social, na tentativa de encontrar um equilíbrio e apontar soluções, Sorj (2003) destaca ser preciso ampliar o olhar investigativo, caso o objetivo seja analisar a desigualdade social dentro da Sociedade da Informação, motivo pelo qual propõe o seguinte:

Nas últimas décadas, nas ciências sociais predominaram teorias que, procurando desvendar os mecanismos de reprodução da desigualdade social, perderam do horizonte intelectual a necessidade de explicar os processos que atuam no sentido contrário, isto é, no fortalecimento dos valores de liberdade, solidariedade e justiça social. Uma boa teoria deve dar conta tanto dos dispositivos que reproduzem a desigualdade e a dominação quanto dos que fazem com que a liberdade, a solidariedade e a igualdade continuem a ser valores centrais na vida das sociedades contemporâneas. Explicar o mundo atual exige que a análise social mostre o entrelaçamento complexo entre ambos os processos: os que alimentam a desigualdade e aqueles que levam a uma maior justiça distributiva (SORJ, 2003, p.13).

Para Sorj (2003), portanto, existem dois distintos processos que merecem a atenção dos estudiosos: um que dá força à ampliação da desigualdade social e outro que “luta” por maior equidade na distribuição dos benefícios sociais e da renda. Não há, portanto, somente mecanismos que ampliam a desigualdade, há aqueles que atuam em sentido contrário. Além disso, como afirma Kumar (1997), os benefícios e as tantas vantagens proporcionadas pelo desenvolvimento e evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação precisam ser reconhecidos, e seria tolo negá-los.

A presente pesquisa analisa o estado de evolução da Sociedade da Informação, apresentando como recorte de tema bastante amplo, a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, entendida como um dos “mecanismos” que buscam por fim à *digital divide* e,

é por isso que avalia ser imprescindível destacar os problemas da Sociedade da Informação apontados pela literatura. Os indicadores de inclusão digital abordados no capítulo seis (análise dos resultados) irão demonstrar em que medida tais problemas têm sido sanados. Entende-se que esse processo demonstraria se os objetivos de desenvolvimento justo e igualitário, estabelecidos em discursos inflamados de governos e governantes durante a CMSI, estão ou não pondo fim à *digital divide*.

2.2.1 Exclusão Digital, Inclusão Digital, Infoinclusão e Competência Informacional - conceitos

Dada a atual configuração social, ao mesmo tempo em que avança a Sociedade da Informação, surgem “novos” problemas e demandas sociais, inerentes a toda evolução ou processo de mudança social, e inerentes também a todo processo de desenvolvimento econômico, como já mencionado. Nos últimos anos, a urgência de se fazer a inclusão digital para os indivíduos que não têm acesso às TICs tem sido intensamente propagada, tendo se tornado tema de inúmeros programas criados com o objetivo de superar a distância que se estabeleceu e inserir os grupos ainda marginalizados nos sistemas informatizados, além de promover acesso à Internet e às tecnologias.

Antes, entretanto, é pertinente definir o que vem a ser exclusão digital. Para Sorj (2003, p. 59), “O conceito de exclusão digital utilizado na bibliografia sobre o tema e nos relatórios das organizações internacionais esconde significados muito diferentes”. Segundo o autor, “A exclusão digital representa uma dimensão da desigualdade social: ela mede a distância relativa do acesso a produtos, serviços e benefícios das novas tecnologias da informação e da comunicação entre diferentes segmentos da população” (SORJ, 2003, p. 62).

Ainda seguindo Sorj (2003), a exclusão digital depende de cinco fatores que definem a maior ou menor universalização dos sistemas telemáticos:

- a existência de infraestruturas físicas de transmissão;
- a disponibilidade de equipamento/conexão de acesso (computador, modem, linha de acesso);
- treinamento no uso dos instrumentos do computador e da Internet;
- capacitação intelectual e inserção social do usuário, produto da profissão, do nível educacional e intelectual e de sua rede social, que determina o aproveitamento efetivo da informação e das necessidades de comunicação pela Internet;

- produção e uso de conteúdos específicos e adequados às necessidades dos diversos segmentos da população. (SORJ, 2003, p. 63).

Portanto, para o referido autor, são diferentes níveis de acesso, cuja distinção é determinante ao projetar e criar metodologias de avaliação, acompanhamento e atuação na luta contra a exclusão digital. Os programas existentes de inclusão digital, que visam à democratização do acesso às tecnologias de informação e à Internet (telecentros, por exemplo), regra geral, focam apenas nos primeiro e segundo níveis descritos.

Neste sentido, considera-se igualmente pertinente conceituar inclusão digital. Segundo Aun e Moura (2007) há uma persistente imprecisão conceitual sobre inclusão digital nos programas e projetos que visam à “inserção na Sociedade da Informação”, motivo pelo qual se faz necessário elucidar tal conceito, a partir do entendimento de que inclusão digital ocorre através do tripé TICs, renda e educação. A inclusão digital plena não ocorre na ausência de um desses itens, ou seja, qualquer programa ou ação de inclusão digital que não relacionar infraestrutura tecnológica, adequada distribuição de renda e acesso à educação, poderá fracassar ou acontecerá de forma incompleta. Esse entendimento corrobora com Sorj (2003), em sua explicação sobre os cinco fatores acima descritos.

O fato de haver essa imprecisão conceitual torna difícil a criação de indicadores que possam rigorosamente, expressar os índices de inclusão, o que acaba por impedir a real aferição de participação do Brasil na Sociedade da Informação.

Segundo Aun e Moura (2007), o conceito de Inclusão Digital, entendida, portanto, como o processo de democratização do acesso às tecnologias de informação e à universalização dos serviços de comunicação, precisa ser somado ao conceito de Competência Informacional, entendido como:

[...] processo de aprendizado contínuo que envolve informação, conhecimento e inteligência. É transdisciplinar, incorporando um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais; permeia qualquer fenômeno de criação, resolução de problemas e/ou tomada de decisões (DUDZIAK, 2003, p. 29).

Somados os dois conceitos, Inclusão Digital mais Competência Informacional, é possível conceituar Infoinclusão, que vem a ser a “capacidade de acessar, buscar, avaliar, usar e recriar a informação com responsabilidade social apropriando-se dos processos e conteúdos disponibilizados através, ou não, das tecnologias de informação” (AUN, 2007, p. 15). Este conceito precisa ser claro e bem definido nos programas que visam à inclusão digital, pois assim seria viável atingir os cinco níveis que garantem a universalização de acesso, como descrito por Sorj (2003).

As pessoas competentes em informação desenvolvem as habilidades de identificação de fontes informacionais; localização e uso das informações obtidas; discernimento entre os variados tipos de informação (científica, jornalística, etc); utilização de informações para tomadas de decisões e para cumprimento de funções sociais e cívicas, entre infinitas outras possibilidades, as quais sempre foram importantes, mas tornam-se cada vez mais imprescindíveis para a sobrevivência no atual contexto. A educação é um processo do qual a inclusão digital deve ser elemento primordial. A inclusão digital deve ser parte do processo de ensino, o qual, por sua vez, deve promover a aprendizagem ao longo da vida.

Quando se considera a necessidade premente de educação e de distribuição de renda, condição que possibilitaria democratizar o acesso às TICs, é imprescindível a participação de toda a sociedade, pois esta responsabilidade não pode ser delegada somente aos governos. É fundamental que os diversos atores sociais se empenhem em contribuir para que ocorra a inclusão digital e sua contribuição à inclusão social.

No tópico a seguir, dada a necessidade e a importância de contribuir para que se conheça melhor a amplitude da estrutura social vigente em nível nacional, procede-se à descrição preliminar sobre a Sociedade da Informação no Brasil.

2.3 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

A constituição da Sociedade da Informação no Brasil tem como impulso central o pressuposto da necessidade de se alavancar a Nova Economia a partir da aceleração do processo de introdução de Tecnologias da Informação e Comunicação no ambiente empresarial nacional. Em 1999 foi lançado, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia-MCT – atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI – o Livro Verde, como resultado do Programa Sociedade da Informação no Brasil.

Tal projeto é parte do *Programa Avança Brasil*, lançado em 1996, pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, e tinha como objetivo iniciar um projeto nacional e estratégico de inserção e implantação de serviços avançados de TICs. Os resultados esperados eram: avançar na pesquisa e na educação e fortalecer a economia brasileira visando à possibilidade de competir no mercado mundial.

O Livro Verde contém as metas do Programa Sociedade da Informação no Brasil de ampliar o acesso e os meios de conectividade, a formação de capital humano e o incentivo à pesquisa e desenvolvimento, o comércio eletrônico, dentre outros.

De modo geral, na literatura sobre a Sociedade da Informação no Brasil fala-se em *introdução* ou *implantação*, o que não é estranho, ao considerar que o governo brasileiro tomou para si a “responsabilidade” de fazer o Brasil avançar e se inserir no cenário internacional a partir de programas de incentivo ao desenvolvimento de TIC e à ampliação das informações científica e tecnológica, através da Pesquisa & Desenvolvimento.

A sociedade da informação, portanto, constitui um desafio que deve ser enfrentado, de modo a adequar os países às profundas mudanças, uma vez que suas manifestações afetam o comportamento das organizações e influenciam o pensamento estratégico das nações. Os dirigentes políticos têm plena consciência de que o futuro das nações será condicionado pela forma e amplitude com que as novas tecnologias de informação e de comunicação serão assimiladas, conforme o êxito e a rapidez dessa absorção (RODRIGUES, SIMÃO, ANDRADE, 2003, p. 89).

A preocupação em medir e avaliar a evolução da Sociedade da Informação não é algo recente. Teve início em meados dos anos 1990, com a criação do Indicador da Sociedade da Informação-ISI, que serve como um instrumento de medida da capacidade de 53 países em acessar e absorver informação e tecnologia de informação. Esse indicador foi criado por um instituto estadunidense, especializado em TICs, o *International Data Corporation-IDC*.¹²

Segundo o ISI, o Brasil, em 2010, deu um salto em termos de acesso à Internet, computador e telefonia (telecomunicação). Mas o que importa não é a distribuição de tecnologias da informação e comunicação e sim a apropriação desta tecnologia de forma emancipadora pela sociedade.

É importante ressaltar que o ISI é um relatório trimestral, criado e divulgado para o mercado. A metodologia que adota para seus cálculos combina os resultados de dois indicadores principais: Tecnologia da Informação e Comunicação, que considera equipamentos e serviços, e Entorno da Sociedade de Informação - ESI, que abrange aspectos econômicos, sociais, institucionais e estruturais. Segundo informações obtidas na página eletrônica da *Everis*, a última edição ISI do ano de 2010 apresentou como novidade a incorporação das redes sociais como variável determinante da pontuação do indicador.

Deve-se observar que os dados estatísticos informados pelo ISI, assim como por qualquer outro órgão, não podem ser analisados de forma deslocada da realidade, ou do ambiente da Sociedade da Informação dos países pesquisados. A estrutura social que se configura traz consigo os mesmos problemas de desigualdade e ainda a possibilidade de ampliá-los, dada a evolução tecnológica que, como mencionado anteriormente, pode ser um fator amplificador das diferenças sociais, devido às condições ou não de acessibilidade.

¹² Para mais informações sobre o ISI acesse: <http://www.idc.com/groups/isi/main.html>

Portanto, embora os números pareçam transparecer um grande salto em direção à inclusão digital, cabe ressaltar que é preciso investigar as condições em que as pessoas estão tendo acesso, se estão de fato usufruindo dessa estrutura tecnológica a que têm acesso ou se estão simplesmente desenvolvendo um aprendizado de técnicas padrão e automatizadas (AUN, MOURA, 2007). Importante ressaltar que o avanço tem sido mostrado a partir de indicadores numéricos de infraestrutura, pois não foram encontrados relatos de indicadores de desenvolvimento social através das TICs e do acesso à informação.

Em relação ao acesso e uso das TICs, Albagli e Maciel (2007, p. 16) afirmam que:

Interessa-nos não apenas a produção de informação e conhecimento, mas também, sua circulação e apropriação. A difusão do uso e o amplo acesso às TICs são estratégicos, mas podem também ser instrumentos de dependência (de tecnologias, equipamentos, conteúdos, estilos de vida e consumo) e de reprodução de desigualdades. Daí que a participação (pro)ativa na sociedade da informação requer mais do que simplesmente inclusão digital (ALBAGLI e MACIEL, 2011, p.16).

Considerada, portanto, a importância de se acompanhar a evolução do processo de consolidação da Sociedade da informação, é possível inferir que a CMSI foi um momento de legitimar não somente a preocupação dos países com relação a esse processo, buscando definir meios para que ele ocorra de forma mais democrática a partir do estabelecimento de um plano de ação, como também de pensar e analisar as consequências políticas, econômicas e sociais dele decorrentes.

A evolução das sociedades é um processo histórico e gradual, não instantâneo. Necessita-se de tempo para que grande mudança cultural e quebra de paradigmas ocorra e para que todos os países sejam inseridos e possam usufruir plenamente dos benefícios oferecidos pelas modernas tecnologias. Cabe ressaltar também que a atual configuração sócio-econômica, capitalista assim como as anteriores, desperta nos indivíduos sonhos de emancipação e crença de que todos chegarão aos mesmos patamares de qualidade de vida e bem-estar.

De acordo com Sorj (2003, p. 12), tais sentimentos derivam do processo de globalização de expectativas e valores:

A globalização das expectativas e valores é produto de um processo lento e de longa duração, tecido por lutas sociais e ideológicas que expandiram o campo da percepção, sensibilidade e autocompreensão de cada indivíduo como sujeito de direitos humanos, permitindo que hoje seja legítimo a qualquer pessoa no planeta, independentemente de seu lugar de nascimento e posição social, construir seus sonhos de acesso a melhores condições de vida tendo como referência as informações recebidas de todos os cantos do mundo (SORJ, 2003, p. 12).

Embora o processo de transformação social seja lento, o fato da atual sociedade estar em rede, conectada pelas TICs (as quais aceleram a comunicação e o compartilhamento de informações) parece alimentar de forma amplificada este desejo comum global, ou seja, de que todas as pessoas do mundo atinjam o mesmo patamar de bem-estar. No entanto, ao mesmo tempo em que amplifica esse desejo, as TICs podem contribuir para a expansão da desigualdade social através da exclusão digital. Nesse sentido, destaca-se a importância cada vez maior da criação de políticas cujos objetivos sejam o desenvolvimento da sociedade de forma menos excludente dentro do contexto digital.

Em termos nacionais, a configuração da Sociedade da Informação brasileira não foge a essas mudanças do sistema sócio-econômico vigente: a difusão e uso das TICs, o processo de globalização e a valorização do conhecimento são tidos como recursos estratégicos para o seu desenvolvimento, assim como em outros países, regiões e organizações. Ou seja, o país vive um cenário similar ao de muitas outras nações. No entanto, cabe destacar que, ao considerar o fato de que políticas de informação não foram implementadas em evolução ao Livro Verde, o País carece de um modelo nacional de Sociedade da Informação a trilhar. Não existe uma política de informação definida, somente projetos e programas dispersos.

3 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

*O mal da grandeza é quando ela separa
a consciência do poder.
William Shakespeare*

Buscar a compreensão sobre políticas e ações governamentais é relevante e pode contribuir para o entendimento sobre políticas de informação, como afirmam Jardim, Silva e Nharreluga (2009). Desenvolver estudos sobre este tema “[...] requer compreender o papel do Estado como produtor e acumulador de informações e suas implicações na sociedade contemporânea” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p.1) e entender que “[...] o Estado não é apenas uma instituição regulamentadora, mas um dos maiores atores neste mercado” (EISENBERG; CEPIK, 2002, p. 311). Além disso, como afirma Kerr Pinheiro (2010, p. 114) “As atuais práticas informacionais tornam-se desafiadoras para os países, governos, empresas, por conta da aceleração do tempo e da proliferação de fluxos de informação e de comunicação”.

Neste estudo, o tema políticas de informação foi abordado, em sua maior parte, no âmbito do Estado, ao considerar o que afirmam os autores:

O cenário privilegiado no qual o tema (políticas de informação) adquire nitidez teórica e desdobramentos operacionais são as estruturas do Estado, as características da sociedade civil, as formas de governo e de ser governado, nos âmbitos local, regional, nacional e até mesmo transnacional. [...] o Estado constitui agente privilegiado de produção, recepção e agregação das informações [...] (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 4).

Além disso, buscou-se descrever os papéis do setor privado, da sociedade civil e das instituições internacionais e regionais (incluindo instituições financeiras), dada a importância destes atores dentro da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, atual estrutura social relacionada a uma série de grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX (LEGEY; ALBAGLI, 2000). Tais mudanças, como já explicado, foram desencadeadas principalmente pela súbita expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação, aliada à valorização da informação e do conhecimento, que permitiram que o “como fazer” (informações, instruções, processos de fabricação e o conhecimento neles embutido) se tornasse mais importante do que aquilo feito (produto pronto). A informação e o conhecimento passaram, portanto, a ser tratados como “elementos estratégicos, dos pontos de vista econômico-produtivo, político e sócio-cultural” (LEGEY; ALBAGLI, 2000, p. 2).

Este capítulo está organizado da seguinte forma: primeiramente são apresentados os conceitos de políticas de informação e de políticas públicas de informação, sendo considerado o papel das instituições políticas dos países em desenvolvimento. A seguir é abordada a relação entre informação, conhecimento e poder. Na sequência, estão apresentados os conceitos de indicadores e de indicadores sociais, e sua relevância na mensuração da inclusão digital e do desenvolvimento da Sociedade de Informação e suas relações com a criação de políticas de informação. O Capítulo aborda ainda a relação entre a Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Informação e o conceito de políticas de informação, o cenário das políticas de informação no Brasil, linkados a programas e ações de inclusão digital e desenvolvimento da Sociedade da Informação.

3.1 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E POLÍTICA PÚBLICA DE INFORMAÇÃO-CONCEITOS

As grandes mudanças contemporâneas e a configuração da Sociedade da Informação fizeram com que os Estados passassem a se preocupar com formas de organizar e controlar as informações. Além disso, devido às possibilidades de ampliação das diferenças entre as classes sociais, ampliou-se a preocupação com o acesso às TICs e às informações pelas classes menos favorecidas. Afinal, como explicam Eisenberg e Cepik (2002), a exclusão digital, produzida pela Sociedade da Informação, só pode ser solucionada a partir do acesso às capacidades e aos recursos necessários à plena integração dos cidadãos nesta economia de informação, assim como pela ampliação do *empowerment*¹³.

Surge assim, no pós Segunda Guerra, o conceito de Política de Informação, tema que busca fortalecimento teórico e se destaca no cenário das estruturas de Estado, justamente pelo papel que este desempenha, ou seja, de protagonista na elaboração e aplicação de estratégias de grande alcance.

¹³ O *empowerment* engloba questões relativas à democracia, exige um esforço permanente das instituições políticas em fazer com que os processos de elaboração de políticas e os atores se tornem mais participativos. Os cidadãos precisam de poderes (*empower*) para que possam participar na tomada de decisão governamental, precisam se tornar sujeitos e não apenas serem objetos da criação de políticas. Mas, para participarem, os cidadãos precisam ter saúde e nutrição, educação e informação e liberdade para se associarem e negociarem. Para tal, é preciso reduzir as desigualdades sociais, visando ao acesso igualitário aos meios de comunicação. Ver mais em: EISENBERG; CEPIK (2002).

Temas como Governança da Internet, inclusão digital, governo e comércio eletrônico, segurança eletrônica, dentre muitos outros, fazem parte das agendas governamentais e são uma constante nas negociações que visam à consolidação de uma sociedade da informação inclusiva e orientada para o desenvolvimento e para as pessoas.

Antes de apresentar propriamente o conceito de Política de Informação, faz-se necessário distinguir *planos de políticas*, como enfatiza Aun (2003, p. 68). O *plano* se traduz por um *programa* de atividades dirigidas à construção das culturas em organizações, sejam públicas ou privadas, ao operacionalizar a definição de metas e de linhas de ação, reunidas em projetos. O *programa*, neste caso, estabelece as linhas de ação do plano. Ambos não têm a obrigatoriedade de uma explicitação legal, sendo que o plano possui um horizonte temporal mais curto, uma vez que está voltado para a operacionalização. As *políticas*, ao contrário, são mais complexas e instituídas para realização em longo prazo. Geralmente são explicitadas através de leis, decretos ou documentos aprovados por um governo em exercício.

Frohmann (1995), González de Gómez (1999, 2002) e Braman (2004, 2006a, 2006b) são autores que pesquisaram este tema a partir de uma perspectiva analítica diferenciada, ou seja, a partir do conceito de regime, adotado pelas relações internacionais, teceram o conceito de *regime de informação*. Os autores destacam o fato de que na literatura não se encontra uma definição clara do que sejam as atividades ou políticas de informação, assuntos abordados de forma pulverizada até então. Pressupõe-se que isso se deve ao fato de que programas e planos governamentais sejam frequentemente tomados por políticas ou como ações de interesses políticos, como afirma Aun (2003).

Na busca pela compreensão sobre o tema, procurou-se primeiramente saber o que seriam o domínio e o alcance de uma Política de Informação. Para González de Gómez (1999), dentro da Ciência da Informação, caracterizado como um campo interdisciplinar, a informação e seu lugar na *polis* é estudada a partir de enfoques e olhares disciplinares diversos, quais sejam:

- econômico: que estuda as indústrias e os mercados da informação;
- administrativo: que se ocupa da gestão de serviços e dos fluxos de informação nas organizações;
- técnico-tecnológico: voltado para a modelagem e operacionalização do processamento e das infraestruturas de informação;
- estatístico: que instrumentaliza e constrói um objeto-informação como insumo de diagnóstico e leitura de tendências; e

- antropológico: que projeta os indivíduos e os coletivos da informação no domínio da cultura e da significação.

Assim, a autora assinala que “O escopo e a abrangência dos estudos em torno da Política de Informação se multiplicam e se fragmentam em todas essas abordagens” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999, p. 1). Todavia, ao se ter como objetivo estabelecer de modo mais abrangente e significativo o domínio da Política de Informação, para a autora, é preciso partir do conceito desenvolvido por Frohmann¹⁴, de Regime de Informação, que significa:

[...] qualquer sistema ou rede mais ou menos estável, no qual a informação flui por meio de determinados canais – de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos [...]. O rádio e a televisão, a distribuição de filmes, a publicação acadêmica, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiras, a emergente infovia: todos esses são nós de redes de informação, ou elementos de específicos regimes de informação. (FROHMAN, 1995, p. 5, tradução nossa)¹⁵.

Para González de Gómez (1999, p. 2) “um regime de informação se caracteriza por sua complexidade e por sua não transparência imediata, por nele acontecerem conflitos, vontades plurais, e efeitos não desejados”. Motivo pelo qual a autora vislumbra as Políticas de Informação de duas formas. A primeira, que ela chama de Definição I:

Uma política de informação, num sentido amplo, pode ser definida como o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macro-políticas. (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 1999, p. 2).

E a segunda, que ela chama de Definição II, destina-se a diferenciar a Gestão da Informação de Política de Informação:

Falamos de Políticas de Informação quando, tratando-se de uma questão colocada num domínio coletivo de ação, existem conflitos entre as diferentes formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio e em consequência, com respeito ao alcance, às prioridades e às metas das ações de informação, de modo tal que aqueles conflitos não poderiam ser equacionados ou resolvidos por meios técnicos ou instrumentais e requerem a reformulação deliberativa de princípios, fins e regras para a concretização de planos coletivos e coordenados de ação, ou a mudança das relações de força dos atores envolvidos (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999, p. 2).

¹⁴ Desenvolvido a partir de Latour, Callon e Foucault.

¹⁵ “Let us therefore call any more-or-less stable system or network in which information flows through determinable channels – from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users – a régime of information. Radio and television broadcasting, film distribution, academic publishing, libraries, transborder data flows, the emerging infobahn: these are all nodes of information networks, or elements of specific régimes of information” (grifos do autor).

A Gestão da Informação a que se refere a autora seria aquela “responsável pelo planejamento, instrumentalização, atribuição de recursos e competências, acompanhamento e avaliação das ações de informação e seus desdobramentos em sistemas, serviços e produtos” (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999, p. 2). A autora explica que a gestão faz a interseção entre as políticas de informação de um setor e a ação informada dos atores envolvidos. Tais atores são o Estado, o Governo, os profissionais e administradores, e as comunidades usuárias de bens e serviços de informação ou atingidas em seus processos cognitivos e deliberativos pela disponibilização ou omissão de informações.

De acordo com Braman (2011), o primeiro autor a adotar a teoria do regime na análise da política de informação foi Cowhey (1990). A autora se refere ao artigo no qual o citado autor disserta sobre o regime internacional de telecomunicações, mais especificamente, sobre as raízes políticas dos regimes voltados à alta tecnologia. O argumento de Braman é que a análise de regimes auxilia o aprendizado sobre políticas e que a teoria do regime é usada em muitos estudos sobre o domínio das políticas emergentes.¹⁶

A formação de um regime global da política de informação não é apenas possível, mas necessária, devido ao aparecimento e intensificação da economia da informação, mesmo diante de tantos questionamentos acerca das questões legais e regulatórias envolvendo a informação (BRAMAN, 2011).

A autora assinala que:

Pesquisadores das relações internacionais têm sido atraídos pela teoria do regime tal como formulada por Krasner (1982), por conta de seu valor analítico em circunstâncias nas quais acordos internacionais formais e detalhados visando à resolução de questões jurídicas comuns ainda não tenham sido alcançados, apesar das expectativas convergentes no que diz respeito aos princípios, normas, regras e processos de tomada de decisões (BRAMAN, 2011, p. 41, grifos da autora).

Portanto, o conceito adotado como central nesta pesquisa é de Braman, para quem a expressão Política de Informação é definida como:

[...] o conjunto de leis e regulações pertinentes a qualquer criação, processamento, fluxos e usos de informação – como um conceito guarda-chuva para políticas de informação, comunicação e cultura (BRAMAN, 2011, p. 42).

¹⁶ Para dar suporte teórico às suas argumentações Braman cita Choi; Kim (2009), cf. Rast (2009), Herber (2006), Siddiqui; Quah (2004) e ainda Sousa; Klyza (2007). A autora explica que ao longo de anos de estudo adotando a teoria do regime foi possível estabelecer algumas generalizações sobre o uso deste arcabouço teórico visando à análise da política de informação. Ver Braman (2011, p. 43).

Acrescenta-se a esta análise a contribuição de Aun (2001), que adota em seus estudos a seguinte definição de política ou políticas no campo das atividades de informação científica e tecnológica, considerando que tais políticas tiveram início a partir da década de 1950, em um movimento de estabelecimento de políticas de informação voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico:

[...] o pressuposto de uma explicitação de princípios sobre o que é desejável e realizável para um país em termos de produção, transferência e acesso à informação, considerando-se os seus recursos de informação, a sua infraestrutura e as necessidades de seus usuários. Se por um lado estas políticas expressam uma idealização, por outro, expressam objetivos de atuação e de transformação da realidade numa determinada direção (GARCIA, 1980 *apud* AUN, 2001, p. 75).

Importante ressaltar que Aun (2001) também complementou e atualizou este conceito acrescentando-lhe o conceito de regime de informação e destacou como traço principal de uma política de informação os objetivos de atuação e transformação da realidade numa determinada direção, os quais, explica a autora “pressupõem a temporalidade do longo prazo” (AUN, 2001, p. 75).

É importante destacar que, nesse campo, os resultados da inovação tecnológica e a mudança social que provocam, desempenham uma função relevante e fundamental, merecendo atenção e análise de pesquisadores.

Nesse sentido, é possível inferir que os estudos de Braman podem auxiliar no entendimento acerca da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, considerado um acordo internacional formal, firmado entre mais de 170 países, no qual foram buscadas soluções para as questões que permeiam a Sociedade da Informação, assim como para os problemas dela decorrentes, como a exclusão digital, por exemplo. Apesar das expectativas convergentes e de alguns acordos, algumas questões ficaram pendentes, como descrito no próximo capítulo, dentre as quais destacam-se os mecanismos de financiamento, a questão da cibersegurança e da Governança da Internet.

Quando se constata que a evolução tecnológica tende a ocorrer de maneira cada vez mais rápida, devido ao avanço de pesquisas e estudos e à própria evolução humana, é preciso pensar que as Políticas de Informação não devem ser instituídas somente para resolver problemas já existentes ou problemas que surgirem em curto prazo. Deve-se pensar em planejamento e estabelecimento de metas em longo prazo, o que implica em mudança comportamental e até mesmo cultural.

É preciso destacar também outro aspecto das Políticas de Informação, assinalado por Aun (2001) como o desafio deste campo:

O desafio reside então no equilíbrio e vontade explícita dos governos em formar cidadãos conscientes para participarem mais ativamente desta Sociedade da Inteligência, orientados politicamente para um mundo com maior visão social, contribuindo para que o crescimento das atuais múltiplas formas de pobreza não conduzam o mundo a incontáveis formas de barbárie (AUN, 2001, p. 80).

Infere-se, a partir do exposto, que o enfrentamento deste desafio deve ser assumido principalmente pelo Estado, a partir do estabelecimento de políticas públicas de informação, ao se considerar o que afirma González de Gómez (1999, p. 2):

[...] uma política de informação deveria redirecionar ou preservar o regime de informação vigente, conforme as metas do desejável e possível para os atores que partilham uma esfera coletiva de ação. Em princípio, o “lócus” de sua manifestação seria o Estado e as Políticas Públicas do setor (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 1999, p. 2).

Assim, cumpre conceituar o que são políticas públicas. Segundo Souza (2006) não há uma melhor e única definição de política pública, a qual a autora resume como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no ramo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p. 26). De modo mais prático e simplificado, pode-se entender política pública como a transformação das plataformas eleitorais e propostas, pelos governos democráticos, em programas e ações que provoquem resultados e mudanças no mundo real.

Além de afirmar que, muitas vezes, as políticas públicas requerem também a aprovação de nova legislação, Souza (2006, p. 26) assinala que:

[...] políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando posta em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006, p. 26).

Segundo Jardim, Silva e Nharreluga (2009), não há consenso sobre a definição do que sejam as políticas públicas, até porque é considerada “[...] dinâmica e mutante. Tende a alterar-se ao longo do tempo, sob a redefinição de diretrizes e novos objetivos” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p.12). Os mencionados autores partem do conceito de que políticas públicas são o Estado em ação, ou seja, são os projetos, planejamentos e estratégias do Estado colocadas em ação, trazendo ao público a prática daquilo que até então estava no âmbito do discurso ou da teoria.

Ultrapassando os direcionamentos tecnológicos, econômicos e também de infraestrutura física, outros autores que estudam as Políticas de Informação

direcionam suas investigações também aos aspectos ligados a conteúdos socioculturais, acesso ao conhecimento e suas especificidades regionais. A seguir, são citados três autores que se destacam na literatura.

Browne (1997) argumenta sobre a falta de clareza dos conceitos de *informação*, *política* e *política de informação*, apesar do arcabouço teórico existente sobre ambos - estudos sobre informação e estudos sobre políticas. Para o autor, é preciso buscar nos estudos sobre política a base teórica para consolidar os estudos sobre política de informação. Ele toma como partida o argumento de Rowlands (1996), da necessidade de constituição de uma abordagem crítica de valor e de paradigma na construção de políticas de informação, visando, assim, ao desenvolvimento da Política de Informação como um campo de esforço intelectual. Para Browne (1997), o campo teórico sobre políticas públicas fornece a base para identificar horizontes potenciais para as Políticas de Informação e defende o equilíbrio entre os campos tecnológico e sociocultural, com ênfase em conteúdo, para melhor desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Burger (1993), ao discutir a questão da definição, defende sua opinião de que a Política de Informação estabelece os parâmetros pelos quais a informação é controlada, ou seja, define os padrões através dos quais a informação é criada, sintetizada, analisada, estocada, disseminada, recuperada e usada pelos seres humanos. As políticas de informação seriam, portanto, regras ou mecanismos de controle da informação determinando como ela deveria ser usada socialmente.

Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002) sustentam a ideia de uma dimensão mais humanista da informação ao estabelecer, para análise, uma estrutura teórica, metodologias e ferramentas de pesquisa que auxiliem na compreensão das Políticas de Informação. Os autores alegam ser preciso focar a atenção em valores que sustentem a concepção de informação, ao invés de concentrar em leis específicas e regulações.

A partir da ideia de que termos conceituais correlatos tendem a ocorrer juntos com mais frequência do que termos conceituais menos relacionados entre si, Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2002) cruzaram termos conceituais correlacionados dentro do campo de Política de Informação e mapearam cinco *clusters* (grupos) que foram nomeados como subdomínios deste campo, conforme o quadro a seguir:

QUADRO 1 - Subdomínios da política de informação

Subdomínio	Descrição
Protecionismo da Informação	Regulamentos e mecanismos que controlam o acesso à informação e divulgação na esfera pública (ex.: segredo oficial) e em mercados de informação (ex. Proteção de dados).
Mercado de Informação	Leis e regulamentos que protegem o investimento na criação de conteúdo informacional (ex.: direitos autorais) e permitem trocas no mercado.
Radiodifusão e telecomunicações	Políticas públicas que regulam os meios de comunicação de massa, equilibrando interesses comerciais e do cidadão (ex.: acesso universal).
Acesso público à informação oficial	Políticas e regulamentos que moldam o acesso à informação de cidadãos arquivada pelo governo (ex.: liberdade de informação).
Sociedade da Informação e Infraestrutura	Políticas públicas que promovem o investimento (ou encorajam o setor privado a investir) na infraestrutura de informação.

Fonte: Adaptado de Rowlands; Eisenschitz e Bawden (2002, p. 33).

Importante destacar que os conceitos mapeados foram dispostos em dois eixos temáticos: o eixo y pode ser resumido como a expressão do espectro entre o fluxo de informação irrestrito, aberto (base) e restrito ou controlado (topo); e o eixo x, indica dois distintos papéis da política de informação para o Estado – como regulador do mercado de informação (lado esquerdo) e como o maior coletor e disseminador de informação (lado direito) (ROWLANDS; EISENSCHITZ E BAWDEN, 2002, p. 33).

A partir dos conceitos delineados, propostos por autores que tratam do mesmo assunto e apresentam tanto pontos de vista similares quanto diferenciais ou perspectivas analíticas distintas, é possível identificar os aspectos paradoxais que marcam o âmbito da Política da Informação e que permearam também as discussões da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, tais como o poderio e controle do Estado em contraposição à regulação e participação do setor privado; o protecionismo em contraposição à disseminação e socialização da informação, dentre outros aspectos.

A seguir, a partir da lógica conceitual e das divergências existentes no campo das Políticas de Informação, discorreremos sobre a relação entre informação, conhecimento e poder.

3.2 INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E PODER

Ao discutir as transformações ocorridas nas últimas décadas: o modo de produção que tem a informação, o conhecimento e as tecnologias como “insumos” principais; as relações de trabalho; as formas de distribuição social e ainda as políticas que estabelecem leis e regulamentações sobre criação, processamento, fluxos e usos de informação - central neste contexto-, torna-se imprescindível abordar a questão do poder, ou, das relações de força entre os atores neste cenário, os quais interferem e moldam a forma como se desenvolvem as Políticas de Informação.

Há amplo reconhecimento de que expressivas inovações produtivas, sociais e organizacionais estão em curso, assim como há reconhecimento da centralidade, nestes processos, da informação, do conhecimento e das tecnologias de informação e comunicação, os quais têm possibilitado modernas formas de produção, uso e circulação destes intangíveis. No entanto, questiona-se se tais inovações representam mudanças de fato estruturais nos padrões de geração, acumulação e apropriação de riqueza e valor, assim como nas estruturas de poder, em diferentes esferas e escalas (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 9).

Braman (2004, 2006) defende a ideia de que além dos poderes instrumental, estrutural e simbólico¹⁷ existe o poder informacional. Poder este, que é exercido pelo controle da base informacional dos outros três poderes. Ao considerar esta proposição, torna-se necessário abordar a questão da autonomia do Estado no contexto da Sociedade da Informação. Segundo González de Gómez (2011, p. 186):

O Estado Informacional (de Braman) e o *Estado-rede* (de Castells) são manifestações do esforço conceitual para reformular, no cenário contemporâneo, as possibilidades e os limites de autonomia do Estado, a partir do crescente questionamento da previsibilidade, inteligibilidade e controle de seu domínio de intervenção, incluindo o próprio domínio da informação (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2011, p. 186).

A autora explica que este esforço deve-se ao fato de que, na década de 1990, os discursos que tratavam da informação no escopo e abrangência do Estado foram desativados, ao mesmo tempo em que discursos e programas oficiais tinham a Sociedade da Informação como tema organizador, o que representava um paradoxo. O Estado Nacional estava, com frequência, enfrentando situações de decisão que iam além de seu espaço de governabilidade o que demandava sua intervenção em

¹⁷ Ver BOURDIEU (1996)

cenários internacionais. Os fluxos de informações estavam dentre as questões que desafiavam as fronteiras geopolíticas dos Estados (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2011).

A literatura evidencia que a relação entre informação e poder está diretamente ligada ao campo da economia e da política. Para Mosco (1996) a economia política da informação analisa as relações de poder manifestadas no domínio da cultura e da economia, o que faz com que o campo de construção do seu objeto de estudo inclua os meios de comunicação, a comunicação e a informação como componentes do modo de produção, distribuição e intercâmbio de recursos.

Neste sentido, González de Gómez (2011, p. 200) questiona se este cenário em que a informação, a comunicação e o conhecimento ganham centralidade nos discursos contemporâneos da economia seriam fruto da ilusão em relação às “convicções sobre a onisciência utilitarista do *homo economicus* ou sobre as atuais estratégias capitalistas, ou seria reflexo do estremecimento de convicções paradigmáticas na ordem da racionalidade econômica e das ciências econômicas”.

Boutang (2011, p. 83), por outro viés investigativo, partindo da análise das tensões e da contradição entre as recentes tecnologias e as formas de compartilhamento e difusão do conhecimento e da informação *versus* a ampliação das barreiras jurídicas à sua socialização, assinala que:

O conhecimento está conectado ao poder porque, de certa maneira, condiciona este poder, na medida em que vai corresponder às crenças partilhadas que podem legitimar ou lançar suspeita sobre ele; mas, por sua vez, o poder equilibra essa independência ao bloquear o acesso à informação – concebida como conhecimento amplamente disseminado – sobre a população (educação, política da linguagem e de todos os meios de comunicação) (BOUTANG, 2011, p. 83).

Ainda segundo o autor:

Um poder detentor de autoridade e, portanto, legítimo, pode ser levado a querer controlar as fontes e instâncias produtoras de conhecimento, bem como a difusão desse conhecimento, especialmente quando o conhecimento do corpo político se torna, em si mesmo, parte essencial da criação do espaço e do debate público na democracia. A produção de conhecimento e de informações obedecerá a uma regra de legitimação máxima do poder (BOUTANG, 2011, p. 83-84).

É fundamental destacar que os aparatos tecnológicos e seus usos, da mesma forma que podem ser empregados como instrumentos de cerceamento, repressão e controle, podem também perturbar o poder e acometer o campo político, dando liberdade e possibilidade revolucionária a quem os utiliza. A partir do simples envio de mensagens eletrônicas ou do uso das redes sociais, por exemplo, é possível rapidamente organizar manifestações denunciativas que podem, inclusive, derrubar

governos ou outras formas de poder, podendo ter consequências e resultados diferentes dependendo do contexto.

Ressalta-se que tal possibilidade depende de alguns fatores, dentre os quais se destacam a cultura dos indivíduos atingidos e sua conscientização política. O que nos remete novamente à questão da Competência Informacional, tendo em vista que o simples acesso à informação/dados e às TICs não resolve, por si, o problema do acesso ao conhecimento. Somente ter a informação não torna um indivíduo instruído o suficiente, autônomo ou com capacidade de tomada de decisões.

Boutang (2011, p. 85-86) aponta dois fatores que desestabilizam as “relações incestuosas” entre poder, conhecimento e difusão: o primeiro é o “[...] o papel crucial de que se revestiu a produção do conhecimento, não apenas no caso do funcionamento interno do poder, mas na produção de valor, na vida econômica e nos mecanismos de acumulação” e o segundo, é o que ele chama de “revolução tecnológica do digital”.

De acordo com Albagli e Maciel (2011, p. 10):

Não apenas as dimensões política e econômica estão hoje inextricavelmente imbricadas nas relações entre informação e poder, como também aí se entrelaça e adquire nova proeminência a dimensão cultural, bem como o papel das dinâmicas intersubjetivas e da linguagem (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 10).

A adoção e difusão generalizadas das formas de comunicação digital, particularmente a Internet, ocupam papel central, reconfigurando o cenário político. Conseqüentemente, “um campo importante de disputa de poder – envolvendo tanto poderes dominantes, como contrapoderes de resistência – recai sobre as formas de apropriação e uso (privada ou social) da informação e da sua comunicação” (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 10).

O domínio político, como assinala Braman (2011), sofre os efeitos diretos das conexões estabelecidas entre a emergência de uma economia da informação e a hegemonia do capital especulativo e financeiro. Assim sendo, admite-se que “[...] o poder cada vez mais se define a partir do controle sobre o imaterial e o intangível – informações, conhecimentos, ideias, gostos e desejos de indivíduos e coletivos -, bem como sobre os meios por onde estes circulam” (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 19).

Segundo Albagli e Maciel (2011), é possível identificar dois grandes conjuntos de ponto de vista sobre as atuais condições de circulação da informação e do conhecimento: o primeiro é a crescente mercantilização dos bens simbólicos e o desenvolvimento das novas formas de poder político, econômico e cultural e o

segundo, é a emergência de modernas práticas sociais de “desintermediação e de recombinação”, ante o desenvolvimento e a difusão das redes digitais, gerando uma crise da lógica do *copyright*.

A disputa pelo controle da informação não se limita, porém, à questão da propriedade intelectual, ela envolve também a concentração da propriedade dos meios de comunicação e a intensificação das tentativas de privatização da Internet, concomitantes à sua expansão e projeção de sua abrangência sócio-econômica. No contexto desta contenda, ou seja, controle e privatização de bens imateriais *versus* polos de resistência e busca pela liberdade e ampliação dos benefícios que tais bens podem proporcionar, destacam-se as Políticas de Informação (ALBAGLI; MACIEL, 2011).

González de Gómez (2011, p. 184), como já mencionado, enfatiza e explora a perspectiva de que as Políticas de Informação deveriam ser uma política pública:

Pensada, por muitos, antes como meio e recurso do que como domínio finalístico de políticas, para outros, uma política de informação só poderia ser, por razões intrínsecas ao seu papel social, uma política pública: no sentido pleno dos modos de sua elaboração, dos atores implicados, das condições de sua implementação e vigência e de sua dupla articulação com as outras políticas e com as esferas de sua intervenção (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2011, p. 184).

Para a autora, a informação sempre esteve ligada à política e à economia, mas hoje, seu caráter e seu peso passaram a ter outro significado e alcançaram outra dimensão e, as Políticas de Informação se inserem no contexto da política de modo geral:

[...] a questão das políticas de conhecimento, comunicação e informação passa a ocupar um lugar no cerne da própria possibilidade da política – políticas públicas ou coletivas –, já que os modos de sua definição alargando ou restringindo as redes de atores sociais que participam dessa elaboração, assim como condicionando as formas de participação, afetarão não só a orientação de fins e interesses das políticas, mas também o domínio de responsabilidade e eficácia de sua implementação (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2011, p. 186).

A igualdade e a distribuição também são inseridas no âmbito da política:

Procuramos, enfim, entender os novos modos de produção de conhecimento e informação que estariam relacionados com a geração de riqueza e com os campos econômicos da produção, do trabalho e do mercado, mas mantendo fortes referências com as questões de igualdade e distribuição, que são do âmbito tradicional da ética e da política (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2011, p. 184, grifo nosso).

Neste sentido, é possível inserir a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação no âmbito da Política de Informação, pelo fato de o evento ter buscado e ainda estar buscando (uma vez que seu plano está em vigor), conquistar maior equidade na distribuição de Tecnologia de Informação e Comunicação, assim como no compartilhamento dos benefícios que tais tecnologias podem oferecer.

Como assinalam as autoras:

Por um lado, há os que se mostram céticos ou mesmo pessimistas quanto às transformações atuais e futuras da chamada Era da Informação e do Conhecimento, indicando possíveis novas desigualdades sociais e econômicas associadas à difusão das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Por outro, há os que põem foco na emergência de algo novo no cenário atual, algo que guarda relação com as novas dinâmicas cognitivas e informacionais, bem como o imaterial em sentido amplo, e que poderia estar desafiando estruturas e formas de poder vigentes. Em qualquer dos casos, e a despeito das significativas divergências que persistem quanto a essa questão, cabe reconhecer que dominação e resistência são duas faces do exercício do poder que não existem de maneira dissociada, sendo também crucial considerar a possibilidade de caminhos alternativos aos hoje hegemônicos (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 9-10, grifo nosso).

Ao se propor averiguar as diferenças entre países do norte e do sul, buscando apurar o grau e até mesmo a forma de inserção dos Estados na Sociedade da Informação, dois aspectos se destacam e têm sido colocados em evidência: as disparidades no campo da ciência, tecnologia e inovação *versus* as desigualdades sociais no acesso às TICs (*digital divide*) (ALBAGLI; MACIEL, 2011).

Como afirmam as autoras:

As tensões já assinaladas entre os dois polos da circulação e da apropriação da informação e do conhecimento – amplas condições e demandas por disseminação, de um lado, e barreiras à sua difusão e apropriação social, de outro – têm assim claras implicações geopolíticas, podendo contribuir para reforçar ou diminuir as desigualdades e assimetrias mundiais já existentes entre países centrais e (semi) periféricos no sistema de poder mundial (ALBAGLI; MACIEL, 2011, p. 29).

Os governos, dentre os quais se destaca o brasileiro, em suas agendas de políticas, têm encarado o desafio de conciliar o enfrentamento de problemas estruturais *versus* a necessidade e urgência de se capacitar para produzir maior valor agregado em C & T. Ou seja, em cenários nos quais é imperativo sanar profundas desigualdades sociais, é preciso, ao mesmo tempo, encarar a corrida pela evolução científica e tecnológica e provar para a sociedade a importância deste investimento, pois ainda há muitos que consideram políticas dessa natureza desnecessárias ao se considerar as tantas necessidades básicas das populações de baixa ou nenhuma

renda de muitos países, como alimentação, saúde, educação e segurança (EISENBERG; CEPIK, 2002; MATTELART, 2005; ALBAGLI; MACIEL, 2011).

Nas atuais relações entre informação, poder e política, portanto, destacam-se duas possibilidades. A primeira seria a tendência ao acirramento das diferenças sociais dentro de uma economia e sociedade da informação que se tornaria cada vez mais excludente. Enquanto a segunda possibilidade, seria a busca por outros caminhos de transformação e inovação social, objetivando maior democratização e apropriação social da informação, do conhecimento e da cultura. Assim, o campo de atuação das políticas assinaladas por González de Gómez (2011), Jardim, Silva e Nharreluga (2009), Albagli e Maciel (2011) vem a ser a política pública. A promoção do conceito de Política de Informação, assim como a formação, sistematização, geração e socialização de conhecimentos em um processo contínuo de difusão, esclarecimento e educação através da ação governamental é fundamental, principalmente se somada à ação de outros setores.

O estudo sobre indicadores, nesse sentido, auxilia na investigação sobre o grau de inserção dos países na Sociedade da Informação; sobre os programas de inclusão digital, se estão de fato atendendo às demandas da sociedade; sobre as políticas de informação e de inclusão digital a serem desenvolvidas ou mantidas neste contexto, assim como aquelas que podem ser abandonadas por não estarem produzindo resultados efetivos; auxilia também na busca por modernos caminhos para o desenvolvimento social e com vistas ao real acesso à informação e conhecimento.

3.3 INDICADORES DE INCLUSÃO DIGITAL – FOCO PARA AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Os indicadores estão ligados à área de planejamento do setor público e são fundamentais no acompanhamento das transformações sociais e na aferição do impacto das políticas sociais. Os atuais indicadores de inclusão digital informam o número de pessoas com acesso à tecnologia de informação e comunicação (telefone fixo e móvel, computador) e à Internet (discada, móvel, banda larga, etc), por gênero, raça, renda, faixa etária, dentre outros.

No contexto da Sociedade da Informação, os indicadores de inclusão digital podem orientar quando se pretende analisar o grau de inserção das populações na era digital, e podem nortear os formuladores de Políticas de Informação.

No entanto, segundo Aun e Moura (2007), em estudo cuja análise partiu da descrição dos atuais indicadores de inclusão digital, constatou-se sua fragilidade em nortear os construtores das políticas. Para as autoras, quando se pretende saber se a inclusão digital está ocorrendo de fato:

[...] é necessário um estudo capaz de avaliar não só a representatividade das máquinas e o acesso às redes, mas a compreensão de dados que retratem um certo grupo social. Assim, para se medir a inclusão digital é necessário mais que indicadores clássicos, como números de acesso, gênero, faixa etária, raça e etc. A alternativa é medir o fenômeno social causado pela era digital. Sua lógica, seus níveis, seus contornos, sua repercussão na transformação sociocultural de toda uma comunidade (AUN; MOURA, 2007, p. 51).

As autoras defendem que os indicadores sociais satisfariam esta necessidade, por serem “caracterizados por mensurar fenômenos sociais e transformar em informação compreensível e importante para medir o desenvolvimento da sociedade, suas melhoras tangíveis, identificar problemas e determinar parâmetros de qualidade” (AUN; MOURA, 2007, p. 51).

Segundo Jannuzzi (2004, p. 2), um indicador social é:

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (JANNUZZI, 2004, p. 2).¹⁸

Além disso, o autor assinala que, para o emprego dos indicadores sociais na pesquisa acadêmica ou na formulação e avaliação de políticas públicas, é preciso que eles tenham uma série de características, tais como: relevância para discussão da política social, validade em representar o conceito indicado, confiabilidade dos dados usados em sua construção, grau de cobertura populacional adequado aos propósitos que se presta, sensível às políticas públicas, específico a efeitos de programas

¹⁸ Ver também CARLEY (1985).

setoriais, inteligível para os agentes e públicos-alvo das políticas, atualizável periodicamente, a custos factíveis, ser amplamente desagregável em termos geográficos, sócio-demográficos e socioeconômicos e gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo (OMS, 1996; Jannuzzi, 2001).

Estudos sobre indicadores no Brasil apontam a existência de persistente imprecisão conceitual sobre o que seria *inclusão digital* ou *infoinclusão* nos programas e projetos que têm essa finalidade. Imprecisão esta que impossibilita o estabelecimento de indicadores “que venham, com algum rigor, expressar os índices de inclusão para qualificarmos a real participação do Brasil na Sociedade da informação” (AUN, MOURA, 2007, p.14). Seria somente após a localização e precisão desses conceitos que se tornaria viável a constituição de um quadro mínimo de indicadores em nível de informação, comunicação e, se possível, de conhecimento, que permitiriam direcionar a realidade e o nível nacional de inclusão digital.

Todavia, se o objetivo é medir a real inclusão digital, torna-se necessário obter mais que indicadores quantitativos, como os tradicionais níveis de acesso por gênero, raça, faixa etária. Aun e Moura (2007) argumentam ser preciso medir o fenômeno social causado pela era digital, medir sua lógica, seus problemas e contornos.

Assim sendo, seria imprescindível adotar indicadores sociais:

O uso dos indicadores sociais para aferir a inclusão digital é determinante por seus atributos capazes de definir a natureza do sistema e o estado do sistema. A informação da natureza do sistema descreve os conceitos básicos do modelo ou conhecimento ou o conteúdo que serve como guia que dimensiona a nação, sociedade ou economia que se deseja incluir. É uma estatística diferenciada que revela a situação real da nação ou economia, auxiliando na interpretação da evolução dos programas (AUN, MOURA, 2007, p. 52¹⁹).

Aun (2001) argumenta ainda sobre a imprescindibilidade de realização de um inventário sobre a informação, de modo a revelar o estado-da-arte da Sociedade da Informação. O objetivo é saber se realmente está havendo infoinclusão e como ela está ocorrendo. Para tanto, a autora defende o uso do caminho mais preciso, ou seja, através dos indicadores sociais.

Para Aun e Moura (2007), o uso dos indicadores sociais:

- permite visualizar e entender os problemas sociais;
- operacionaliza a concepção das desigualdades;
- possibilita linguagem e entendimentos comuns;
- permite iniciar a formulação e reformulação de políticas públicas;

¹⁹ Ver também BAUER (1966)

- subsidia os processos de tomada de decisão.

De acordo com Carley (1985, p. 30), podem ser identificados cinco tipos de indicadores de acordo com seu uso na orientação política. Para o autor, cada um destes indicadores operacionaliza no contexto de um sistema de informações e se apresenta como expressão da realidade:

- Indicadores Informativos: têm como objetivo a descrição do sistema social e das mudanças que vêm ocorrendo nele.

- Indicadores preditivos: são indicadores informativos que se adaptam a modelos formais explícitos de subsistemas do sistema social.

- Indicadores orientados para o problema: apontam para as situações políticas e medidas de problemas sociais específicos.

- Indicadores de avaliação de programa: representam metas políticas operacionalizadas para controlar o progresso e a eficácia de políticas específicas.

- Indicadores de delineamento de alvos: são variáveis que descrevem características úteis na identificação de áreas geográficas ou de subgrupos populacionais para os quais as medidas de políticas são direcionadas.

Em âmbito nacional, a construção ou formulação de indicadores destinados a medir e avaliar os padrões (ou o nível) de inclusão digital tem como limitação a ausência de ação intelectual que possibilite articular os parâmetros de medidas de acesso às TICs com os elementos indicadores de competência informacional. Nos estudos sobre o tema, esses elementos não são associados, aparecem separados, como se refletissem realidades díspares desenvolvidas por atores sociais distintos (AUN, MOURA, 2007; JANNUZZI, 2002, 2004).

Ao considerar este cenário, é urgente a criação e legitimação de indicadores sociais que revelem a realidade social existente no contexto digital, a real Sociedade da Informação. Tais indicadores poderiam auxiliar de maneira objetiva na estruturação e monitoramento de políticas públicas voltadas para o domínio digital (AUN, MOURA, 2007) e, principalmente, auxiliaria saber se está ocorrendo (e em que níveis) a infoinclusão ou se apenas segue a propagação do acesso mecânico e passivo às TICs e à informação.

Por outro lado, considera-se também pertinente averiguar se os programas, projetos, ações e eventos que visam ao desenvolvimento da Sociedade da Informação, têm relação com a teoria existente sobre a política que, supostamente, atenderia essa demanda. No capítulo seguinte, procuramos estabelecer as relações entre nosso objeto de estudo e as teorias sobre políticas de informação, contextualizados na Sociedade da Informação.

4. AS CÚPULAS DAS NAÇÕES UNIDAS

A globalização faz com que decisões domésticas sejam cada vez mais limitadas por fatos que ocorrem em outras partes do mundo, e não é possível avançar sem envolver outros líderes.

Jonathan Powell

As Cúpulas das Nações Unidas cumprem uma função essencial no estabelecimento das prioridades globais e na mobilização do comprometimento com os planos de ação elaborados ao redor do mundo. Historicamente, as cúpulas têm promovido uma abordagem colaborativa e holística e acarretam a ação conjunta por meio da multiplicidade de atuantes estatais, não governamentais e do setor privado.

Também chamadas de Cúpulas Mundiais ou Conferências Globais das Nações Unidas, as Cúpulas das Nações Unidas são caracterizadas como reuniões de alto nível, sempre incluem Chefes de Estado e são intergovernamentais por natureza. Uma Cúpula das Nações Unidas é uma conferência que não faz parte do programa regular de conferências periódicas bienais, sendo convocada pela Assembleia Geral ou pelo Conselho Econômico e Social, em resposta a uma resolução específica para a qual preparações significativas e provisões orçamentárias adicionais são feitas, e todos os Estados são convidados a comparecer. Essas conferências, geralmente, se estendem por um período de duas até quatro ou seis semanas e requerem um nível intensivo de planificação e administração (SCHECHTER, 2005).

De modo geral, as Cúpulas das Nações Unidas são convocadas para tratar de assuntos globais a respeito de desenvolvimento social, humano, e/ou econômico que necessita intervenções intersetoriais. São projetadas como uma resposta à inabilidade das estruturas institucionais existentes de lidar devidamente com a questão apresentada (SCHECHTER, 2005). Elas servem para: aumentar a conscientização global e incitar a urgência política; estimular a ação entre os atores estatais e os não estatais, em âmbito local, nacional, internacional e global; incitar o diálogo entre as ONGs e a sociedade civil; edificar a capacitação institucional e legalizar a necessidade de governança global; estabelecer normas e diretrizes internacionais; proporcionar um foro onde novas propostas são debatidas e ganham consenso; gerar empenho dos governos e desenvolver procedimentos para submissão de relatórios de progresso às Nações Unidas (SCHECHTER, 2005).

Apesar das Cúpulas atraírem grande participação de governos, empresas, organizações não governamentais-ONGs, representantes acadêmicos e sociedade civil, poucas decisões da ONU têm poder vinculativo como leis internacionais, mesmo que o órgão seja considerado uma espécie de legislatura mundial. O fato é que as Nações Unidas confiam no empenho voluntário dos Países-Membros para respeitar suas decisões.

Neste capítulo, será apresentada a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação-CMSI, a origem e a situação atual desta que é uma das mais importantes cúpulas da ONU por ser um marco em termos de iniciativas para o processo de constituição e construção, de forma mais democrática e igualitária, da Sociedade da Informação.

4.1 CÚPULA MUNDIAL SOBRE A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO-CMSI: DAS ORIGENS À ATUALIDADE

A ideia de realizar a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação-CMSI surgiu em 1998, por iniciativa da Conferência Plenipotenciária da União Internacional das Telecomunicações²⁰ - UIT, a qual admitiu que o fosso digital (*digital divide*) existente entre indivíduos com e sem acesso às informações estava se ampliando, em oposição à evolução das TICs, as quais passavam a desempenhar um papel cada vez mais relevante nos âmbitos político, social, cultural e econômico.

Assim sendo, as Nações Unidas reconheceram a necessidade de promover cooperação entre as várias iniciativas nacionais e globais que visam promover as TICs e aprovou uma resolução que encarregou a UIT de assumir o papel principal na preparação da Cúpula²¹. A UNESCO, órgão “engajado no debate institucional sobre a Sociedade da Informação” (MATTELART, 2006, p. 160), auxiliou na organização do evento.

²⁰ A União Internacional de Telecomunicações-UIT é uma organização internacional com a função de padronizar e regular as ondas de rádio e telecomunicações internacionais. Fundada como União Internacional de Telégrafos, em Paris, em 17 de maio de 1865, é hoje a organização internacional mais antiga do mundo. É uma das agências especializadas da ONU e sua sede fica em Genebra, na Suíça. Suas principais ações são dedicadas a temas relacionados às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

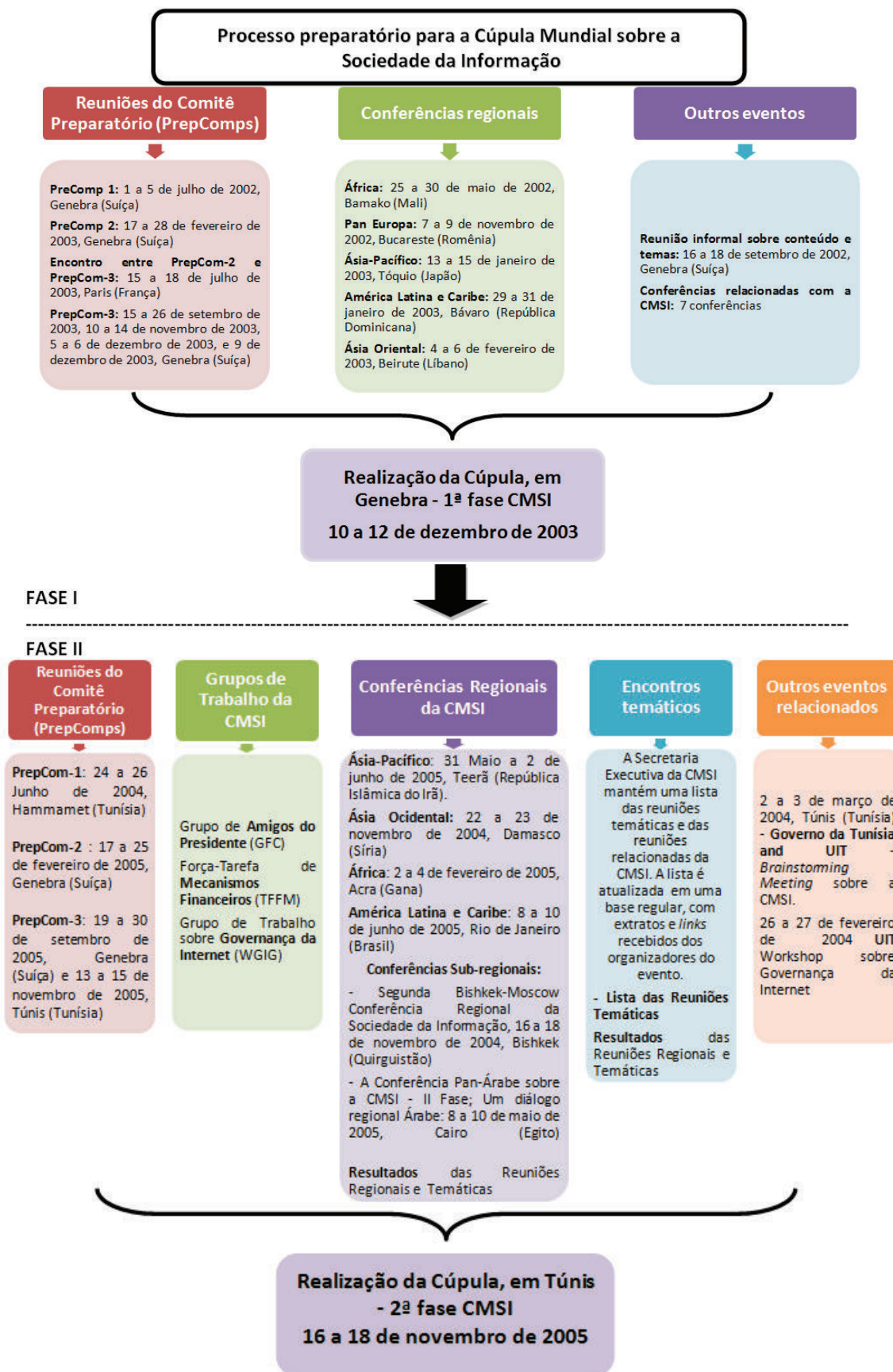
FONTE: <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/uit/>

²¹ http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Barra_Escolha/ONU_SociedadeDaInformacao.htm

A aprovação para a realização da CMSI ocorreu em 21 de dezembro de 2001, através da *Resolução nº 56/183*, da Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual recomendou que os preparativos para a Cúpula fossem realizados através de um Comitê Preparatório Intergovernamental em aberto, o qual deveria: definir a agenda, decidir sobre as modalidades de participação dos outros setores interessados e finalizar ambos os rascunhos, da *Declaração de Princípios* e do *Plano de Ação* da Cúpula. A Resolução, além disso, registra convite à UIT para assumir o papel de liderança gerencial na Secretaria Executiva da Cúpula e de fazer-se representar na Cúpula ao mais alto nível possível e, ainda, convidou os Governos a participarem ativamente do processo preparatório.

A figura a seguir ilustra o processo de organização da CMSI.

FIGURA 1 - Processos da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação



FONTE: elaborado pela autora, adaptado de SATHLER (2005).

A CMSI teve a participação de delegações representando vários países, o que configurou grande representação governamental, além da participação de organizações interessadas no desenvolvimento da Sociedade da Informação, de empresas do setor privado, grandes responsáveis pelo setor de desenvolvimento de tecnologia, e da sociedade civil. Após as duas fases realizadas em 2003 e 2005, ocorrem anualmente os fóruns da CMSI, com o objetivo de dar prosseguimento às discussões estabelecidas e às decisões tomadas em Túnis, assim como avaliar o andamento das propostas constituídas.

Segundo Betancourt (2004), além dos antecedentes formais, existem aspectos de outras naturezas que influenciaram na realização da CMSI. Destacam-se os “processos de globalização e a importância que as TICs adquiriram no mercado mundial”. A autora aponta as quatro indústrias que anteriormente operavam de forma independente, mas, agora, são uma mesma e grande área: a indústria da informação e da comunicação. Ou seja, a computação, as comunicações, o consumo eletrônico e o conteúdo se transformaram em uma grande indústria “que determina radicalmente os fluxos de informação e os processos de comunicação” (BETANCOURT, 2004, p. 30). É particularmente importante destacar também a falta de clareza sobre questões centrais neste cenário, como a Governança da Internet e a ausência de marcos regulatórios e de políticas adequadas para atender a maior parte dos aspectos relacionados à Sociedade da Informação.

Neste sentido, ou seja, no que se refere ao impacto social da mencionada junção, a autora afirma o seguinte:

O impacto que este fenômeno tem nas distintas esferas da vida social se traduz, especialmente nos países menos desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, em uma radicalização das condições de pobreza, na exacerbação e ampliação das brechas sociais (entre elas a chamada brecha digital, que não é outra coisa senão o reflexo e extensão das brechas estruturais existentes). (BETANCOURT, 2004, p.30-31).

A CMSI apresenta alguns diferenciais, no que se refere às cúpulas da ONU: primeiro, porque, diferentemente das demais cúpulas patrocinadas pelas Nações Unidas, foi realizada em duas fases. Segundo, porque ela foi organizada por um órgão técnico, a UIT, defensora dos interesses do setor privado, apesar de tratar de temas de grandes implicações sociais, culturais, econômicas e políticas. Além disso, em terceiro lugar, pela primeira vez o setor privado é incluído como peça-chave no processo e refletirá o interesse do envolvimento dos demais atores (BETANCOURT, 2004).

Corroborando a afirmação de que a Cúpula foi organizada por um órgão técnico, ou seja, sobre o fato de a UIT ter sido escolhida para organizar a CMSI, Mattelart (2005, p. 153-154) assinala o seguinte:

O culto à informação negligencia a cultura e a memória. Só a instrução importa. A produção de sentido não está no currículo dos técnicos. Esse determinismo técnico explica porque a União Internacional das Telecomunicações pode ter sido promovida a anfitriã de uma conferência sobre o futuro de nossas sociedades [CMSI] e porque a Organização Mundial do Comércio pôde por a cultura na relação de serviços e reivindicar prerrogativas sobre ela (MATTELART, 2005a, p. 153-154).

Apesar da aparência tecnicista impregnada nas ações que visam ao desenvolvimento da Sociedade da Informação, é imprescindível ressaltar a importância de se pensar os benefícios do potencial das TICs como ferramentas para o desenvolvimento e, pode-se inferir que tem sido o reconhecimento da ampliação das desigualdades sociais - com destaque para a *digital divide* - por parte de múltiplos e diferentes atores, que fez (e tem feito) emergir iniciativas como a CMSI, objetivando pensar e trabalhar com possibilidades que abordem as TICs sob a perspectiva do desenvolvimento e de melhorias em distintos aspectos.

O problema colocado pelos autores acima citados não tem como intenção apontar os aspectos técnicos como vilões do processo, mas alertar para o fato de que não se pode mais aceitar a hegemonia de produtos tecnológicos que não consideram os aspectos culturais, sociais e políticos de cada país. Cabe destacar que a *digital divide* atinge os países de formas distintas, não necessariamente porque são pobres ou não desenvolvem tecnologias. Portanto, o entendimento de *digital divide* única e exclusivamente como a distância entre quem tem e não tem acesso às TICs deve ser adotado com cautela, por não ser universal. Há países, como a Coreia do Norte, por exemplo, que têm tecnologia, mas se excluem por restrição política. Questões culturais, políticas, ideológicas, identitárias, dentre outras, portanto, precisam ser consideradas.

Segundo aponta a literatura, a CMSI destaca-se nesse cenário, ao se considerar o esforço de um grande número de nações em pensar soluções para problemas relacionados à Sociedade da Informação. Conforme afirma o autor:

Entretanto, o real objetivo da CMSI está além dela mesma e de seus espaços formais. Está na ativação de processos nacionais, no impulso de iniciativas de sensibilização sobre a importância e o impacto das políticas de TICs, na geração de condições e no desenvolvimento de estratégias efetivas de incidência e participação pública nos processos de políticas de TICs (LIMA, 2004, p. 40-41).

Se analisada por este ponto de vista, embora pouco divulgada e também pouco pesquisada no âmbito acadêmico, a CMSI tem alcançado resultados positivos, o que pode ser averiguado a partir de relatórios disponibilizados no site oficial da Cúpula, apesar de nem todas suas proposições terem sido concretizadas. O aspecto positivo deve-se principalmente ao fato da Cúpula ter iniciado um enorme processo de mudança, envolvendo a participação de mais de 170 países e de diferentes segmentos da sociedade, além da comunidade internacional. É preciso considerar também a amplitude de seu plano de ação e o caráter utópico de algumas linhas de ação, o que dificulta sua viabilização.

4.1.1 Primeira fase - Genebra

A primeira fase da CMSI ocorreu em Genebra (Suíça), no período de 10 a 12 de dezembro de 2003, com representativa participação, como já mencionado. A tabela a seguir demonstra o índice de participação:

TABELA 1 - Número de participantes na primeira fase da CMSI

Grupos	Número de Participantes	Número de Entidades Representadas
Estados	4590	175
Organizações Internacionais	225	50
Organismos da ONU	620	37
Agências da ONU	347	13
Organizações não governamentais	3310	481
Negócios	514	98
Convidados	471	-
Mídia	970	631
TOTAL	11047	1485

Fonte: sala de imprensa da CMSI (<http://www.itu.int/wsis/geneva/newsroom/index.html>).

Segundo Silva (2008, p. 128), na primeira fase da CMSI, os principais assuntos “foram concentrados em um número de cinco grandes eixos, isto é: a) sociedade do conhecimento; b) direitos e governo; c) infra-estrutura e ferramentas; d) cooperação e investimentos; e) desenvolvimento e emprego.” Devido à grande diversidade dos temas e dos interesses, houve pouco consenso entre os participantes. Além disso, não houve aprofundamento nos debates sobre os assuntos, devido, justamente, à diversidade de interesses dos participantes.

Ao final da primeira fase foram gerados dois documentos principais: a *Declaração de Princípios* e o *Plano de Ação*, os quais consolidaram o empenho dos participantes em relação à definição sobre Sociedade da Informação e corporificaram as discussões que ocorreram nesse primeiro momento.

A *Declaração de Princípios*, em linhas gerais, estabelece as formas para se construir uma Sociedade da Informação mais inclusiva e equitativa. O documento estabelece a visão dos representantes das nações mundiais sobre a forma como acreditam que deve se desenvolver esta “nova sociedade”, além de descrever os desafios e os critérios de acordo com os quais esse processo deve ocorrer, os quais, segundo o próprio documento, não podem se desviar dos princípios e determinações pré-estabelecidos na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O *Plano de Ação* é o conjunto de ações/proposições a serem adotadas e realizadas pelos governos e pelas partes interessadas no desenvolvimento da Sociedade da Informação. O documento traça as Onze Linhas de Ação a serem colocadas em prática, as quais foram descritas em consonância com cada preceito disposto na *Declaração de Princípios*, e alinhadas com os objetivos da *Declaração do Milênio*. É no *Plano de Ação*, como definido em seu próprio texto, que os fundamentos da *Declaração de Princípios* são transformados em linhas de ação para atingir os objetivos de desenvolvimento internacionalmente acordados.

Além dos dois citados documentos, o resumo²² do último dia do evento também afirma o direito de liberdade de expressão, recomenda a criação de *cyber-estratégias* nacionais em todos os países até 2005 e exige a criação do *Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet*.

Conforme descrito no resumo da primeira fase da CMSI:

A Declaração de Princípios, intitulada “Construindo uma Sociedade da Informação: um desafio global para o novo Milênio” reflete o desejo comum e o compromisso dos governos em construir uma sociedade da informação centrada nas pessoas, inclusiva e orientada para o desenvolvimento, onde todos possam criar, acessar, utilizar e compartilhar informação e conhecimento, permitindo que indivíduos, comunidades e povos alcancem pleno potencial na promoção de seu desenvolvimento sustentável e também melhorando sua qualidade de vida, premissa dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e respeitando plenamente e defendendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O desafio é aproveitar o potencial das TICs na promoção do desenvolvimento dos objetivos da

²² O resumo do último dia da primeira fase da CMSI encontra-se disponível em <<http://www.itu.int/wsis/geneva/newsroom/summaries/12roundup.html>>. Acesso em: 07 abr 2012.

Declaração do Milênio²³ (MEETING SUMMARIES, sem paginação, tradução nossa).

Além do trecho destacado acima, outros trechos de documentos oficiais da Cúpula reforçam a ligação entre as suas linhas de ação e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-ODMs, o que fortalece o discurso dos participantes da CMSI sobre aproveitamento dos benefícios das TICs para o desenvolvimento econômico e social. A seguir, estão descritos de forma sintética, as onze Linhas de Ação do *Plano de Ação* da CMSI e os oito objetivos da *Declaração do Milênio*²⁴:

Linhas de Ação da CMSI

- C1.** *O papel dos governos e de todos os atores envolvidos na promoção das TICs para o desenvolvimento;*
- C2.** *Infraestrutura de informação e comunicação: fundamento básico da Sociedade da Informação;*
- C3.** *Acesso à informação e ao conhecimento;*
- C4.** *Criação de capacidades (capacitação);*
- C5.** *Criação de confiança e de segurança na utilização das TICs;*
- C6.** *Ambiente favorável;*
- C7.** *Aplicações das TICs (E- governo, Comércio eletrônico, aprendizagem em TICs, E-saúde, TICs e emprego, Ciberecologia, Ciberagricultura, Ciberciência);*
- C8.** *Diversidade e identidade culturais, diversidade linguística e conteúdo local;*
- C9.** *Meios de comunicação (Mídia);*
- C10.** *Dimensões éticas da Sociedade da Informação;*
- C11.** *Cooperação internacional e regional.*

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:

- 1.** *Erradicar a extrema pobreza e a fome;*
- 2.** *Atingir o ensino básico universal;*
- 3.** *Promover a Igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;*
- 4.** *Reduzir a mortalidade na infância;*
- 5.** *Melhorar a saúde materna;*
- 6.** *Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;*
- 7.** *Garantir a sustentabilidade ambiental;*
- 8.** *Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.*

²³ *The Declaration of Principles, entitled "Building an Information Society: a global challenge in the new Millennium", reflected the common desire and commitment of governments to build a people-centred, inclusive and development-oriented information society, where everyone could create, access, utilize and share information and knowledge, enabling individuals, communities and peoples to achieve their full potential in promoting their sustainable development; and also in improving their quality of life, premised on the purposes and principles of the Charter of the United Nations and respecting fully and upholding the Universal Declaration of Human Rights. The challenge was to harness the potential of ICTs to promote the development goals of the Millennium Declaration.*

²⁴ Fonte: <http://www.itu.int/wsis/docs/geneva/official/poa.html>

Bemfica, Cardoso e Faria (2005), ao analisarem a já citada *Declaração de Princípios*, concluem, de forma crítica, que as iniciativas para a constituição da Sociedade da Informação contidas neste documento têm como objetivo o estabelecimento de uma plataforma tecnológica mais adequada à circulação e ao consumo em um mercado cada vez mais global, no qual, os principais fluxos econômicos – financeiro e de informação – são eminentemente virtuais, transformando as relações sociais em relações típicas do mercado.

Os autores afirmam que as iniciativas ditas para o desenvolvimento da Sociedade da Informação se centram em assegurar a confiabilidade e autenticidade das transações, garantir a integridade dos dados e estabelecer regras comerciais com vistas a servir adequadamente como plataforma tecnológica para a globalização econômica em curso. As iniciativas possuem uma orientação neoliberal, cujos princípios, originados no Norte do globo terrestre, colocam o mercado como elemento principal dessa sociedade centrada em informação, conhecimento e tecnologias, cabendo aos governos, a sua promoção (BEMFICA, CARDOSO, FARIA, 2005).

No entanto, há autores (LIMA, 2004; SILVA, 2008) que consideram a iniciativa positiva, ao avaliarem o fato de que houve um esforço conjunto, de muitos países que se dispuseram a debater o tema e buscar soluções:

Na nossa análise, a Cúpula Mundial contribuiu para o fortalecimento das possibilidades de se construir uma sociedade da informação mais justa. Isto é, apesar dos contratemplos, teve avanços para que se (re)pensasse a acessibilidade, a conectividade, o envolvimento do poder público, assim como das organizações mundiais e sociedade civil, viabilizando, inclusive, possibilidades de se melhorar a vida cotidiana dos cidadãos a partir de (re)ordenamentos em escala local e/ou global dos territórios (SILVA, 2008, p. 130).

Lima destacou ser a CMSI um meio para consolidação da Sociedade da Informação, não um fim, e declarou que ela pode ser considerada:

[...] uma plataforma valiosa para a discussão e reflexão dos aspectos mais importantes que dão forma à Sociedade da Informação, integrando distintas regiões, ideologias e setores. Nesse sentido, foi tomada como uma oportunidade para contribuir para a formação de Sociedades da Informação baseadas nos direitos humanos, na justiça social e no desenvolvimento (LIMA, 2004, p.40).

Na contramão dos pensamentos otimistas e dos entendimentos destacados, há também autores que apresentam críticas negativas sobre a Cúpula e afirma que ela foi um fracasso ao tentar, mas não criar mecanismos concretos contra a exclusão digital. Ao final da primeira fase, por exemplo, questões importantes ficaram sem encaminhamento. Segundo Ramonet (2004), três questões ficaram sem

resposta/direcionamento na *Declaração Final*, motivo pelo qual considerou a primeira fase da CMSI, um fracasso mal disfarçado.

A primeira questão é relativa ao *Fundo de Solidariedade Digital*, cujo projeto não avançou, pois os países desenvolvidos não quiseram contribuir financeiramente. A segunda questão é a discussão sobre *cibersegurança*, que também não avançou, pois as nações não fizeram nenhum tipo de concessão no sentido de suprimir ou implementar o controle sobre a Internet exercido por Estados autoritários (como a China, por exemplo). E a terceira questão, aquela que se pressupõe ter sido o principal motivo para a realização da CMSI, envolve o debate acerca da definição sobre a *Governança da Internet*, pois não houve consenso sobre a regulamentação e a administração da Internet, atualmente exercida pelos EUA, detentor absoluto de seu controle (SILVA, 2008).

O que fica claro, ao tomar conhecimento sobre estas questões, é o fato de que são muitos interesses e muitos países debatendo um tema de alta complexidade, tendo como pano de fundo as correlações de forças aí estabelecidas. Neste processo de correlação de forças, Tim Berners-Lee²⁵, juntamente com representantes de outros países, buscou transferir a responsabilidade da Governança da Internet para uma instância especial das Nações Unidas, mas, na segunda fase da CMSI, os Estados Unidos mantiveram a posição de que a administração deve ser realizada pelo setor privado.

A busca da cooperação entre os Estados visando ao estabelecimento de uma governança global de Internet demanda, principalmente, a integração e a expansão das redes locais com a rede global. Segundo Silva (2008, p. 139), essa cooperação acaba não ocorrendo “não somente pelas infraestruturas locais que geram lugares privilegiados como também em função dos múltiplos interesses dos atores envolvidos na discussão”.

Além dos díspares estágios de desenvolvimento social, econômico e político das diferentes regiões do globo, que acontecem em função da má distribuição de renda, destacam-se também questões ideológicas, culturais ou políticas restritivas, como já mencionado, e ainda, a falta de conhecimento técnico, que dificulta e, muitas vezes, impede o acesso das pessoas aos sistemas de telefonia (móvel e fixa), à tecnologia de informação e comunicação e à Internet (universo virtual e suas infinitas possibilidades).

A autora destaca ainda:

²⁵ Timothy John Berners-Lee é um físico britânico e cientista da computação, criador da World Wide Web.

Assumindo o entendimento de que a Internet permite a ampliação das estratégias para adaptação dos padrões de acumulação sócio-espaciais, podemos considerar que o descompasso entre o seu ordenamento político existente coloca-o em desacordo e em conflito com o princípio da soberania estabelecido pelos Estados Nacionais, e das novas formações econômicas e sociais representadas por grupos hegemônicos diversos (SILVA, 2008, p.140).

Motivo pelo qual o debate sobre o tema, a realização de mais pesquisas, assim como a definição de uma política abrangente e consistente, devem acontecer o quanto antes. O tema Governança da Internet e os aspectos que o envolvem serão abordados adiante.

4.1.2 Segunda fase - Túnis

Na segunda fase da Cúpula, realizada em Túnis (Tunísia) no período de 16 a 18 de novembro de 2005, o número de participantes foi ainda mais expressivo, conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

TABELA 2 - Número de participantes na segunda fase da CMSI

Grupos	Número de participantes	Número de Entidades Representadas
Estados e Comunidade Europeia	5857	174
Organizações Internacionais	1508	92
ONGs e Entidades da Sociedade Civil	6241	606
Entidades do setor de negócios	4816	226
Mídia	979	642
TOTAL	19401	1740

Fonte: sala de imprensa da CMSI (<http://www.itu.int/wsis/tunis/newsroom/index.html>).

O objetivo da segunda fase, além de averiguar o que havia sido colocado em prática em relação à primeira fase, foi fortalecer os compromissos estabelecidos e preparar uma agenda de ações. Outros dois documentos finais foram gerados: O *Compromisso de Túnis* e a *Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação*²⁶.

O *Compromisso de Túnis* reitera o acordo consolidado em Genebra, na primeira fase da CMSI, reafirma o desejo e o compromisso de construção de uma Sociedade da Informação inclusiva. Afirma também ser a segunda fase da CMSI uma oportunidade de se conscientizar sobre as vantagens que as TICs podem oferecer à

²⁶ Os documentos da CMSI são de acesso público e estão disponíveis em sua página eletrônica: <http://www.itu.int/wsis/index.html>. O livro *Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: um tem@ para todos*, organizado por SELAIMEN e LIMA, apresenta a tradução em Português da *Declaração de Princípios* e do *Plano de Ação*.

humanidade, facilitando e transformando a vida, ampliando a interação, e possibilitando projeções e planejamentos futuros.

A *Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação*, como define o próprio nome, trata do cronograma de atividades a serem realizadas e da passagem dos princípios e planos estabelecidos na primeira fase da CMSI à ação. Este documento aborda tanto as ações já definidas e que foram realizadas no intervalo de tempo entre a primeira e a segunda fase, quanto das ações que precisam ser adotadas durante esta fase e ainda de proposições para o desenvolvimento da Sociedade da Informação nos próximos anos.

Cabe destacar que o documento apresenta resoluções acerca de três temas principais sobre os quais giraram os mais importantes debates da CMSI: Mecanismos financeiros para atender aos desafios das TICs para o desenvolvimento, Governança da Internet e Mecanismos de implementação e acompanhamento das proposições da Cúpula, os quais serão discutidos nos próximos tópicos.

Os três temas citados são abordados também no Relatório da fase de Túnis, especificamente na introdução da descrição feita sobre a *Agenda de Túnis*, destacada a seguir:

Reafirmamos os compromissos assumidos em Genebra e construímos sobre eles, em Túnis, focando no estabelecimento de mecanismos financeiros para reduzir a brecha digital, na governança da Internet e questões relacionadas, bem como na implementação e acompanhamento das decisões de Genebra e de Túnis (REPORT..., p.7, 2005, tradução nossa).²⁷

Tal discurso reforça o que havia sido estabelecido na primeira fase: a forte relação que se pretendeu estabelecer entre as propostas da CMSI e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-ODMs. Este não é o único trecho que reforça a relação entre ambos, conforme pode ser verificado no excerto a seguir:

Nós reconhecemos que as metas e objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, são fundamentais. O Consenso de Monterrey sobre financiamento para desenvolvimento é a base para a busca de adequados e apropriados mecanismos financeiros para promover TIC para o desenvolvimento, em acordo com a Agenda de Solidariedade Digital do *Plano de Ação de Genebra*. (REPORT..., p.7, 2005, tradução nossa).²⁸

²⁷ *We reaffirm the commitments made in Geneva and build on them in Tunis by focusing on financial mechanisms for bridging the digital divide, on Internet governance and related issues, as well as on implementation and follow-up of the Geneva and Tunis decisions.*

²⁸ ***We recognize that the internationally agreed development goals and objectives, including the Millennium Development Goals, are fundamental. The Monterrey Consensus on Financing for Development is the basis for the pursuit of adequate and appropriate financial mechanisms to***

Além dos documentos oficiais que fazem menção à proximidade das metas da CMSI e com os ODMs, o Secretário Geral adjunto da União Internacional de Telecomunicações, Houlin Zhao, em artigo publicado em 2011, no qual aborda os obstáculos e soluções para a CMSI e a *broadband divide*, argumenta que é tempo de fazer um balanço dos “objetivos estabelecidos pela CMSI em combinação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-ODMs”, dado o curto tempo restante para a data final estabelecida para alcance de tais objetivos, que é o ano de 2015.

Com fulcro nesta necessidade declarada de se fazer um balanço das metas e averiguar o grau de desenvolvimento (ou evolução) das linhas de ação da CMSI foi desenvolvida esta pesquisa. São apresentadas a seguir, antes de iniciar a análise dos dados, as resoluções acerca de três temas fundamentais sobre os quais giraram os debates da CMSI e que estão na *Agenda de Tunis para a Sociedade da Informação*: Mecanismos financeiros para atender aos desafios das TICs para o desenvolvimento, Governança da Internet e Mecanismos de implementação e acompanhamento das proposições da Cúpula. Estas três resoluções (ou encaminhamentos), estão descritas nos tópicos a seguir na mesma sequência em que são apresentadas no relatório da segunda fase da CMSI, em Túnis.

4.2 AS RESOLUÇÕES DA FASE FINAL DA CMSI

4.2.1 Mecanismos de Financiamento

Durante a primeira fase da Cúpula (Genebra/2003) foi proposta a construção do *Fundo de Solidariedade Digital* pela necessidade de participação financeira dos países-membros, sobretudo dos países centrais, para se colocar em prática o grandioso projeto de construção da Sociedade da Informação. Esse tema ganhou destaque durante a primeira fase, mas, apesar de planejado e estabelecido, o *Fundo de Solidariedade Digital* não contou com a adesão da maior parte dos países-membros. Poucos países contribuíram para sustentá-lo.

Já na segunda fase, no relatório da fase de Túnis/2005, é descrito o *Task Force on Financial Mechanisms-TFFM* (Força Tarefa sobre Mecanismos Financeiros), criado graças aos esforços do então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan. De acordo

promote ICT for development, in accordance with the Digital Solidarity Agenda of the Geneva Plan of Action.

com o documento, ao TFFM foi delegada a tarefa de realizar uma revisão completa da adequação dos mecanismos financeiros existentes voltados ao enfrentamento dos desafios das TICs para o desenvolvimento. Uma das constatações do TFFM descrita no Relatório de Túnis é a seguinte:

O relatório do TFFM expõe a complexidade dos mecanismos existentes, tanto públicos quanto privados, que fornecem financiamento para TICs em países em desenvolvimento. Ele identifica áreas onde tais mecanismos poderiam ser melhorados e onde poderia ser dada prioridade mais elevada às TICs por países desenvolvidos e seus parceiros de desenvolvimento (REPORT..., p. 7, 2005, tradução nossa).²⁹

A partir da conclusão do relatório do TFFM, a Cúpula considerou a necessidade de melhorias e inovações dos mecanismos financeiros, incluindo a criação do *Fundo de Solidariedade Digital*, como mencionado na *Declaração de Princípios de Genebra*.

Sobre a questão do financiamento para que ocorra desenvolvimento mais democrático e igualitário da Sociedade da Informação, Silva (2008, p. 117) afirma que:

Os países que monopolizam a ordem mundial podem minimizar a “brecha”, “hiato”, “apartheid”, “fratura” digital. Isto é, o abismo que separa [...] os abastados em tecnologia da informação, e outros, mais numerosos que não as têm, e deixa claro também a dura estatística de que 20% da população dos países ricos detêm 85% da renda mundial e que é preciso fazer algo (SILVA, 2008, p. 117).

A autora acrescenta que, do contrário, ou seja, se algo não for feito e o mais breve possível, a explosão das tecnologias de informação, cibernéticas e as modernas possibilidades de comunicação, aumentarão ainda mais essa distância nos países subdesenvolvidos (SILVA, 2008).

O fato é que muitas das “previsões” feitas por pesquisadores e estudiosos sobre os impactos das TICs na sociedade (ou sobre a inclusão digital), já são realidade, o que torna imprescindível “pensar em alternativas à inclusão já que o processo de globalização, sobretudo aquele suportado por aparatos tecnológicos, valorizados em constante ufanismo, não possibilitou a inserção dos mais pobres na era informacional”, como afirma Aun (2007, p.14). O apoio financeiro e o comprometimento dos países desenvolvidos para com o *Fundo Solidário Digital* é essencial para se atingir as metas estabelecidas pela CMSI, além do consenso sobre a sua direção.

²⁹ *The TFFM report sets out the complexity of existing mechanisms, both private and public, which provide financing for ICTs in developing countries. It identifies areas where these could be improved and where ICTs could be given higher priority by developing countries and their development partners.*

4.2.2 Governança da Internet

O assunto considerado mais polêmico, dentre os demais discutidos durante a CMSI, é também considerado, por alguns autores (SILVA, 2008; SATHLER, 2005; LIMA & SELAIMEN, 2004), o mais relevante e aquele que, de fato, levou à realização da CMSI, ao se considerar o desejo dos países de transformar em multilateral a Governança da Internet, que é unilateral, sendo exercida somente pelos EUA. Falar sobre a Sociedade da Informação e Governança da Internet é, conforme Silva (2008, p.24) “uma discussão tão séria que envolve, dentre vários subtemas, o território e o direito dos países terem legitimada a gestão dos seus domínios de topo com código de país (ccTLD)³⁰”.

Nas atuais circunstâncias, “não há pessoa, entidade ou instituição capaz de trazer lei e ordem ao ciberespaço” (DOROTHY, 2008 *apud* SILVA, 2008, p. 24). O fato é que a Governança da Internet é tema polêmico e envolve diferentes interesses e forças de poder, conforme afirma a autora:

As propostas para Governança da Internet a partir de um sistema internacional atendem a múltiplos interesses e podem levar a conflitos, pois são de difíceis consensos e também por tratarem de assuntos relacionados à privacidade, padrões de abertura, acesso e conectividade, multilinguismo, *spam*, acesso ao conhecimento, liberdade de expressão e os Direitos e Deveres da Internet (SILVA, 2008, p.28).

Em se tratando dos pontos de conflito citados, uma das estratégias apontadas pela literatura é o estabelecimento de dispositivos de segurança e controle, o que não é novidade, por ser este um dos grandes desafios dentro no contexto da Sociedade da Informação, principalmente por estar conectada em rede:

[...] o desafio é estabelecer estratégias de segurança e defesa da rede e seus pontos de conexão. São inúmeros os computadores que controlam os serviços mais importantes e estratégicos nas diferentes escalas espaciais. Eles fazem parte de um contexto global em que a interconexão amplia o espaço de atuação local (SILVA, 2008, p.24-25).

Algumas perguntas são fundamentais para se compreender a dimensão da atual interferência estadunidense na Internet, como por exemplo: qual o papel da Internet e quem a controla? Ao se pensar a questão da governança compartilhada

³⁰ ccTLD é o domínio de topo de código de país, ou country code Top-Level Domain-ccTLD. O domínio de topo na internet é geralmente usado ou reservado para um país ou um território dependente. O Brasil usa o .br, Estados Unidos usa .us, França usa .fr e assim por diante. A *Internet Assigned Numbers Authority*-IANA cria e mantém os ccTLD. Ver mais em: <http://www.iana.org/about>.

visando à universalização do acesso, é fundamental destacar que esta última “sempre esbarra na lógica perversa do capital na obsolescência programada da aceleração contemporânea geradora de desigualdades” (SILVA, 2008, p.26).

Ainda seguindo Silva (2008), do ponto de vista da geopolítica e da governança atual, indaga-se sobre quem poderia assumir a responsabilidade mundial de administrar a Internet, questionamento que foi levantado por representatividades mundiais. Esta inquietação fundamenta-se em Castells (2003), pois é preciso desenvolver protocolos compartilhados e acordos quanto a padrões de distribuição de nomes e endereços na Internet objetivando assegurar a comunicação e as funções de coordenação da rede. Além disso, dois outros problemas, distintos, mas interligados, se apresentam. Trata-se de como as políticas públicas se enquadram na arquitetura global da Internet e de como se projeta sua arquitetura técnica.

A autora assinala também que:

Institucionalmente, o fato de a Internet ter sido desenvolvida historicamente nos EUA trouxe consigo a proteção constitucional da livre expressão imposta pelos tribunais americanos. A atual estrutura mundial de gestão é piramidal e corporativa, tendo como topo da pirâmide a *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN), um organismo civil sem fins lucrativos registrado nos EUA (SILVA, 2008, p. 146).

Quando se pensa no fato de que a Governança da Internet tem como propósito criar, melhorar ou adaptar mecanismos globais para lidar com os temas centrais oriundos da presença cada vez mais decisiva da Internet na economia, na sociedade, na política e na cultura de todos os países, pressupõe-se que uma gestão mais segura, confiável e eficaz do sistema deveria ser exercida de forma compartilhada e, portanto, mais democrática. A necessidade atual, segundo aponta a literatura, exige uma reformulação da gestão vigente.

Ao final da segunda fase da CMSI não se obteve nenhum resultado concreto ou acordos com relação à gestão da Internet, além do aspecto positivo de, pela primeira vez, o tema ter sido debatido de forma amplificada. Destaca-se ainda o fato de os Estados Unidos terem aceito criar um fórum global de acompanhamento, aconselhamento e proposição de políticas; reconhecerem que nenhum país deve se envolver nas decisões de qualquer tipo relativas ao ccTLD de outro país; reconhecerem que princípios de política pública em relação à governança de nomes de domínio (gTLDs e sTLDs) são necessários; e reconhecerem também que é preciso haver um processo de cooperação avançado entre os governos nos assuntos de política pública internacional relativos à governança (SILVA, 2008).

A *Agenda de Túnis*, em seu parágrafo 67, convida o Secretário Geral da ONU a convocar um novo fórum para o estabelecimento do diálogo político *multi-stakeholder*, chamado *Fórum de Governança da Internet-FGI*. O fórum foi criado em 2006 e seu primeiro encontro ocorreu em Atenas (Grécia), tendo os demais encontros ocorridos anualmente e sem interrupções. O próximo foi agendado para novembro de 2012 e ocorreu em Baku, no Azerbaijão. Esta instância de discussão mantém um *website* online³¹ que tem como objetivo dar suporte ao Secretário Geral da ONU no atendimento ao que ficou estabelecido pela CMSI. O site oferece um espaço interativo e colaborativo, que possibilita a exposição de opiniões e a troca de ideias por parte dos interessados.

4.2.3 Implementação e avaliação

Visando ao acompanhamento do processo de implementação das proposições da CMSI, foram estabelecidos fóruns anuais da Cúpula. Inicialmente, foi criado o Livro de Ouro, posteriormente transformado na *WSIS Stocktaking Platform*³², base de dados da CMSI que comporta os projetos de inúmeros países, já realizados ou não, que foram criados visando ao desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Além disso, através do site oficial da Cúpula, é possível acompanhar as estratégias para implementação, as quais estão descritas a seguir:

- **WSIS Forum** - são os fóruns anuais da Cúpula, que acontecem desde 2006.
- **WSIS Implementation by Action Line** - trata-se da descrição de mecanismos de implementação organizados por linha de ação ou tema, conforme definido no *Plano de Ação de Genebra*, em 2003.
- **WSIS Stocktaking** - base dados lançada em 2004, e mantida pela União Internacional de Telecomunicações, tem como objetivo providenciar o registro dos projetos e atividades realizadas por governos, organizações internacionais, organizações do setor empresarial, sociedade civil e outras entidades.
- **United Nations Group on the Information Society (UNGIS)** - o Grupo das Nações Unidas sobre a Sociedade da Informação consiste dos órgãos e organizações relevantes da ONU que têm como objetivo facilitar a implementação dos objetivos da CMSI. É o grupo responsável,

³¹ <http://www.intgovforum.org/cms/>

³² Esta será explicada no item *WSIS Stocktaking Platform - Inventário da CMSI*

primordialmente, pela implementação em nível internacional, tendo sido nomeado o responsável pela condução, em 2011, do Processo de Consulta Pública sobre a Revisão Geral da Implementação dos Resultados da CMSI - *Open Consultation Process on Overall Review of the Implementation of the WSIS Outcomes (WSIS+10)*.

- ***Partnership on Measuring ICT for Development*** – Parceria para medir TIC para o desenvolvimento é uma iniciativa internacional e *multi-stakeholder* para melhorar a disponibilidade e a qualidade dos dados e indicadores de TIC, especialmente nos países em desenvolvimento. Lançado em 2004, a Parceria ajuda a medir a Sociedade da Informação a partir de três formas: definindo uma lista de indicadores e metodologias para coletar estes indicadores em TIC; ajudando os países em desenvolvimento a coletar estatísticas em TIC, particularmente através de capacitação e treinamento prático para os institutos nacionais de estatística; e recolhendo e divulgando estatísticas da Sociedade da Informação em vários formatos, incluindo um relatório global e banco de dados.
- ***Global Repository on WSIS Related Documents and Publications*** - trata-se da única coleção online de publicações relacionadas à CMSI, tendo sido criado para servir como ferramenta para recolher e trocar as informações relevantes para a CMSI. Para facilitar a procura de documentos, o Repositório Global oferece triagem simples de arquivo (pode-se procurar por linha de ação, pela instituição, pelo nome do autor, título, total de *downloads*, avaliação dos usuários, por data. O público interessado pode submeter seus documentos para o repositório global, objetivando complementar a coleção de recursos relacionados à CMSI, assim como podem baixar as publicações existentes gratuitamente, com a opção de ler o resumo de cada documento antes de baixá-lo.
- ***Global Calendar on WSIS Related Events and Activities*** – da mesma forma que o Repositório Global, o Calendário Global está disponível na *WSIS Stocktaking Platform*. Trata-se de uma fonte flexível e confiável para controlar os eventos relacionados à implementação dos objetivos da CMSI em níveis internacional, regional e nacional. Todos os interessados são convidados a apresentar seus eventos no calendário, objetivando ganhar mais visibilidade, com a possibilidade de criar e editar seus eventos. Serve também como ferramenta para anunciar os próximos eventos e acompanhar a história dos eventos.

- **Internet Governance Forum** - como já explicado anteriormente, trata-se do fórum que visa ao estabelecimento de um diálogo político e *multi-stakeholder* sobre a Governança da Internet.

Além dos oito itens mencionados, constantes do site da Cúpula, é possível acompanhar o processo de implementação das propostas da CMSI a partir do cadastramento de projetos na base de dados *WSIS Stocktaking Platform*. Cabe mencionar que, anualmente, são publicadas brochuras com casos de sucesso, e que em breve, serão publicados estudos de caso sobre a CMSI.

4.3 A CMSI E O BRASIL

A participação brasileira na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação foi mais representativa e significativa durante a segunda fase, em Túnis/2005. Na primeira fase, em Genebra/2003, o Brasil foi representado por uma delegação liderada pelo então Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores-MRE, Samuel Pinheiro Guimarães Neto. A conferência regional (na fase preparatória) ocorreu em Bávaro, na República Dominicana. Já na segunda fase, Túnis/2005, o Brasil foi representado por uma delegação chefiada pelo então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, a qual participou das discussões e definiu, inclusive, propostas para o desenvolvimento da Sociedade da Informação no âmbito nacional. A conferência regional da fase preparatória ocorreu no Rio de Janeiro.

Segundo a Nota nº 599 do MRE³³, a delegação brasileira contribuiu de forma decisiva para a redação dos dois documentos oficiais adotados pela CMSI, ao final de sua segunda fase. O Brasil teve a sua proposta para a internacionalização do gerenciamento da Internet (Governança da Internet) acolhida pela Cúpula. Além disso, o Fórum de Governança da Internet-FGI, foi constituído com uma estrutura bastante próxima à do Comitê Gestor da Internet no Brasil-CGI.br³⁴, aspecto em que a participação brasileira foi considerada essencial, de acordo com a perspectiva do MRE.

³³ <http://www.itamaraty.gov.br/>

³⁴ O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) foi criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995 e alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados. Ver mais em: <http://www.cgi.br/sobre-cg/index.htm>.

Ainda segundo a referida Nota, a delegação brasileira atuou próxima de outros países em desenvolvimento, em particular da Índia, da África do Sul, dos países da América Latina e do Caribe e da China, tendo suas posições consolidadas no âmbito do Grupo Interministerial sobre a Sociedade da Informação, mecanismo institucional com ampla participação da sociedade civil, da academia e dos meios empresariais.

Segundo o MRE, a reunião ministerial preparatória América Latina/Caribe sobre a Sociedade da Informação, realizada no Rio de Janeiro em junho de 2004, foi o momento em que se coordenaram as posições regionais para a Cúpula Mundial, como ilustrado no processo preparatório no início deste capítulo. Em Túnis, o governo brasileiro fez-se representar através da exposição intitulada *ICT for all*, por intermédio da “Maison Brésil”, estande organizado pela Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com os ministérios da Ciência e Tecnologia e Comunicações, da Caixa Econômica Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

Segundo aponta a literatura, as movimentações da representação brasileira em relação à CMSI ocorreram no sentido de cumprir os seus objetivos e, diante do cenário de grande desigualdade social que o país vive, o foco de investimento deverá ser a criação de infraestrutura tecnológica visando ao acesso, principalmente, das classes menos favorecidas:

A participação brasileira na CMSI estreitou relações com os representantes do terceiro setor, com o firme propósito de traçarem metas que permitam cumprir a Declaração de Princípios e o Plano de Ações da CMSI. Assim o Brasil poderá também investir na Sociedade da Informação centrada na universalização do acesso (SILVA, 2008, p.27)

No entanto, tal encaminhamento desperta questionamentos, pois, apesar do Brasil estar inserido no grupo dos países em desenvolvimento, sabe-se que o País tem regiões onde a pobreza e a miséria ainda o assolam. Essa condição, de certa forma, não elimina suas características de nação subdesenvolvida. Há indicadores sociais que apontam para essa dura realidade, principalmente quando se trata de serviços como saúde, educação, segurança, ainda muito insuficientes, dos quais a maioria da população depende do setor público. Ao se considerar a precariedade de serviços básicos como os mencionados, é possível inferir o grau de preocupação com a questão da inclusão digital e informacional, considerada por muitos como secundária.

O fato de alguns indicadores apontarem o baixo acesso às TICs por países subdesenvolvidos, principalmente à Internet (em 2010, a cada 100 habitantes na África, apenas 10,8 tinham acesso à Internet, e ainda, apenas 1,5 tinham acesso a

telefone fixo³⁵) é alarmante e “reforça ainda mais as preocupações da CMSI em busca de mecanismos econômicos e políticos que assegurem a universalização do acesso à Internet a todos os excluídos das oportunidades oferecidas pelo mundo digital” (SILVA, 2008, p.121), motivo pelo qual se fortaleceu e intensificou a participação do setor privado na CMSI, consideradas as possibilidades de investimento em infraestrutura.

Quanto à questão da Governança da Internet, a autora assinala que “o Brasil é considerado um modelo que se deve aplicar de Governança de Internet em função da sua história enquanto gestão e crescimento da infraestrutura e regulação da Internet brasileira” (SILVA, 2008, p. 27). Para a autora, embora o Brasil esteja comprometido com a *Agenda de Túnis*, a criação de leis para punir os desajustes provocados na Internet não resolve a situação, fazendo-se necessária a adoção de um protocolo comum.

A literatura evidencia que o Brasil avançou no que tange a Governança da Internet, a qual vem se consolidando e é considerada por alguns países como um “modelo baseado na implantação de suas estruturas institucionais responsáveis pela dinâmica da Internet brasileira” (SILVA, 2008, p.28).

Todavia, quanto ao comprometimento e cumprimento das demais proposições da CMSI, o Brasil está aquém do esperado ao se considerar o número de projetos cadastrados na base de dados da CMSI (*WSIS Stocktaking Platform*), pois foram registrados somente 20 projetos, sendo 19 por parte do Governo e apenas 01 por iniciativa da Sociedade Civil. Mais dados e informações estão são apresentados no próximo capítulo. Este cenário ilustra o não comprometimento nacional em relação ao atendimento das metas da CMSI.

Cabe destacar, entretanto, que a validade da citada base de dados como ferramenta de aferição do grau de implementação das metas da CMSI é questionável, pois existem muitos projetos e iniciativas voltados para o desenvolvimento da Sociedade da Informação (e para a inclusão digital) que são desenvolvidas em todo o país, mas que não são registrados na mencionada base de dados. Para exemplificar, na *WSIS STOCKTAKING* existem aproximadamente 6 mil projetos do mundo todo cadastrados, mas, segundo a base de dados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT, só no estado de Minas Gerais existem mais de 3.800

³⁵ Os países da África, assim como outros países subdesenvolvidos “pularam” a etapa de acesso à telefonia fixa, passando direto para o acesso à telefonia móvel, assim, os africanos passaram a ter maior quantidade de celular. No entanto, o acesso à internet de banda larga fixa e móvel permanece muito baixo. Na África, o índice de assinaturas de internet banda larga fixa é de 0,2% e há menos de 5 solicitações de banda larga móvel a cada 100 habitantes, enquanto em todas as outras regiões do mundo, a níveis de penetração da banda larga móvel fica acima de 10%. FONTE: ITU World Telecommunication/ICT *Indicators database*.

projetos e em São Paulo são mais de 5 mil projetos. Ou seja, somando-se esses dois estados já existem quase 9 mil iniciativas de inclusão digital, segundo o Mapa de Inclusão Digital do IBICT.

No capítulo seguinte procede-se à descrição do percurso metodológico adotado para a realização da pesquisa e, no capítulo posterior, relativo à análise dos dados, a base de dados *WSIS STOCKTAKING* será apresentada de forma mais detalhada. Da mesma forma, como explicitado na metodologia, serão analisadas as *Linhas de Ação C2 e C4*, descritas no *Plano de Ação de Genebra*.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

*Se houver um caminho entre aquele que marcha
e o objetivo para o qual tende
há esperança de o atingir;
se faltar o caminho, de que serve o objetivo?*
Santo Agostinho

A metodologia adotada para a concretização desta pesquisa foi definida a partir do entendimento da relação existente entre o conceito de Políticas de Informação, os programas para desenvolvimento da Sociedade da Informação e as formas de mensurar os resultados de tais programas. Este conjunto tem como contexto a Sociedade da Informação e seus efeitos. A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação-CMSI foi compreendida como um evento determinante realizado com o objetivo de estabelecer metas concretas para o processo de constituição e construção, de forma mais democrática e igualitária, da Sociedade da Informação.

A partir das indagações apresentadas inicialmente, sobre o atual cenário da CMSI e sobre como aferir ou acompanhar o progresso/evolução do alcance de suas metas, foi elaborada a proposta metodológica. A qual, também teve como ponto de partida, a necessidade declarada pelo Secretário Geral adjunto da União Internacional de Telecomunicações, Houlin Zhao, de ser tempo de fazer um balanço dos objetivos estabelecidos pela CMSI em combinação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-ODMs, considerado o prazo final estabelecido para alcance de tais objetivos, que é o ano de 2015.

Considerado o objetivo de investigar a evolução da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação a partir da análise de sua base de dados (*WSIS Stocktaking Platform*) e de duas das onze linhas de ação descritas no *Plano de Ação (Linhas de Ação C2 e C4)*, desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa. Para Minayo (2000, p. 22), “[...] o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. O Estudo caracterizou-se, inicialmente, por um estudo exploratório, devido à escassez de estudos no Brasil acerca da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. Por meio do estudo exploratório objetiva-se conhecer mais profundamente “o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a conclusão da pesquisa” (RAUPP & BEUREN, 2003, p.80).

Quanto aos procedimentos técnicos, ou seja, maneira pela qual foi conduzido o estudo (Gil, 1991), primeiramente foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica explorando os conceitos existentes na literatura sobre Sociedade da Informação, Competência Informacional, Políticas de Informação e indicadores voltados a medir a Sociedade da Informação. A construção deste arcabouço teórico que possibilitará a interpretação e a realização de inferências durante o processo de análise dos dados.

Na sequência, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, que visou ao aprofundamento teórico e conceitual sobre o objeto empírico, a CMSI, ao resgate histórico das iniciativas de desenvolvimento da Sociedade da Informação e à descrição da base de dados *WSIS Stocktaking* (Processo de Avaliação da CMSI).

Para fins de obtenção de dados, foi desenvolvida pesquisa documental, a qual, segundo Silva e Griolo (2002), vale-se de materiais que ainda não receberam nenhum tratamento aprofundado. Tal tipo de pesquisa pretende selecionar, tratar e interpretar informações brutas, objetivando “extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel” (RAUPP; BEUREN, 2003, p.89).

Os documentos recuperados para análise foram os quatro documentos finais da Cúpula: a *Declaração de Princípios* e o *Plano de Ação de Genebra*, gerados ao final da primeira fase (realizada em Genebra, em 2003) e, o *Compromisso de Túnis* e a *Agenda de Túnis*, gerados ao final da segunda fase (realizada em Túnis, em 2005). Os documentos foram sucintamente descritos, tendo sido priorizados os trechos que apresentam as Onze Linhas de Ação da CMSI. Foram igualmente pesquisados outros dois documentos, o *Resumo* do final da primeira fase da cúpula e o *Relatório*, elaborado ao final da segunda fase, devido à necessidade de averiguar as decisões finais tomadas pelos participantes e que não foram explicitadas nos quatro primeiros documentos citados.

Ao propor investigar o atual cenário da CMSI e buscar saber como aferir ou acompanhar o progresso/evolução da realização de suas metas, este trabalho teve como universo de estudo, além dos citados documentos, um dos componentes do Processo de Avaliação da CMSI, descritos no capítulo 5. O componente selecionado foi a base de dados denominada *WSIS Stocktaking* (Processo de Avaliação CMSI), da qual foi feito o levantamento do número de projetos cadastrados pelos países participantes. A análise está dividida em três partes e esta compõe a primeira.

Em junho de 2010, ao se cadastrar como membro da *WSIS STOCKTAKING*, a pesquisadora passou a monitorá-la. O objetivo de se cadastrar na base de dados foi

compreender seu funcionamento. Para isso, dois aspectos foram observados: 1) os usuários - identificar o número de usuários e suas áreas de atuação; e 2) a funcionalidade – averiguar o número de projetos cadastrados e acompanhar o número de novas entradas no período observado.

A coleta de dados na *WSIS Stocktaking* para a primeira etapa de análise foi realizada no período de 10 a 20 de junho de 2012, tendo sido registrados, no referido período, os seguintes números: 5.376 projetos cadastrados, 148 países participantes, 1898 entidades participantes e 6.365 membros (pessoas cadastradas na base de dados, que possuem *login* e senha para que possam acessar os registros, indexar novos projetos e/ou atualizar os projetos existentes).

Segundo informa o site oficial da CMSI, o conjunto de projetos cadastrados na *Plataforma do Processo de Avaliação da CMSI* existe desde 2004, ano de sua criação, tendo sido indexados de acordo com as seguintes categorias:

- Governos;
- Organizações Internacionais;
- Setor privado;
- Entidades da Sociedade Civil;
- Outros

Na segunda parte da análise, apresenta-se a *Linha de Ação C2- Infraestrutura da informação e da comunicação: fundamento básico da Sociedade da Informação*. Esta linha foi analisada a partir dos indicadores de acesso às TICs. Para a realização desta etapa, foram coletados dados estatísticos, classificados como secundários, das seguintes bases de dados:

- União Internacional de Telecomunicações-UIT: através de seu banco de dados de indicadores de TIC foram recuperados dados visando à averiguar o acesso a TIC em nível global;

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e;
- Fundação Getúlio Vargas-FGV: os dados foram coletados nessas duas bases brasileiras para averiguar o acesso a TICs em nível nacional.

A adoção dos citados dados estatísticos se justifica pela necessidade de averiguar os índices de acesso às TICs e à Internet (usados para medir a inclusão digital), pois estes são os principais indicadores usados atualmente para medir o desenvolvimento/evolução da Sociedade da Informação.

Por fim, a terceira e última etapa, descreve a *Linha de Ação C4-Criação de Capacidades*, que foi analisada a partir do conceito de Competência Informacional.

A escolha das duas referidas linhas de ação, selecionadas dentro do *Plano de Ação de Genebra*, se justifica pela ausência de indicadores qualitativos, sem os quais não é possível medir se os indivíduos dominam as competências informacionais a serem alcançadas e, simultaneamente medir o acesso às TICs, o que ocorre através dos tradicionais indicadores de inclusão digital.

A base de dados *WSIS Stocktaking* foi adotada para investigação por ser um dos componentes do Processo de Avaliação da CMSI descritos no capítulo quatro. Para complementar a análise, optou-se por selecionar as duas referidas linhas de ação, pois se considera que há uma ausência de indicadores qualitativos de inclusão digital que possibilitem medir a real evolução da Sociedade da Informação. A ausência de indicadores qualitativos impede mensurar se os indivíduos têm, por exemplo, competências informacionais desenvolvidas para usufruir de forma mais completa e integradora dos benefícios que as tecnologias e o acesso à Internet podem oferecer. Os tradicionais indicadores de inclusão digital permitem apenas medir o acesso às tecnologias e à Internet, e não permitem saber como estão sendo usados esses artefatos e quais mudanças estão causando na vida das pessoas.

Assim, procedeu-se a uma análise a partir de dados quantitativos que permitiria compreender o alcance dos resultados da CMSI, partindo da *Linha de Ação C2*, que trata justamente da implantação de infraestrutura tecnológica. E, a seguir, a análise da *Linha de Ação C4*, que, por ter como objetivo o estabelecimento de um entorno adequado, de forma a capacitar as pessoas para o melhor uso dessa infraestrutura, aparentemente sugere um caminho que conduziria à compreensão do fenômeno do acesso às TICs e à informação sobre a sociedade, de forma qualitativa. Ou seja, em âmbito global, é difícil acompanhar o desenvolvimento individual humano, apontar, de forma minimamente precisa, os aspectos em que os indivíduos precisam ser melhorados ou qualificados. Por isso, aponta-se a necessidade de adoção do conceito de Competência Informacional nas escolas, na formação e educação básicas de modo a construir indivíduos competentes e preparados para a Sociedade da Informação.

A análise e discussão dos dados coletados foram desenvolvidas a partir da metodologia de avaliação de indicadores de inclusão digital descrita por AUN e MOURA (2007), as quais defendem que, a partir da definição do conceito de inclusão digital, somado ao conceito de competência informacional, define-se o conceito de infoinclusão, como explicado no capítulo 2.

Segundo as mencionadas autoras, os tradicionais indicadores de inclusão digital não são suficientes para mensurar a evolução da inclusão digital. É preciso a adoção de indicadores sociais, os quais, segundo as autoras, por serem capazes de

mensurar fenômenos sociais e transformá-los em informação compreensível, são importantes para medir o desenvolvimento da sociedade e vêm ao encontro dessa necessidade.

Os indicadores:

[...] são determinados através de resumos estatísticos regulares, concisos e comparáveis sobre o estado da sociedade, assumindo a faceta de integrar a teoria, método, dados sociais ou de parte da sociedade e comportamento. Através da observação e análise dessas expressões é possível ter respaldo reflexivo para caracterizar e avaliar a atividade em debate, sua natureza, estado evolução (CARLEY, 1985; ISO, 1998; MARTINEZ; ALBORNOZ, 1998, *apud* AUN, 2007, p. 51-52).

Assim sendo, para saber o estado-da-arte da Sociedade da Informação, é preciso fazer um inventário, para o qual, um dos caminhos considerado mais completo e adequado, seria através da adoção dos indicadores sociais. É preciso levantar dados, inventariar informações, fazer investigações para saber o real grau de desenvolvimento, o *status* atual de progresso da Sociedade da Informação. Motivo pelo qual este foi o caminho metodológico adotado para o desenvolvimento desta pesquisa.

5.1 OS INDICADORES DE TICs

A Sociedade para a Medição das TICs para o Desenvolvimento (*Partnership on Measuring ICT for Development*), entidade de caráter internacional, elaborou uma lista de indicadores-chave das TICs (ANEXO B), que foi aprovada pelos membros da CMSI, no Encontro Temático sobre Medição da Sociedade da Informação (*WSIS Thematic Meeting on Measuring the Information Society*), realizado em Genebra em fevereiro de 2005. O encontro contou com a participação de 270 delegações dos então 85 países-membros das Nações Unidas, além de organizações governamentais e não governamentais e ainda representantes da sociedade civil. Os participantes³⁶ pertenciam a órgãos nacionais de estatística, a ministérios e agências reguladoras de telecomunicações e a ministérios relacionados às atividades da Sociedade da

³⁶ A lista de participantes do Encontro Temático sobre Medição da Sociedade da Informação está disponível no link: <http://new.unctad.org/upload/docs/List%20of%20participants%20WSIS%20thematic%20meeting.PDF>.

Informação como do IBGE, no Brasil; do Ministério da Indústria da Informação, na China; do Ministério das Comunicações, na Colômbia, dentre outros.

Tais indicadores objetivam servir de base para a elaboração de dados estatísticos padronizados com vistas à obtenção de indicadores sobre a Sociedade da Informação que possam ser comparáveis mundialmente. De acordo com o documento final do referido encontro temático, esta foi uma concreta contribuição para a Segunda Fase da CMSI (e para além da Cúpula) e que encaminhou duas questões estatísticas: melhorar as estatísticas sobre TICs e os próximos passos para desenvolver um conjunto mais amplo de indicadores estatísticos para a Sociedade da Informação. Estas duas questões referem-se à necessidade de melhorar a qualidade dos dados estatísticos sobre TICs nos países em desenvolvimento. Apontam para a necessidade de inventariar os dados e indicadores em TICs atualmente disponíveis e ampliar os dados sobre o uso das TICs, já que a maior parte dos dados existentes são voltados a aferir o grau de presença de infraestrutura tecnológica.

A União Internacional de Telecomunicações-UIT é o órgão responsável pelos indicadores-chave relativos à infraestrutura e acesso para telecomunicações e TIC³⁷. A ONU acompanha e avalia se as Metas do Milênio e os objetivos para a Sociedade da Informação estão sendo alcançadas e em que ritmo. Por isso, em 2010, um grupo de peritos mundiais, denominado *Expert Group on Telecommunication/ICT Indicators – EGTI* revisou a lista de indicadores coletados pela UIT. A lista revisada foi aplicada pela UIT a partir de 2010 em sua coleta de dados.

No Brasil, os indicadores-chave aprovados pela CMSI foram adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE em duas pesquisas de amostra por domicílios realizadas em 2005 e em 2008 (como tema suplementar) que investigaram o acesso à Internet e a posse de telefone móvel para uso pessoal. Segundo a pesquisa do IBGE, a produção dos indicadores-chave não é obrigatória e deve ser ajustada às condições e necessidades dos países.

A lista de indicadores-chave da CMSI compreende quatro conjuntos:

- Indicadores-chave da infraestrutura das TICs e do seu acesso;
- Indicadores-chave do acesso e uso das TICs nos domicílios e pelas pessoas;
- Indicadores-chave do acesso e uso das TICs pelas empresas; e
- Indicadores-chave do setor das TICs e do comércio de bens vinculados com as TICs.

O IBGE adotou, portanto, o segundo conjunto, denominado *Indicadores-chave do acesso e uso das tecnologias da informação e das comunicações nos domicílios e*

³⁷ Acessar: <http://www.itu.int/ict/statistics>

pelas pessoas, formado por indicadores que podem ser obtidos por meio de pesquisas domiciliares e que são:

- Proporção de domicílios com rádio;
- Proporção de domicílios com televisão;
- Proporção de domicílios com linha telefônica fixa;
- Proporção de domicílios com telefone móvel celular;
- Proporção de domicílios com microcomputador;
- Proporção de pessoas que utilizaram microcomputador, em qualquer lugar, nos últimos 12 meses;
- Proporção de domicílios com acesso à Internet;
- Proporção de pessoas que utilizaram a Internet, em qualquer lugar, nos últimos 12 meses;
- Local de utilização da Internet nos últimos 12 meses: domicílio de residência, local de trabalho, estabelecimento de ensino, domicílio de outra pessoa, centro de acesso público pago, centro de acesso público gratuito ou outro local; e
- Atividades realizadas pelas pessoas na Internet nos últimos 12 meses: buscar informações; comunicação; comprar ou encomendar bens ou serviços; transações bancárias (banco eletrônico) ou financeiras; educação formal e atividades de capacitação; interação com organizações governamentais ou autoridades públicas; atividades de lazer (usar ou baixar vídeo de jogos ou jogos de computador; usar ou baixar filmes, músicas ou programas de informática; ler ou baixar revistas, livros ou periódicos eletrônicos; outras atividades de lazer).

Como pode ser observado, o último indicador está voltado a atender à demanda de dados estatísticos sobre uso de TICs e, poderia vir a ser um indicador voltado à aferição de competência informacional.

Encerrada a fase das pesquisas bibliográfica e documental e da obtenção de dados, procede-se à análise, propriamente dita, e às interpretações e conclusões que todo este processo possibilitou. O capítulo a seguir apresenta os resultados obtidos após o percurso descrito.

6 A CMSI EM ANÁLISE

Que sociedade do conhecimento no plural?

Armand Mattelart

A partir da exposição da Cúpula, dos principais atores envolvidos em seu processo, dos documentos finais por ela produzidos e das resoluções estabelecidas, assim como do plano de ação traçado em 2003 e da previsão de um período de tempo para sua concretização, foram selecionados para compor os dados a serem analisados os seguintes itens: a *WSIS STOCTAKING PLATFORM (Plataforma de Avaliação da CMSI)* e duas Linhas de Ação, dentre as onze estabelecidas no *Plano de Ação de Genebra*. Neste capítulo apresenta-se a análise dos resultados obtidos, que se soma à descrição da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação realizada no capítulo quatro.

A análise, como definido na metodologia, partiu da declaração do Secretário Geral Adjunto da União Internacional de Telecomunicações, Houlin Zhao (2011), sobre a necessidade de se realizar um balanço dos objetivos estabelecidos pela CMSI ao se considerar o curto tempo restante para a data final estabelecida para alcance de tais objetivos, que é o ano de 2015. Assim, tendo como *corpus* os itens mencionados, a análise realizada pretende contribuir com esse exercício avaliativo sobre a CMSI.

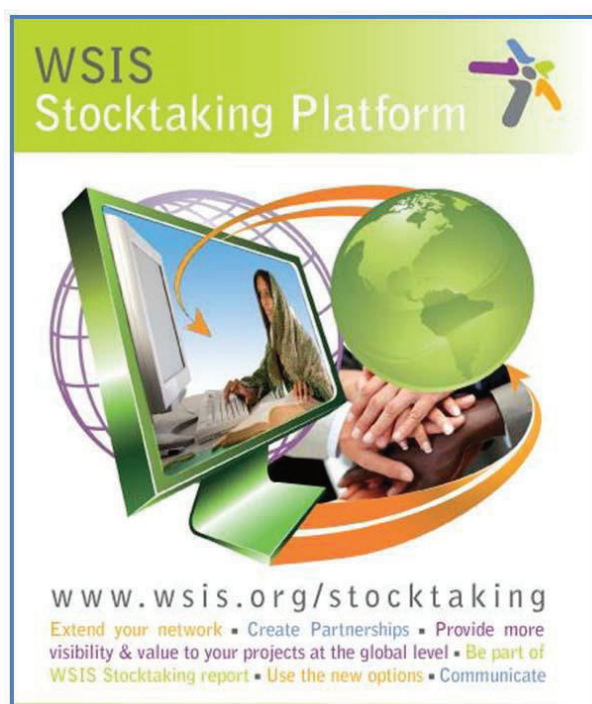
A discussão apresentada a seguir está estruturada em três eixos principais: primeiramente apresenta-se a descrição da base de dados *WSIS Stocktaking Platform – Plataforma de Avaliação da CMSI* – os motivos de sua criação e seu *status* atual. Prosseguindo, apresenta-se a análise da *Linha de Ação C2*, a partir da comparação com indicadores de inclusão digital elaborados e publicados pela União Internacional de Telecomunicações-UIT, através de seu banco de dados de indicadores de TICs (para averiguar o acesso a TICs a nível global); pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e também pela Fundação Getúlio Vargas-FGV (para averiguar o acesso a TICs a nível nacional). Por fim, apresenta-se a *Linha de Ação C4*, analisada a partir do conceito de Competência Informacional.

6.1 A WSIS STOCKTAKING – REAVALIANDO A CMSI

A base de dados *WSIS STOCKTAKING PLATFORM* é a plataforma do *Processo de Reavaliação da CMSI* e foi lançada em Outubro de 2004, como parte do processo de acompanhamento do progresso da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. Tem como propósito fornecer um registro das atividades realizadas pelos governos, organizações internacionais, do setor empresarial, sociedade civil e de outras entidades e, assim, destacar os progressos ocorridos desde a concretização das duas fases da Cúpula³⁸.

Para atender o § 120 da *Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação*, a União Internacional de Telecomunicações mantém a base de dados como um sistema com acesso público, fornecendo informações de iniciativas e projetos relacionados a Tecnologias da Informação e Comunicação-TICs referentes às onze Linhas de Ação estabelecidas no *Plano de Ação de Genebra*.

FIGURA 2 - Logomarca da Plataforma da CMSI



FONTE: <http://www.itu.int/wsis/stocktaking/index.html>

³⁸ As informações sobre a WSIS STOCKTAKING contidas nesta pesquisa foram obtidas através do site oficial da *World Summit on the Information Society - WSIS* - www.itu.int/wsis, e foi traduzida livremente do inglês para o português pela própria pesquisadora.

A *WSIS STOCKTAKING* abriga alguns dos trabalhos que vêm sendo realizados ao redor do mundo para promover as Tecnologias de Informação e Comunicação-TICs em projetos, grandes ou pequenos, criados por governos, indivíduos ou equipes internacionais. A base de dados fornece exemplos ilustrativos de projetos inovadores para construir infraestrutura, promover TICs em educação, saúde e governança, garantir acesso seguro e aumentar a segurança online, entre outros aspectos ligados à tecnologia e ao acesso.

Todos os participantes da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (chamados de *WSIS Stakeholders*) foram convidados a responder e submeter um questionário online (ANEXO A), que lhes foi enviado pelos organizadores, com detalhes das atividades que estariam realizando (voltadas ao desenvolvimento da Sociedade da Informação) anunciadas durante a fase de Túnis, em 2005. As informações dos questionários foram lançadas no *Livro de Ouro*, banco de dados que, posteriormente, teve seus dados migrados para a *WSIS Stocktaking*.

As atividades ou projetos registrados são aqueles que têm sido planejados, ou já foram empreendidos, com o objetivo de implementar o *Plano de Ação de Genebra*. A referida base de dados é considerada também uma ferramenta de auxílio na coordenação e organização das ações já realizadas, de forma a evitar duplicações.

A União Internacional de Telecomunicações-UIT é a mantenedora da base de dados, enquanto os chamados *Stakeholders* (usuários, pesquisadores, governos, agências internacionais, instituições) e demais interessados em informações sobre o plano de desenvolvimento estabelecido pela CMSI para a Sociedade da Informação, de modo geral, podem ser considerados atores sociais envolvidos no processo.

A base de dados está disponibilizada virtualmente e pode ser acessada a partir do menu *WSIS Implementation*, dentro da página eletrônica da Cúpula. Com base nos dados da pesquisa, pode-se afirmar que uma das suas principais funções, além de fazer parte do processo de implementação e avaliação das metas, é proporcionar mais conhecimento e entendimento sobre as propostas programadas durante as fases da CMSI, que estão explicitadas no *Plano de Ação de Genebra*, pois o acesso aos projetos cadastrados é público e gratuito. No entanto, devido à pouca publicidade dada à base, ela se tornou fonte de informações e de dados somente para pessoas que estudam ou acompanham as atividades da Cúpula, pois o nível de acesso é baixo.

A página inicial do portal da *WSIS STOCKTAKING* apresenta um convite ao público com cinco possibilidades, quais sejam: *ampliar sua network, criar parcerias, proporcionar mais visibilidade e valor a projetos em um nível global, submeter suas contribuições e comunicar*. A página eletrônica oficial da CMSI é o próprio veículo de

comunicação da base de dados e disponibiliza as publicações da UIT e da UNESCO, as quais apresentam os relatórios anuais do andamento das metas e detalham os casos de sucesso de acordo com cada Linha de Ação, além de divulgar notícias e atualizações sobre a Cúpula.

A partir do registro/cadastro na base de dados, para ter acesso às comunidades e fazer contato com outros membros, nota-se que o portal funciona como uma rede social. A maioria dos usuários da base de dados é composta por pessoas diretamente envolvidas em atividades e/ou projetos governamentais. São indivíduos que sabem da existência da CMSI e acompanham sua evolução, seus objetivos. São usuários ligados a setores do governo, principalmente pertencentes às áreas de Tecnologia da Informação, E-governo, Infraestrutura de TICs, Telecomunicações, Comunicações e Desenvolvimento Sustentável.

Na página inicial da *WSIS STOKTAKING*, assim como em outros documentos recuperados na página eletrônica, estão descritas as onze Linhas de Ação da CMSI e os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e há sempre uma ênfase na importância do cadastro de projetos que tenham como objetivo colocar em prática as metas projetadas.

A aba *Database*, como demonstra a figura a seguir, é o "coração" do sistema, ou seja, é o *Inventário da Cúpula*, repositório das atividades e/ou projetos cadastrados. É permitida a recuperação dos projetos para consultas, assim como são permitidas submissões de novas entradas, a sua atualização e, ainda, a incorporação da sua interface, como um exercício de fazer parte desse sistema rumo ao desenvolvimento da Sociedade da Informação. No entanto, somente usuários cadastrados podem interagir dessa forma com o sistema, sendo permitido a usuários não cadastrados apenas a consulta e a leitura dos projetos. A figura a seguir ilustra o campo de busca do sistema e possibilita melhor compreensão sobre seu *layout*:

FIGURA 3 – Campo de busca da base de dados *WSIS STOCKTAKING*

FONTE: <http://groups.itu.int/Default.aspx?tabid=788&language=en-US#search>

Na aba *Newsletters* o usuário tem acesso a uma carta-convite, que o convoca a registrar-se na base de dados. O documento foi postado pela equipe da UTI que organiza e mantém o sistema, e os dados para contato estão nele descritos, tais como e-mail, telefone e endereço físico. Esta aba traz também *links* para as fotos, para o repositório global da WSIS, para os fóruns, para o calendário de eventos, entre outros itens, sempre visando à promoção de informações sobre os acontecimentos mais recentes da Cúpula.

O monitoramento da *WSIS STOCKTAKING* permitiu compreender seu funcionamento e suas principais funções. Dois aspectos principais foram observados: 1) os usuários - identificar o número de usuários e suas áreas de atuação; e 2) a funcionalidade - averiguar o número de projetos cadastrados e acompanhar o número de novas entradas no período observado. No primeiro caso, o número de pessoas *online* fica visível no sistema, que, como já mencionado, tem a aparência de uma rede social e disponibiliza listas de contatos para que o usuário possa criar sua própria rede. No segundo caso, é preciso fazer uma busca dos projetos na base de dados seguindo critérios, como ilustrado na Fig. 3. Ou seja, pode ser feita uma busca rápida através de palavras-chave ou da ID (número de identificação) do projeto, caso o

usuário tenha a ID de algum projeto já cadastrado, ou ainda pode refinar a busca, usando os critérios: governo, organizações internacionais, entidades do setor de negócios, sociedade civil ou outros (setores responsáveis por cadastrar projetos na base). A busca ocorrerá de acordo com o interesse do usuário, se pretende saber sobre a natureza do projeto ou por qual setor foi cadastrado, por exemplo.

Constatou-se, durante o período monitorado, de junho de 2010 a julho de 2012, com uma média de três acessos por semana à base de dados, que o sistema é visitado diariamente por um baixo número de usuários (essas informações ficam disponíveis para o público a qualquer momento em que o portal é acessado, através dos indicadores de usuários online). Foi observada uma média de zero a três usuários visitando o portal diariamente, embora a base tenha um total de mais de seis mil usuários cadastrados (a partir de 2004). Durante a maior parte do tempo de monitoramento da base de dados não havia usuários online. Além disso, constatou-se que alguns entraram no portal somente uma vez, fato ocorrido logo após a aprovação do seu cadastro realizado na base de dados. Ou seja, usuários que acessaram a base uma única vez.

Verificou-se também que a maior parte dos usuários cadastrados tem algum tipo de relação com programas do governo de seus respectivos países de origem, mas há também representantes de setores organizados da sociedade civil, de organizações internacionais e ONGs, além de representantes de empresas do setor privado, principalmente ligados ao setor de tecnologia.

Em termos nacionais, durante o período monitorado, foi localizada somente uma brasileira cadastrada, sobre a qual, devido à descrição de seu perfil na base de dados, constatou-se ser ligada ao Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que trabalha com governo eletrônico.

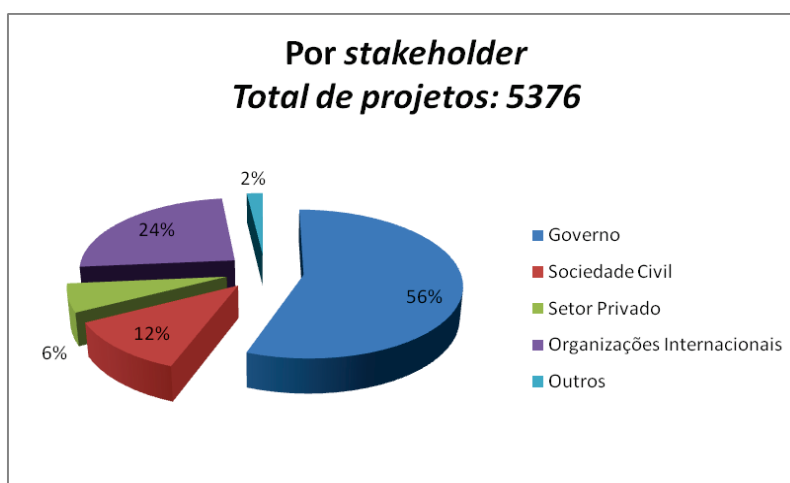
Em relação ao número de projetos cadastrados, em janeiro de 2010, foram registradas mais de 4200 entradas na base de dados. Ao final do primeiro semestre de 2012, o banco de dados contava com mais de 5500 entradas, de 148 países e de aproximadamente 1890 entidades cadastradas. Foram lançados durante o período observado cerca de 1300 novos projetos. Observa-se que os *Stakeholders* recebem cartas eletrônicas (e-mails) encorajando-os e convidando-os para o cadastramento de projetos e, em 2012, foi lançado o *WSIS Project Prizes*, um prêmio para os melhores projetos, que foi instituído para avaliar e recompensar os esforços dos *Stakeholders* na implementação das proposições da CMSI.

É importante salientar que muitos dos projetos cadastrados refletem mais do que uma iniciativa ou um projeto implementado pelos *Stakeholders*, eles reproduzem o interesse em desenvolver uma sociedade mais igualitária e inclusiva, segundo aponta o próprio site. No entanto, se comparada a bases de dados nacionais, por exemplo, que registram projetos de inclusão digital, a *WSIS STOCKTAKING* possui uma quantidade ínfima de projetos. O mapa de inclusão do IBICT, por exemplo, possui em sua base de dados mais de 3900 projetos em Minas Gerais e mais de 5300 em São Paulo, ou seja, a simples soma desses dois conjuntos de projetos de inclusão, voltados para o desenvolvimento da Sociedade da Informação brasileira, já ultrapassa o quantitativo de projetos da base de dados da CMSI. Esta constatação reforça o entendimento de que há um baixo índice de conhecimento do público em geral sobre a base de dados da CMSI, que parece ser conhecida e ter a participação apenas dos mesmos grupos já envolvidos em seu processo e eventos.

A base de dados é organizada numa interface amigável e coerente com o que apresenta como finalidade, que é tornar públicos os projetos e as iniciativas para o desenvolvimento da Sociedade da Informação (já concluídos ou em andamento), sendo possível recuperar tais atividades e acompanhar seu progresso. Nota-se, no entanto, que ela se limita a tentar demonstrar o progresso dos países em relação às metas estabelecidas pela Cúpula, servindo, apenas, como mero repositório e veículo de comunicação dos fóruns anuais e outros eventos da CMSI. Esse cenário permite questionar o real objetivo ou função da *WSIS STOCKTAKING* em relação ao objetivo da CMSI, que é o desenvolvimento mais democrático da Sociedade da Informação, ao considerar a grande quantidade de projetos de inclusão (na era digital) existentes ao redor do mundo e que não estão nela registrados. Esse panorama sugere ainda o pouco ou nenhum conhecimento dos desenvolvedores e mantenedores de projetos dessa natureza ao redor do mundo sobre a CMSI e a “pouca importância” do evento na evolução do processo de inclusão digital, que, por sua vez, de forma plena ou não, acontece independentemente da CMSI.

Em termos de projetos cadastrados por *Stakeholder*, num universo de 5376 projetos, verificou-se que a maior parte (56%) foi registrada pelos governos dos países envolvidos, seguido por organizações internacionais (24%), sociedade civil (12%) e setor privado (6%). No gráfico a seguir, pode-se averiguar o índice de projetos cadastrados por cada diferente grupo de *Stakeholder*.

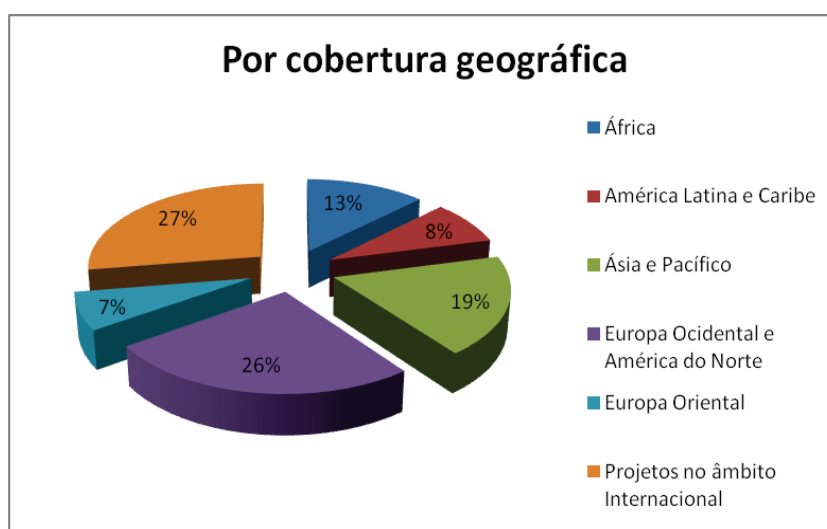
GRÁFICO 1 - Total de projetos por Stakeholder



FONTE: dados da pesquisa coletados em 2011

Em termos de cobertura geográfica, verificou-se que 27% dos projetos cadastrados pelos *Stakeholders*, independente de qual seja, são projetos com abrangência internacional e não projetos regionais ou nacionais. Observou-se ainda que 26% dos projetos são provenientes da Europa Ocidental e América do Norte e 19% da Ásia e Pacífico. Curiosamente, a região da África apresenta um maior índice de projetos cadastrados (13%) em relação à América Latina (8%). Pode-se inferir que tal ocorrência se deve ao fato das duas fases da CMSI terem ocorrido na Europa, assim como seus fóruns anuais, ou seja, devido à maior proximidade geográfica com a África que com países da América Latina. Em último lugar aparece a Europa Oriental, com o registro de 7% dos projetos da base de dados. O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos projetos cadastrados na *WSIS STOCKTAKING* por cobertura geográfica.

GRÁFICO 2 – Total de projetos por cobertura geográfica



FONTE: dados da pesquisa coletados em 2011 (*universo de 5376 projetos*)

Em termos nacionais, cabe destacar que, até o período observado, foram registrados somente 20 (vinte) projetos brasileiros. Sendo 19 (dezenove) por iniciativa governamental e 1 (um) por iniciativa da sociedade civil. Não foi investigada a abrangência dos projetos. Esta parca quantidade de projetos cadastrados reflete a pouca publicidade da CMSI no Brasil, a qual é conhecida e tem a participação de um seletos e pequeno grupo de representantes, que parece apenas cumprir o ritual de acompanhar os acordos brasileiros assinados internacionalmente sem a intenção de ver a concretização desses acordos, a exemplo do que ocorre com outras cúpulas da ONU.

Esta análise pode ser feita a partir da crítica de Jonathan Powell, ex-chefe de Gabinete de Tony Blair, de que as cúpulas internacionais são morosas e pouco produtivas. De acordo com Powell (2012), isso se deve ao fato das cúpulas serem alimentadas pela facilidade dos vôos de longa distância e por reunirem muitos líderes mundiais que dependem de “assessores” e “truques” para desgastar as negociações.

Constata-se portanto que, apesar de estar em andamento o Processo de Revisão/Reavaliação das metas da CMSI e dos esforços da sua equipe organizadora em atrair e motivar os diferentes atores para que fomentem a base de dados com vistas a contribuir para o processo de avaliação e acompanhamento da Cúpula, ele caminha a passos lentos e, por conseguinte, não surte efeitos que representem um avanço significativo para o alcance dos objetivos de desenvolvimento da Sociedade da Informação planejado pela CMSI.

Na sequência, procede-se à análise da *Linha de Ação C2*, a partir dos indicadores aprovados pela CMSI e adotados para medir o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

6.2 A LINHA DE AÇÃO C2: INFRAESTRUTURA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO- FUNDAMENTO BÁSICO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A partir de uma investigação preliminar sobre as Onze Linhas de Ação da CMSI, estabelecidas no *Plano de Ação de Genebra*, é possível verificar um aspecto comum em todas elas: a ênfase no desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, ou seja, investimento em tecnologia da informação e comunicação visando ao

desenvolvimento da Sociedade da Informação de forma a atingir os Objetivos do Milênio.

A *Linha C2 - Infraestrutura da informação e da comunicação: fundamento básico da Sociedade da Informação* foi analisada com o objetivo de aferir, a partir dos indicadores de inclusão digital, o quanto de acesso às TICs já foi disponibilizado até então a partir dos objetivos de desenvolvimento propostos pela CMSI.

Na tabela a seguir está descrita a *Linha de Ação C2* e seus treze subtópicos.

TABELA 3 - Linha de Ação C2

L1	C2. INFRAESTRUTURA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO: FUNDAMENTO BÁSICO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO
	<p>A infraestrutura é fundamental para alcançar o objetivo da inclusão digital, a capacitação universal, o acesso sustentável, ubíquo e economicamente viável às TICs para todos, tendo em conta as soluções pertinentes já aplicadas nos países em desenvolvimento e nos países com economias em transição para oferecer, nos níveis regional e nacional, conectividade e acesso sustentáveis às regiões distantes e marginais.</p>
L2	<p>a) No marco de suas políticas nacionais de desenvolvimento, os governos devem tomar medidas que sirvam de apoio a um ambiente habilitador e de competência para garantir o investimento necessário em infraestrutura de TICs e para desenvolver novos serviços.</p>
L3	<p>b) No contexto das estratégias nacionais de TICs, formular políticas e estratégias de acesso universal adequadas e conceber os meios necessários para sua aplicação, alinhados às metas indicativas, assim como definir indicadores de conectividade digital.</p>
L4	<p>c) No contexto das estratégias nacionais de TICs, proporcionar e melhorar a conectividade digital em todas as escolas, universidades, instituições de saúde, bibliotecas, agências de correios, centros comunitários, museus e outras instituições acessíveis ao público, conforme as metas indicativas.</p>
L5	<p>d) Desenvolver e fortalecer a infraestrutura de redes de banda larga nacionais, regionais e internacionais, com inclusão dos sistemas por satélite e outros sistemas que contribuam para facilitar a provisão de uma capacidade que satisfaça às necessidades dos países e de seus cidadãos e a prestação de novos serviços baseados nas TICs. Contribuir para a elaboração dos estudos técnicos, de regulamentação e operacionais da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e, quando for o caso, de outras organizações internacionais competentes, a fim de:</p> <ul style="list-style-type: none"> I) ampliar o acesso aos recursos das órbitas, garantir a harmonização das frequências e a normalização mundial dos sistemas; II) fomentar as parcerias entre o setor público e o privado; III) promover a prestação de serviços mundiais de satélite em alta velocidade a zonas não atendidas, como as regiões remotas e escassamente povoadas;

IV) pesquisar outros sistemas que possam proporcionar conectividade em grande velocidade.

- L6** e) No contexto das estratégias nacionais de TICs, **abordar as necessidades especiais das pessoas de terceira idade, das pessoas com deficiência, das crianças, especialmente as crianças marginalizadas, e outros grupos desfavorecidos e vulneráveis**, inclusive tomando medidas educativas, administrativas e legislativas necessárias para garantir sua plena inclusão na sociedade da informação.
- L7** f) **Fomentar o desenho e a fabricação de equipamentos e serviços de informação e comunicação aos quais todos possam ter acesso fácil e economicamente viável, incluídas as pessoas de terceira idade, as pessoas com deficiência, as crianças, especialmente as crianças marginalizadas, e outros grupos desfavorecidos e vulneráveis**, e promover o desenvolvimento de tecnologias, aplicações e conteúdo adaptados a suas necessidades, guiando-se pelos princípios de *design* universal e melhorando-o mediante a utilização de tecnologias universais.
- L8** g) Com o objetivo de ajudar às **pessoas analfabetas**, desenhar tecnologias acessíveis e interfaces informáticas sem texto para facilitar o acesso às TICs para todos.
- L9** h) Realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento em âmbito internacional para pôr à disposição dos usuários finais equipamentos adequados e acessíveis.
- L10** i) Promover o uso de capacidades de conexão *wireless* inutilizadas, incluídos os satélites, nos países desenvolvidos e, em particular, nos países em desenvolvimento, para **prover acesso em zonas distantes**, especialmente em países em desenvolvimento e em países com economias em transição, e **melhorar a conectividade de baixo custo nos países em desenvolvimento. Deve-se prestar especial atenção aos países menos adiantados em sua busca por estabelecer uma infraestrutura de telecomunicações.**
- L11** j) Otimizar a conectividade entre as principais redes de informação, fomentando a criação e o desenvolvimento de redes *backbones* e centrais de Internet regionais, a fim de **reduzir os custos de interconexão e ampliar o acesso à rede.**
- L12** k) Desenvolver estratégias para **aumentar a conectividade a preços acessíveis em todo o mundo**, facilitando, com isso, um melhor acesso. Os custos de trânsito e interconexão de Internet negociados de maneira comercial devem orientar-se em direção a parâmetros objetivos, transparentes e não discriminatórios em que se levem em conta os trabalhos realizados sobre este tema.
- L13** l) **Encorajar e promover o uso conjunto dos meios de comunicação tradicionais e das novas tecnologias.**

FONTE: Plano de Ação de Genebra (2003), grifos nossos

Como pode ser observado, a *Linha C2* destaca a importância do papel dos governos no estabelecimento de políticas específicas para atender às demandas da

Sociedade da Informação, especificamente em âmbito nacional. É fundamental criar um ambiente adequado ao alcance da inclusão digital, da capacitação universal, do acesso sustentável, universal, ubíquo e economicamente viável às TICs, como estabelecido no plano da Cúpula Mundial.

Dentre as várias “tarefas” descritas ao longo da Tabela 3, a *Linha de Ação C2* estabelece para os governos, em termos de estratégias nacionais de TICs, as seguintes metas: formulação de políticas e de estratégias de acesso universal adequadas e concepção dos meios necessários para sua aplicação (alinhados às metas indicativas); promoção e melhoria da conectividade digital em todas as escolas, universidades, instituições de saúde, bibliotecas, agências de correios, centros comunitários, museus e outras instituições acessíveis ao público; e definição de indicadores de conectividade digital. Em relação a esta última tarefa, ela tem sido cumprida pelo Brasil, a exemplo das duas pesquisas publicadas pelo IBGE, realizadas em 2005 e 2008, que investigaram o acesso à Internet e a posse de telefone móvel para uso pessoal.

Criar mecanismos de acesso e democratizá-lo é palavra de ordem desta Linha de Ação, desde a parte de infraestrutura tecnológica até a capacitação dos usuários para dela melhor usufruir. A linha destaca também a preocupação em atender a grupos específicos como as pessoas de terceira idade, as pessoas com deficiência, os analfabetos, as crianças, especialmente as crianças marginalizadas, e outros grupos desfavorecidos e vulneráveis, como preceitua a literatura relativa a exclusão/inclusão digital. Para esses grupos, comumente marginalizados, é preciso desenvolver tecnologias específicas, que atendam às suas necessidades, de modo que a virtualização e as novas tecnologias não ampliem o seu *gap* de exclusão.

No entanto, os indicadores existentes apontam que, apesar de muito já ter sido feito para proporcionar às pessoas ao redor do mundo o acesso à informação e às TICs, as sociedades, principalmente de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, ainda estão longe das metas “idealizadas” pela CMSI, como pode ser averiguado no tópico a seguir, no qual se apresenta o levantamento de alguns indicadores adotados para medir o progresso das metas da CMSI.

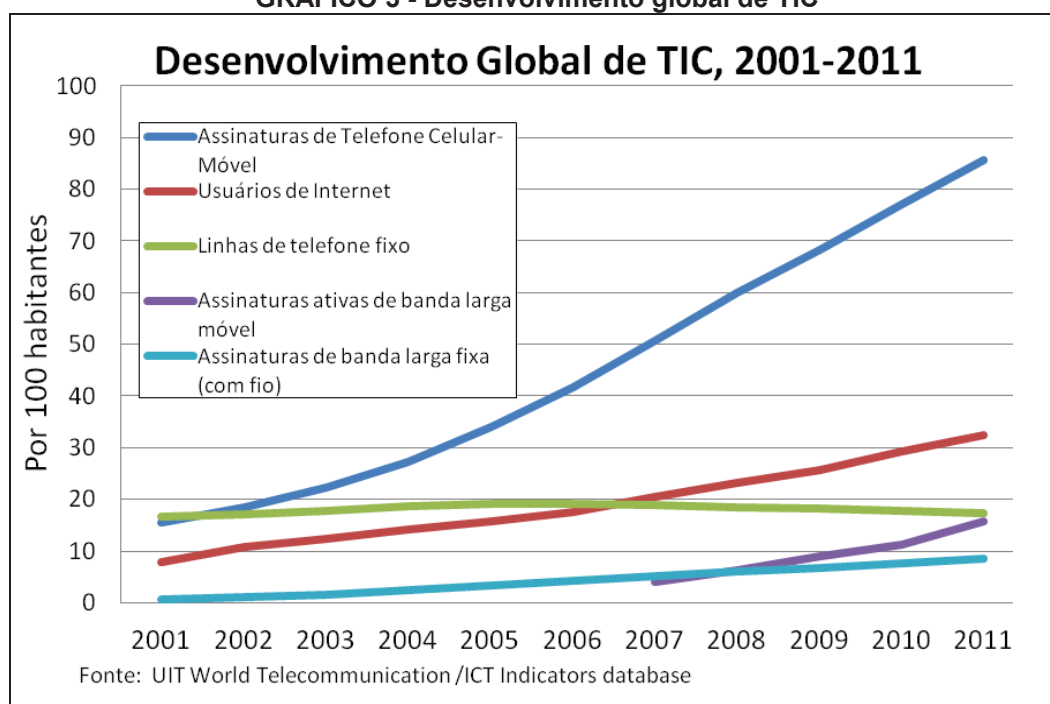
A tabela a seguir destaca os índices de desenvolvimentos de TICs no mundo, a cada 100 habitantes, no período entre 2001 e 2011. E o gráfico, na sequência, representa a tabela.

TABELA 4: Desenvolvimentos de TIC-mundo

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Assinaturas de Telefone Celular-Móvel	15,5	18,4	22,2	27,3	33,9	41,7	50,6	59,9	68,2	77,1	85,7
Usuários de Internet	8,0	10,7	12,3	14,1	15,7	17,5	20,5	23,2	25,6	29,2	32,5
Linhas de telefone fixo	16,6	17,2	17,8	18,7	19,1	19,2	18,8	18,5	18,3	17,8	17,3
Assinaturas ativas de banda larga móvel							4,0	6,3	9,0	11,2	15,7
Assinaturas de banda larga fixa	0,6	1,0	1,6	2,4	3,4	4,3	5,2	6,1	6,8	7,7	8,5

FONTE: Banco de dados de estatísticas da UIT / *Global ICT developments*, 2001-2011

GRÁFICO 3 - Desenvolvimento global de TIC



FONTE: Banco de dados de estatísticas da UIT / *Global ICT developments*, 2001-2011

Como pode ser observado, há um crescimento contínuo do número de pessoas que passaram a ter acesso às tecnologias de informação e comunicação, com destaque para o fato de que o acesso à telefonia móvel ultrapassa o acesso à telefonia fixa. Muitos usuários sequer tiveram acesso a telefone fixo em suas residências, pulando essa etapa e indo direto para a telefonia móvel, cujo acesso foi facilitado pelos preços mais acessíveis e abertura de crédito e, obviamente, graças aos planos pré-pagos, que põem fim à obrigatoriedade de pagamento de assinatura de telefone fixo.

A tabela a seguir mostra os números de indivíduos usando a Internet por cobertura geográfica no mundo, no período entre 2005 e 2011:

TABELA 5: Acesso a Internet no mundo

Indivíduos usando a Internet	Milhões							(% a cada 100 habitantes)						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
África	17	24	29	48	61	80	101	2.4	3.3	3.9	6.4	7.8	10.0	12.4
Países Árabes	25	35	44	58	72	87	105	8.1	10.9	13.4	17.2	20.8	24.5	29.1
Ásia e Pacífico	344	394	503	612	721	686	1'000	9.3	10.6	13.3	16.1	18.8	22.3	25.5
CEI	27	35	47	54	66	95	114	9.8	12.6	16.8	19.5	23.8	33.9	40.7
Europa	278	300	339	367	382	406	423	46.3	49.7	55.9	60.1	62.4	65.9	68.4
Américas	316	346	385	403	424	458	502	35.9	38.8	42.7	44.2	46.1	49.3	53.4

FONTE: União Internacional de Telecomunicações, 2012

Embora seja evidente o aumento do número de usuários de Internet ao longo dos anos, é preciso destacar as grandes diferenças entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Enquanto na Europa, nas Américas (do Norte, no caso) e na Ásia o número de indivíduos acessando a Internet chega à casa de meio bilhão, na África, segundo continente mais populoso do planeta, com mais de um bilhão de pessoas, esse número se limita à casa dos 100 milhões.

Ainda segundo dados da União Internacional de Telecomunicações, a porcentagem de indivíduos usando a Internet continua crescendo e ao final de 2011, cerca de 2.3 bilhões de pessoas estavam online. Nos países em desenvolvimento, o número de usuários de Internet dobrou entre 2007 e 2011, mas somente um quarto dos habitantes desses países estava online até o final de 2011. Já em países desenvolvidos, esse número alcançou a marca dos 70% ao final de 2011.

A qualidade do acesso é outro aspecto que precisa ser destacado. O total de Internet banda larga internacional aumentou sete vezes nos últimos cinco anos atingindo 76'000 Gbit/s no final de 2011, o que equivale a 34'000 bit/s por usuário de Internet em todo o mundo. No entanto, persistem ainda grandes diferenças em relação à banda larga entre regiões, já que, em média, um usuário desfruta de vinte e cinco vezes mais da capacidade de Internet na Europa do que um usuário na África.

As tabelas a seguir apresentam extratos dos resultados das pesquisas do IBGE realizadas em 2005 e 2008:

TABELA 6 - PNAD TIC domicílios 2005

Percentual dos domicílios com bens e serviços de acesso à informação e comunicação no total de domicílios particulares permanentes (%)						
Brasil e Regiões	Rádio	Televisão	Microcomputador		Telefone	
			Total	Ligado à Internet	Fixo Convencional	Celular Móvel
Brasil	88,0	91,4	18,6	13,7	48,1	59,3
Norte	74,0	81,9	8,0	4,4	26,9	47,0
Nordeste	81,1	83,3	7,8	5,4	25,5	42,5
Sudeste	92,4	96,1	24,8	18,9	62,2	64,4
Sul	94,2	95	23,1	16,9	54,4	71,8
Centro-oeste	84,7	91,7	17,1	12,1	46,0	70,3

Fonte: IBGE, PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005

TABELA 7 – PNAD TIC domicílios 2008

Percentual dos domicílios com bens e serviços de acesso à informação e comunicação no total de domicílios particulares permanentes (%)						
Brasil e Regiões	Rádio	Televisão	Microcomputador		Telefone	
			Total	Ligado à Internet	Fixo Convencional	Celular Móvel
Brasil	88,9	95,1	31,2	23,8	44,4	75,5
Norte	76,4	90,0	17,4	10,6	23,3	69,5
Nordeste	82,4	91,7	15,7	11,6	22,9	63,2
Sudeste	93,0	97,6	40,0	31,5	59,6	79,7
Sul	94,9	96,4	38,5	28,6	49,0	82,8
Centro-oeste	86,4	94,6	30,9	23,5	40,2	84,0

Fonte: IBGE, PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008

Como pode ser observado, no período entre 2005 a 2008, o crescimento do número de domicílios com computadores saltou de 18,6% para 31,2%, representando um aumento expressivo em termos de acesso a equipamento. Já o número de domicílios que têm computadores com acesso à Internet passou de 13,7% para 23,8%. Quanto ao acesso à telefonia, houve expressivo crescimento em relação ao acesso a telefone móvel/celular, os domicílios passaram de 59,3% para 75,5%, em oposição à telefonia fixa que caiu de 48,1% para 44,4%.

O quadro a seguir apresenta o total de celulares no Brasil até agosto de 2012 e algumas informações relevantes em termos de tipo de serviço adquirido:

QUADRO 2 - Total de celulares no Brasil

258 milhões de celulares em Ago/12

Dados da Anatel indicam que o Brasil terminou Ago/12 com 257,9 milhões de celulares.

As adições líquidas de 1,49 milhões de celulares no mês foram maiores que as dos dois meses anteriores, mas inferiores às de Ago/11 (3,7 milhões).

O crescimento do pós-pago (1,7%) superou o do pré-pago (0,3%).

FONTE: Anatel

Com a privatização do sistema de telefonia do Brasil, houve significativo aumento da concorrência, que acarretou o acirramento na conquista de novos clientes. Assim, com o aumento de planos e promoções, as pessoas foram atraídas pelas oportunidades de acesso a aparelhos celular e pelos planos pré-pagos. Contudo, os custos de ligação e manutenção são muito caros, principalmente em relação ao telefone pré-pago, motivo pelo qual boa parte das pessoas que adquire celular, utiliza o aparelho apenas para receber chamadas. Além disso, o Brasil enfrenta sérios problemas que comprometem os serviços de telefonia móvel, desde questões sobre legislação e falta de infraestrutura nas telecomunicações relativos a antenas e distribuição de sinal, até problemas como mau atendimento a clientes.³⁹

Em relação à Internet, segundo os números do Suplemento do PNAD 2008 sobre *Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel para Uso Pessoal*, em três anos, o percentual de brasileiros de dez anos ou mais de idade que acessaram ao menos uma vez a Internet pelo computador aumentou 75,3%, passando de 20,9% para 34,8% das pessoas nessa faixa etária, ou 56 milhões de usuários, em 2008. No mesmo período, a proporção dos que tinham telefone celular para uso pessoal passou de 36,6% para 53,8% da população de dez anos ou mais de idade, sendo que, para 44,7% dessas pessoas (ou cerca de 38,6 milhões de brasileiros), o celular era o único telefone para uso pessoal.

Segundo o *Mapa da Inclusão Digital*, divulgado em junho de 2012 pela Fundação Getúlio Vargas-FGV e outras parcerias, 41,11% dos brasileiros possuem computador em suas residências, sendo que 33,2% estão conectados à Internet. A

³⁹ O reflexo de tantos problemas tem sido o elevado número de reclamações dos usuários de telefonia móvel no Brasil junto aos órgãos competentes, como o PROCON- Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor. Em julho de 2012, três operadoras de telefonia móvel brasileiras foram proibidas de comercializar novas linhas. A Anatel- Agência Nacional de Telecomunicações considerou a crescente evolução da taxa de reclamações de usuários registrada em sua central de atendimento relativa à qualidade da prestação do serviço, e os registros dos sistemas da Agência e as ações de fiscalização realizadas, para tomar sua decisão. FONTE: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>

mesma pesquisa havia sido publicada pela FGV com o título de “Mapa da Exclusão Digital”, em abril de 2003, quando 12% dos brasileiros tinham computador em suas residências, enquanto 8% encontravam-se conectados à Internet. Segundo tais dados, houve, portanto, um salto significativo de acesso. Os pesquisadores da FGV explicam que este salto colocou o Brasil como espelho da inclusão/exclusão digital do mundo, pois o percentual de domicílios com acesso à Internet no País é semelhante ao mundial, que é de 33%. O uso de Internet faz parte dos indicadores das Metas do Milênio da ONU, e esse número, apesar de se equivaler ao mundial, é baixo e reflete o desinteresse e a incapacidade, pois não bastam computadores conectados, como já mencionado, é preciso educar, já que navegar na rede é necessário.

O *Mapa da Inclusão Digital* da FGV (2012) aborda a evolução do binômio exclusão *versus* inclusão digital no país, além de mostrar como é acessada a Internet pelo brasileiro, os locais em que acessa, entre outros aspectos. A pesquisa ressalta também e apresenta vários mapas sobre os paradoxos do acesso dentro do país, como exemplo, o município de São Caetano (SP) que apresenta o maior índice de acesso à Internet por domicílio, 69%, em oposição ao município de Aroeiras (PI), onde esse percentual é igual a zero.

Um dos fatores considerado grande barreira ao acesso é o custo. O Brasil, segundo o *ranking* produzido pela UIT (*Measuring the Information Society* 2010), era o 97^o mais caro, entre os 161 países pesquisados. O valor de uma assinatura básica mensal de um plano de Internet banda larga, com um gigabyte, era de US\$28,033, o que poderia até ser considerado baixo em relação à média dos 161 países pesquisados, cujo valor é US\$74,15. Em países com economia considerada similar à do Brasil, como China e Índia, esses valores são US\$17,62 e US\$5,21, respectivamente, pelo mesmo pacote de serviço.

A redução do preço para o acesso às TICs é outro aspecto bastante enfatizado na *Linha de Ação C2*. Entretanto, os esforços para alcançar essa meta parecem caminhar a passos lentos. Os países mais pobres é que pagam mais caro para ter acesso às TICs. A questão da infraestrutura é condição *sine qua non* para a democratização do acesso, como consta do referencial teórico, mas é preciso mais do que tecnologia para que ocorra a inclusão digital. É necessário educação de qualidade e distribuição de renda. Enquanto isso não ocorrer, dificilmente os audaciosos objetivos da CMSI e tantos outros objetivos de desenvolvimento “igualitário” tornar-se-ão realidade em sua totalidade.

A *Linha C4 – Criação de capacidades*, a seguir, foi analisada com o objetivo de aferir se é uma preocupação da CMSI o desenvolvimento da Competência

Informacional, para que a infraestrutura de TIC implementada seja mais eficaz em sua utilização e contribua para a inclusão digital plena.

6.3 A LINHA DE AÇÃO C4 – CRIAÇÃO DE CAPACIDADES

A partir dos trechos realçados na descrição inicial da *Linha de Ação C4* (L1 da tabela a seguir), nota-se que o documento trata, não somente da educação formal, da alfabetização e da educação para o uso de TICs, apesar da ênfase em *ICT literacy* (que é o termo em inglês no documento original, cuja tradução é competência em TIC). Ela propõe também do desenvolvimento de habilidades que tornem as pessoas competentes em informação, capacitando-as para lidar e sobreviver no contexto da Sociedade da Informação, para que possam, assim, atender às suas demandas e ir além do mero acesso às tecnologias.

Na tabela a seguir está descrita a *Linha de Ação C4*, e os dezesseis subtópicos que a compõem:

TABELA 8 - A Linha de Ação C4
C4. CRIAÇÃO DE CAPACIDADES

L1

Todos **devem poder adquirir os conhecimentos necessários para beneficiar-se plenamente da sociedade da informação**. Em consequência, o **desenvolvimento de capacidades e a aquisição de conhecimentos em matéria de TICs são essenciais**. As TICs podem contribuir para o alcance do ensino universal em todo o mundo, mediante a educação e a capacitação de professores e oferecendo condições melhores para o **aprendizado contínuo**, incluindo as pessoas que se encontram à margem do processo educativo formal e aprimorando as aptidões profissionais.

L2

a) Definir políticas nacionais para garantir a **plena integração das TICs em todos os níveis educativos e de capacitação**, inclusive na elaboração de planos curriculares, na formação dos professores e na gestão e administração institucionais e para **consolidar o conceito de educação contínua**.

L3

b) Preparar e promover **programas para erradicar o analfabetismo**, utilizando as TICs nos planos regional, nacional e internacional.

L4

c) Promover cursos de **alfabetização em TICs para todos**, por exemplo, elaborando e oferecendo cursos de administração pública nos quais se aproveitem as vantagens de facilidades já existentes, tais como bibliotecas, centros comunitários polivalentes ou pontos de acesso público e estabelecendo centros locais de capacitação em TICs com a cooperação de todos os interessados. Deve-se prestar especial atenção aos grupos menos favorecidos e vulneráveis.

-
- L5 d) No contexto das políticas educativas nacionais, e tendo em conta a necessidade de erradicar o analfabetismo de adultos, **assegurar que os jovens disponham dos conhecimentos e aptidões necessários para utilizar as TICs e, em particular, da capacidade de analisar e tratar a informação de maneira criativa e inovadora**, assim como de compartilhar seu conhecimento e de participar plenamente na sociedade da informação.
- L6 e) Os governos, junto com outros atores interessados, devem elaborar programas para **criar capacidades com vistas, sobretudo, a alcançar uma massa crítica de profissionais e especialistas em TICs altamente qualificados**.
- L7 f) Elaborar projetos-piloto para demonstrar o efeito dos **sistemas educativos alternativos** baseados nas TICs, especialmente para **alcançar os objetivos de educação para todos e as metas de alfabetização básicas**.
- L8 g) Procurar eliminar as barreiras de gênero que dificultam a educação e a formação em matéria de TICs e promover a igualdade de oportunidades de capacitação nas matérias relacionadas com as TICs para as mulheres e meninas. Os programas de introdução e iniciação à ciência e à tecnologia devem estar dirigidos às jovens para aumentar o número de mulheres nas carreiras relacionadas às TICs. Promover o intercâmbio de boas práticas na integração das perspectivas de gênero no ensino das TICs.
- L9 h) Habilitar as comunidades locais, especialmente nas zonas rurais e desfavorecidas, na utilização das TICs e **promover a produção de conteúdo útil e socialmente significativo** em proveito de todos.
- L10 i) **Lançar programas de ensino e capacitação que ofereçam oportunidades para participar plenamente da sociedade da informação**, utilizando sempre que possível as redes de informação dos povos nômades tradicionais e indígenas.
- L11 j) Desenhar e realizar atividades de cooperação regional e internacional voltadas para melhorar a capacidade, em especial, dos dirigentes e das equipes operacionais, nos países em desenvolvimento e nos países menos desenvolvidos, para **aplicar eficazmente as TICs em toda gama de tarefas educativas**. Isto inclui **estender o ensino para fora da estrutura educacional, tal como, por exemplo, para o ambiente de trabalho e para os lares**.
- L12 k) **Desenhar programas específicos de capacitação para o uso das TICs para atender às necessidades educativas dos profissionais da informação, tais como arquivistas, bibliotecários, profissionais de museus, cientistas, mestres, jornalistas, trabalhadores de correios e outros grupos profissionais pertinentes**. A formação dos profissionais da informação não deve se centrar exclusivamente nos novos métodos e técnicas para a criação e a prestação de novos serviços de informação e comunicação, uma vez que é igualmente importante a formação em técnicas de gestão voltadas à melhor utilização destas tecnologias. A capacitação dos professores deve centrar-se nos aspectos técnicos das TICs, na elaboração de conteúdo e nas oportunidades e dificuldades potenciais destas tecnologias.
- L13 l) **Estabelecer sistemas de ensino, capacitação e outras formas de educação e formação à distância** no marco de programas de desenvolvimento de capacidades. Prestar especial atenção aos países em desenvolvimento e em particular aos PMD nos distintos níveis de desenvolvimento dos recursos
-

humanos.

- L14** m) Promover a cooperação internacional e regional para o desenvolvimento de capacidades, promovendo, entre outras coisas, programas nacionais desenvolvidos pelas Nações Unidas e seus organismos especializados.
- L15** n) Lançar projetos-piloto para definir novas formas de intercâmbio de informação baseadas nas TICs, que ponham em contato os centros docentes e de formação e pesquisa dos países desenvolvidos, dos países em desenvolvimento e dos países com economias em transição.
- L16** o) O trabalho voluntário, se conduzido em harmonia com a política nacional e a cultura local, pode ser um ativo valioso para **incrementar as capacidades humanas e utilizar de maneira produtiva os instrumentos de TICs, assim como para construir uma sociedade da informação mais integradora**. Ativar programas de voluntários para contribuir para a criação de capacidades no âmbito das TICs para o desenvolvimento, em particular nos países em desenvolvimento.
- L17** p) **Conceber programas que capacitem os usuários para aprender de maneira autodidata e desenvolver suas próprias capacidades**.
-

FONTE: PLANO DE AÇÃO, 2003, grifos nossos

Embora não mencione explicitamente a expressão *Competência Informacional*, a meta C4- *Criação de Capacidades* trata do planejamento de atividades direcionadas a essa finalidade, dentre as quais se destacam: consolidação do conceito de aprendizado ao longo da vida (educação continuada); promoção de programas para erradicar o analfabetismo; inclusão da capacidade de analisar e tratar a informação de maneira criativa e inovadora; extensão do ensino para fora da estrutura educacional formal, para o ambiente de trabalho e para os lares; capacitação no uso das TICs para atender às necessidades educacionais dos profissionais de informação (arquivistas, bibliotecários, museólogos, professores, jornalistas, trabalhadores dos correios) e outros grupos profissionais pertinentes; desenvolvimento de sistemas de ensino a distância; promoção da capacidade humana no uso produtivo dos instrumentos de TICs; projeção de programas que capacitem os usuários a ampliar sua capacidade de auto-aprendizagem e desenvolvimento pessoal. Essas e outras proposições objetivam construir uma Sociedade da Informação mais integradora, verdadeiramente inclusiva, segundo o conteúdo do documento.

Um dos aspectos analisados é a ênfase na criação de projetos visando à expansão do ensino à distância. O êxito nesta modalidade de aprendizado depende, antes de tudo, que o indivíduo desenvolva sua autonomia de aprendizado, tanto para aprender os conteúdos, através da pesquisa e da busca por informações que complementem seus estudos, quanto para o uso de TICs, instrumento que lhe

permitirá estudar em casa, no trabalho ou em outro ambiente que não o de uma instituição de ensino formal.

Outra forma de criação de capacidade é capacitação dos profissionais da área de informação e dos professores. Pode-se afirmar que esta meta está relacionada com a necessidade de habilitar tais profissionais para que, juntos, possam criar atividades e ambientes propícios para que estudantes e indivíduos, de modo geral, possam desenvolver suas próprias competências informacionais. São esses os profissionais responsáveis pelo ensino das habilidades de busca e uso adequado da informação, como afirmado por Campello (2003, p. 34): “O desenvolvimento das habilidades informacionais é atividade conjunta de professores e bibliotecários que trabalham em parceria para planejar, implementar e avaliar a aprendizagem”.

Constatou-se que a *Linha de Ação C4* complementa as demais linhas de ação que visam, de modo geral, a construção de infraestrutura tecnológica de forma a possibilitar o acesso das pessoas às TICs e à Internet. Entende-se que tais metas atendem ao que argumenta SORJ (2003) sobre os níveis de universalização do acesso, descritos no capítulo dois. O autor afirma que a maioria dos programas de inclusão digital visa apenas à construção de infraestrutura de acesso.

O teor da *Linha de Ação C4* vai além desses dois níveis e sugere que a CMSI pretende não somente estabelecer que os governos, e demais setores interessados na Sociedade da Informação, implementem programas que tenham como objetivo a inclusão digital pelo simples acesso às TICs e à Internet, mas que criem um entorno propício à capacitação das pessoas para usufruir da estrutura tecnológica a ser construída. A *Linha C4* tem como meta o treinamento das pessoas para uso das tecnologias, a capacitação intelectual e ainda a produção de conteúdos específicos para os usuários. Assim, as pessoas poderiam atingir os demais níveis que ultrapassam as dimensões passivas do acesso e que definem um potencial de apropriação ativa das tecnologias (SORJ, 2003). Este caminho levaria, de fato, à redução da exclusão digital.

Destaca-se ainda a L17 da tabela 8, que aborda a necessidade de se habilitar os usuários “a desenvolver suas capacidades de auto-aprendizagem e desenvolvimento pessoal”, o que está diretamente relacionado à competência informacional, condição para a auto-aprendizagem e para a busca do desenvolvimento pessoal.

Nos diferentes modelos que sugerem habilidades em competência informacional, as aptidões individuais para uso da informação que devem ser desenvolvidas, são apresentadas de forma bastante semelhante. Neste trabalho,

destaca-se o modelo elaborado pela *Society of College, National and University Libraries* - SCONUL (2009), que aponta os sete pilares de uma pessoa competente em informação: 1- reconhece a informação necessária; 2- distingue formas de preencher as lacunas; 3- constrói estratégias para localizar informação; 4- localiza e acessa a informação; 5- compara e avalia; 6- organiza, aplica e comunica; 7- sintetiza e cria.

Identificadas as sete referidas habilidades, é possível relacionar os estudos de competência informacional à CMSI, uma vez que a “sociedade da informação é o espaço mais abrangente por onde trafega o movimento da competência informacional. É o mundo alterado pela rápida disponibilização de uma abundância de informação, em uma variedade de formatos” (AASL, 1998). Ao se considerar que os objetivos da CMSI estão voltados para a promoção das TICs para benefício de todos, o desenvolvimento de Competência Informacional torna-se fundamental, pois viabiliza a plena inclusão digital, conceito pouco preciso nos programas e projetos que visam à inserção na Sociedade da Informação (AUN e MOURA, 2007).

De acordo com Lloyd (2003), uma pessoa competente em informação tem uma profunda consciência, conexão e fluência com o ambiente informacional. Pessoas competentes em informação são empenhadas, capacitadas, enriquecidas e incorporadas pela informação social, processual e física que constitui um universo de informações. No entanto, considerada a ausência de indicadores qualitativos, não é possível medir se os indivíduos têm todas essas competências desenvolvidas, da mesma como se pode medir o acesso às TICs. Ou seja, em âmbito global, é difícil acompanhar o desenvolvimento individual humano, apontar, de forma minimamente precisa, os aspectos em que os indivíduos precisam ser melhorados ou qualificados. Por isso, aponta-se a necessidade de adoção do conceito de Competência Informacional nas escolas, na formação e educação básicas de modo a construir indivíduos competentes e preparados para a Sociedade da Informação. Da mesma forma, destaca-se a importância de adoção do conceito nos programas de inclusão digital, para que, de fato, seja alcançado o conceito embutido nesta expressão e não continue ocorrendo a propagação do desenvolvimento de aprendizado de técnicas padronizadas e automatizadas, sem uso consciente das TICs.

Portanto, considera-se que o desenvolvimento da competência informacional é essencial para o processo de construção e consolidação da Sociedade da Informação, juntamente com todas as demais metas da CMSI, de criação de infraestrutura em TICs, Governança da Internet, criação e gestão de conteúdo, entre outras. E que, para subsidiar esse processo, como assinalado por AUN e MOURA (2007), é preciso o estabelecimento de indicadores sociais qualitativos que auxiliem na medição do

desenvolvimento da Sociedade da Informação, de forma a aferir o fenómeno social decorrente da era digital e dessa grande transformação econômica e sociocultural.

7 CONCLUSÕES

*[...] quando o conhecimento se aprofunda,
começam a surgir as diferenças.*
Johann Wolfgang von Goethe

Consideradas as delimitações empírica e temporal, toda pesquisa demanda conclusões, e poderá, ou não, criar possibilidades para a realização de outros estudos, de acordo com as indagações surgidas ao longo de seu desenvolvimento. Neste capítulo, as conclusões estão apresentadas a partir da retomada dos objetivos do estudo. São apresentadas também as limitações para a realização da pesquisa e propõem-se sugestões para futuros estudos.

Pretendeu-se com esta pesquisa, investigar um objeto empírico pouco explorado pela pesquisa científica brasileira, mas que, por sua origem e objetivos, deveria ser tornado público e de amplo conhecimento, considerados sua importância para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, o capital empreendido pela ONU, UNESCO e UIT e também o esforço de participação de mais de 170 países. O objetivo principal foi analisar a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação-CMSI e investigar sua evolução a partir da análise de sua base de dados, a *WSIS Stocktaking Platform* e de duas das onze linhas de ação descritas no seu *Plano de Ação (Linhas de Ação C2 e C4)*, definido e publicado ao final da primeira fase, ocorrida em Genebra, 2003.

Cabe destacar inicialmente que, toda política, programa ou ação pública demanda acompanhamento e avaliação de seu progresso. É preciso saber os resultados alcançados, tanto por quem cria, quanto por quem se beneficia dessas ações. Assim, surgiu o interesse pelo desenvolvimento desta pesquisa: a necessidade de saber por que a Cúpula, que estabeleceu metas importantes e consistentes para o desenvolvimento da Sociedade da Informação, é tão pouco divulgada e conhecida, principalmente no Brasil.

O interesse despertado inicialmente foi fortalecido pelo fato de ter-se registrado, ao longo das pesquisas realizadas, a declaração do Secretário Geral Adjunto da União Internacional de Telecomunicações, Houlin Zhao (2011), sobre a necessidade de se realizar um balanço das metas propostas pela CMSI, considerado o curto tempo restante para a data final estabelecida para alcance dos objetivos, que é o ano de 2015. Espera-se a que a análise desenvolvida tenha contribuído com esse exercício avaliativo sobre a Cúpula Mundial.

Considera-se que os objetivos deste estudo foram alcançados, assim como foram encontradas respostas para as indagações apresentadas no início da pesquisa. Primeiramente, constatou-se que o atual cenário da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação é de revisão geral da implementação dos seus resultados (gerados em 2003 e 2005) que deveria ocorrer até 2015. Constatou-se, inclusive, a existência do *Processo de Consulta Pública sobre a Revisão Geral dos Resultados da CMSI*, e cujos resultados estão disponibilizados no site da Cúpula⁴⁰. Em segundo lugar, em resposta sobre formas de avaliação que possibilitariam aferir a realização das metas da Cúpula, verificou ser possível fazê-lo a partir da análise de indicadores de inclusão digital. Por isso a base de dados *WSIS Stocktaking Platform*, na qual são depositados projetos de inclusão digital e de desenvolvimento da Sociedade da Informação, em execução por diferentes países ao redor do mundo foi adotada na análise.

No entanto, cabe assinalar que é preciso ponderar sobre a adequação da *WSIS Stocktaking Platform* (Plataforma de Avaliação da CMSI), como ferramenta de mensuração, acompanhamento e avaliação das metas da CMSI, considerada a quantidade muito baixa de projetos voltados à inclusão digital e ao desenvolvimento da Sociedade da Informação nela indexados. Esta afirmação pode ser feita a partir de comparações com outras bases de dados que têm o mesmo objetivo da *WSIS Stocktaking*, mas possuem quantidade superior de projetos cadastrados. A exemplo da base de dados do IBICT, como já citado, que registra no estado de Minas Gerais mais de 3.800 projetos e em São Paulo são mais de 5 mil projetos. Ou seja, somando-se o número de projetos dos dois estados citados chega-se a quase 9 mil iniciativas de inclusão digital, segundo o Mapa de Inclusão Digital do IBICT. Enquanto na *WSIS Stocktaking Platform*, uma base de dados onde todos os *stakeholders* podem registrar projetos, ou seja, uma base de alcance mundial, existem pouco mais de 6 mil projetos.

Infere-se que o baixo índice de projetos cadastrados deve-se ao desconhecimento sobre a citada base de dados e seus objetivos. Somente convidar os *stakeholders* a registrar seus projetos na *WSIS Stocktaking Platform*, como tem sido feito pelos mantenedores da base parece não ser suficiente. Se o objetivo da CMSI for tornar a citada base de dados em referência para que o público possa acompanhar o progresso de suas metas ou obter outras informações relevantes sobre a Cúpula, é preciso que ela seja mais amplamente divulgada e ganhe maior visibilidade.

Também é possível acompanhar o progresso da CMSI através do acesso aos dados coletados, organizados e publicados pela União Internacional de

⁴⁰ <http://www.ungis.org/ThematicMeetingsActivities/OpenConsultationProcess-WSIS+10.aspx>

Telecomunicações, indicadores elaborados especificamente para atender a setores que acompanham a evolução da Cúpula Mundial, como a ONU.

Além disso, considerada a necessidade de saber a evolução da CMSI no Brasil, através dos indicadores de inclusão elaborados pelo IBGE e pela FVG foi possível concluir a análise sobre a *Linha de Ação C2- Infraestrutura da informação e da comunicação: fundamento básico da Sociedade da Informação*, descrita no Plano de Ação da Cúpula. Constatou-se que a evolução da Sociedade da Informação, assim como a inclusão digital, segue acontecendo independentemente da CMSI, embora esta tenha estabelecido indicadores-chave de TICs que serviram de base para que órgãos nacionais oficiais de estatística pudessem coletar dados e elaborar seus próprios indicadores.

Em relação à *Linha de Ação C4 - Criação de capacidades* constatou-se que, embora o termo Competência Informacional não esteja explícito no texto da referida linha, o seu objetivo é o planejamento de atividades direcionadas a essa finalidade, ou seja, criar condições e mecanismos para que o conhecimento ao longo da vida seja desenvolvido e explorando de forma cada vez mais intensa dos benefícios das TICs para auxiliar nesse processo de aprendizagem no trato com a informação para a geração de conhecimento.

A *Linha de Ação C4*, portanto, tem consistente relação com os conceitos de Competência Informacional estabelecidos pelos autores referenciados, estando também diretamente relacionada ao desenvolvimento das habilidades descritas no modelo da SCONUL. O problema é que não se encontra explicitada nos documentos, embora constitua uma das metas e objeto de planejamento de estratégias definidas pela CMSI para a promoção de TICs com vistas a difundir informações a todas as partes do mundo e democratizar seu acesso, de forma a fazer melhor uso dos benefícios de tais tecnologias. Acaba por se configurar um paradoxo.

É relevante que outros estudos sobre o tema sejam desenvolvidos, relacionando-o à inclusão digital e aos indicadores sociais de desenvolvimento da Sociedade da Informação, com vistas a inovar e contribuir para o desenvolvimento da pesquisa em Ciência da Informação. Quando a Competência Informacional é alcançada, as pesquisas sobre o assunto demonstram que os profissionais da informação e indivíduos de modo geral passam a oferecer contribuições para a melhoria social e para a construção de novos conhecimentos, a partir do exercício do pensamento crítico e do uso consciente das TICs.

Quanto aos objetivos específicos da pesquisa, todos foram atingidos. O contexto histórico que levou ao surgimento da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da

Informação (Genebra /2003 e Tunísia/2005) foi descrito. Da mesma forma, foi descrita a estrutura da CMSI e assinalados os órgãos por ela responsáveis.

A partir da distinção entre programas/planos e políticas, proposta por AUN (2003), foi possível relacionar o programa estabelecido pela CMSI para desenvolvimento da Sociedade da Informação como um dos subdomínios da política de informação, classificados por Rowlands; Eisenschitz e Bawden (2002). A CMSI se enquadra no subdomínio *Sociedade da Informação e Infraestrutura*, descrita como políticas públicas que promovem o investimento (ou encorajam o setor privado a investir) na infraestrutura de informação e desenvolvimento da sociedade. Consequentemente, as ações da CMSI podem ser relacionadas ao processo de construção de políticas de informação.

O *Plano de Ação da CMSI*, além de estabelecer como meta o desenvolvimento de ambiente propício, visando à construção de entorno apropriado, com infraestrutura tecnológica, estabelece também a criação de atividades relacionadas às TICs e capacitação, tanto para usuários quanto para pessoas que possam ser multiplicadoras e ensinar outras. Nota-se, no conjunto do referido plano, que todas as metas, em cada detalhe, cuidadosamente alinhadas aos preceitos dispostos na *Declaração de Princípios*, privilegiam o desenvolvimento de infraestrutura tecnológica à criação de conteúdo, contrariando pesquisadores que argumentam ser preciso primeiramente educar os usuários, instruindo-os, em processos de aprendizagem para desenvolverem atividades básicas como escrita e leitura. No entanto, é possível dizer que infraestrutura tecnológica é condição *sine qua non* para a evolução desta sociedade como atividade meio e não fim, no acesso às informações e auxílio para lidar com a gigantesca massa informacional.

É preciso reconhecer que existem contradições neste processo e que não é fácil chegar a um denominador comum. Ao mesmo tempo em se acredita na evolução e na redução de desigualdade através do desenvolvimento tecnológico, sabe-se que houve na história outras ondas tecnológicas que não colocaram um fim às diferenças sociais. É preciso, portanto, fazer o melhor uso das TICs, de forma que haja de fato benefícios sociais, e não uma ampliação ainda maior do *gap* social acrescido do *gap* digital.

Embora o discurso estabelecido tenha sido o da construção de uma sociedade igualitária, aparentemente, a CMSI foi somente mais um evento que apregoa o desenvolvimento das TICs para que estejam a serviço das hierarquias e do sistema capitalista que continua vigente, somente com nova roupagem.

Segundo Suaiden (2007, p. 11):

Compreender o significado e o alcance da chamada sociedade ou era da informação e do conhecimento representa hoje um desafio à pesquisa acadêmica, sendo também objeto de interesse e atenção de formuladores de políticas públicas, agentes privados e sociedade em geral. Modificam-se tanto as práticas sociais, políticas e econômicas, quanto os modos de pensar, interagir, produzir e consumir, colocando em xeque aparatos institucionais e estruturas organizacionais anteriores (SUAIDEN, 2007, p. 11).

A literatura sinaliza ainda para a importância do desenvolvimento de um instrumental analítico adequado ao avanço do conhecimento científico nesse campo, assim como sinaliza para a importância da elaboração de estratégias econômicas e sociais visando à inserção positiva de indivíduos, organizações, regiões e nações no atual cenário. Destaca-se ainda o investimento em educação, um dos principais pilares para a inclusão digital.

Ao voltarmos a análise para o cenário nacional é pertinente destacar (e essa análise poderia ser estendida a outros países com economia similar à brasileira), que o “Brasil ainda não conseguiu achar um caminho visível para o seu desenvolvimento, hoje ainda marcado no seu cotidiano pela pobreza, concentração de renda [...]” (AUN, MOURA, 2007, p.14). Assim, a presença massiva das TICs, facilita e oferece benefícios somente a quem pode dela usufruir, excluindo uma grande parte da população mundial que carece de políticas públicas adequadas à finalidade de democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação e, conseqüentemente, à informação e ao conhecimento.

Além disso, é preciso buscar alternativas à inclusão, já que o propalado processo de globalização, responsável por expectativas e esperanças de desenvolvimento igualitário, especialmente aquele suportado por aparatos tecnológicos, não possibilitou o ingresso dos mais pobres na era informacional. Assim sendo, diversos programas de inclusão digital são criados, na tentativa de minimizar o fosso digital. Segundo AUN e MOURA (2007, p.14), a maior parte dos programas visa à inclusão dos segmentos marginalizados através de acesso “a sistemas informacionais compartilhados, capazes de superar barreiras de língua e *gaps* tecnológicos”.

Apesar da criação de tantos programas de inclusão, não tem sido possível averiguar o real estágio de desenvolvimento da Sociedade da Informação, assim como não é possível saber se ocorre verdadeiramente o desenvolvimento e a inclusão das pessoas, tornando-as aptas a usufruir dos benefícios que as TICs podem oferecer. Como a própria CMSI estabeleceu, é preciso desenvolver indicadores de uso das TICs, ou seja, saber como as pessoas se apropriam da tecnologia e de seus

benefícios, pois há muitos indicadores de infraestrutura, que apontam a existência ou não de infraestrutura tecnológica e indicam se há ou não acesso a ela.

Nesse sentido, há autores (AUN, MOURA, 2007; CAMPELO, 2003; JAMBEIRO, 2007), que argumentam que o conceito de *Information Literacy*, traduzido como Competência Informacional, deve ser um dos componentes a ser investigado nos programas de inclusão digital. “O conceito de *Information Literacy*, presente nos objetivos dos programas, surge da consciência política de se ampliar o uso das tecnologias da informação na transição para a sociedade da informação”. (AUN e MOURA, 2007, p. 15).

No entanto, para medir se a infoinclusão está ocorrendo de fato, considerados os tantos projetos de inclusão digital existentes, é preciso estabelecer indicadores que apontem mais do que índices de acesso por raça, gênero, idade ou escolaridade das pessoas, como o fazem os indicadores estatísticos tradicionais (SORJ, 2003). Esses índices, muitas vezes, demonstram o desenvolvimento de aprendizado padronizado e até mesmo automatizado no uso das TICs. É preciso a criação de indicadores, como já mencionado, que auxiliem na compreensão do fenômeno da era digital e de que forma essas mudanças interferem na vida das pessoas.

A pesquisa possibilitou conhecer os objetivos da CMSI e saber seu atual *status*, assim como relacioná-la com o conceito de Políticas de Informação. Entretanto, considerados os disparates no que se refere à universalização do acesso à informação, ao conhecimento e às tecnologias, há uma clara demonstração de que se, em 7 anos (de 2005, final da segunda fase da CMSI, até 2012) o *Plano de Ação da CMSI* não foi colocado em prática, provavelmente não será em 3 anos (até 2015, prazo final para a consecução do plano), que as metas serão completamente cumpridas. Por isso há a necessidade de ampliação do prazo, mas é imperativo também saber quais os motivos que provocam a estagnação do acordo assinado internacionalmente.

Pressupõe-se que um dos motivos é o fato de haver muitos representantes, de diferentes nações, com objetivos, necessidades e desejos diferentes, o que dificulta consensos. A diversidade cultural e linguística também pode ser uma das barreiras. É preciso que sejam feitas concessões para haja acordos nas negociações, além de ser necessário o interesse dos Estados em cumprir os compromissos firmados internacionalmente, como é o caso da CMSI. Para tal, é fundamental a conscientização da sociedade civil, a quem cabe o papel de exigir que seus representantes cumpram seu papel e transformem em ação as políticas estabelecidas em documentos ou formuladas em discursos.

Fica claro que as proposições da Cúpula dificilmente se tornarão realidade na sua totalidade, dada a amplitude e ao caráter utópico do *Plano de Ação de Genebra*, e, principalmente, se somado ao desinteresse de muitos líderes. No entanto, é preciso considerar que o enorme esforço realizado no sentido de reunir tantas nações no intuito de estabelecer metas e criar mecanismos de desenvolvimento da sociedade que vivemos, tira da inércia muitos grupos e, principalmente, faz um apelo à sociedade civil de se responsabilizar e saber que tem papel fundamental nesse processo, não só cobrando resultados, mas também atuando.

Grandes problemas da humanidade, de modo geral, têm sido tratados por cúpulas, tais como meio ambiente, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, dentre outros. A realização da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação revela que países, povos, lideranças políticas e grupos internacionais conseguiram demonstrar a importância de uma cúpula da ONU para discutir a Sociedade da Informação.

Em termos políticos, a CMSI é importante por ter reunido mais de 170 países com o objetivo de discutir os problemas que perpassam a Sociedade da Informação. No entanto, ao final das suas duas fases, fica subtendido que o problema central é a governança desse sistema social centrado em informação, conhecimento e tecnologias da informação. Portanto, infere-se que a realização da CMSI ocorreu principalmente para discutir o aspecto regulatório da Sociedade da Informação e não especificamente o aspecto da promoção de desenvolvimento econômico social, conforme se pretendeu nos discursos estabelecidos.

As cúpulas suscitam grandes desafios, reúnem as partes interessadas, provocam discussões em nível macro, assinam declarações e acordos em nível internacional, envolvem as pessoas de modo a tocá-las intensamente sobre os assuntos tratados, mas não solucionam problemas localmente. A realização deve ocorrer em nível nacional, a partir do desenvolvimento de políticas específicas em cada país.

Três fatos evidenciados pelos dados da pesquisa demonstram que a grande preocupação final da CMSI foi o aspecto regulatório, ou seja, a Governança da Internet. Primeiro, a baixa adesão nacional à base de dados da CMSI. Segundo, o fato de praticamente nenhum país ter se comprometido em contribuir com o Fundo de Solidariedade Digital. Terceiro, o fato de não haver movimentos organizados ou declarações por escrito da própria Cúpula afirmando que não se pode aceitar o domínio de um país hegemônico na produção de tecnologia e no uso de tecnologia por outros países.

Tais aspectos demonstram ainda que, para os governos, e para a própria sociedade civil, o tema de uma gestão internacional com essa dimensão sobre tecnologias da informação e comunicação e sobre Internet não é premente. Os países ainda não se conscientizaram de que é preciso conduzir esta gestão em nível nacional através da explicitação de políticas de informação. Alguns temas, como desenvolvimento sustentável e gestão do meio ambiente, de certa forma, já têm recebido atenção e estão nas agendas dos governos, mas a discussão sobre a Sociedade da Informação ainda não se impôs com a mesma força política, embora esteja caminhando para tal. A presente pesquisa mostra que o campo de debate está aberto para a regulamentação sobre a gestão das tecnologias da informação e comunicação e da Internet.

REFERÊNCIAS

- ACCART, J.P. Le sommet mondial sur la société de l'information. **BBF**, Paris, 2004, nº 6, p. 68-73. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr>>. Acesso em: 20 jan. 2010.
- ALBAGLI, S; MACIEL, M. L. Informação, poder e política: a partir do Sul, para além do Sul. In: MACIEL, M. L; ALBAGLI, S. (Orgs). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, cap. 1, p. 9-39, 2011.
- AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS/ ASSOCIATION FOR EDUCATIONAL COMMUNICATIONS AND TECHNOLOGY. **Information power: building partnerships for learning**. Chicago, 1998.
- AUN, M. P. **Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação**. 2001. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.
- AUN, M. P. Políticas públicas de informação e desenvolvimento. In: PAIM, Isis (Org.). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: UFMG, cap. 3, PT1, p. 55-90, 2003.
- AUN, M. P (Coord.). **Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão**. Belo Horizonte: Gráfica Orion, 2007.
- AUN, M. P; MOURA, M. A. A construção de indicadores nacionais de acesso público aos meios digitais: princípios e perspectivas. In: AUN, M. P (Coord). **Observatório da inclusão digital: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão**. Belo Horizonte: Gráfica Orion, cap. 1, p. 19-61, 2007.
- BAUER, R. (Org.). **Social Indicators**. Londres: MIT press, 1966.
- BARDIN, L. A. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. C 1977. 226 p.
- BARRETO, A. L. Políticas nacionais de informação: discurso ou ação? **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.4, n. 2, abr/2003.
- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BELL, D. **The cultural contradictions of capitalism**. Londres: Heinemann, 1976.
- BELL, D. **The social framework of the information society**. In: Forester, 1980a.
- BELL, D. Teletext and technology. In: **Sociological Journeys: Essays 1960-1980**. Londres: Heinemann, 1980b.

BELL, D. The world and the United States in 2013. *Daedalus*, 116:1-31. Bellah, R., Madsen, R., Sullivan, W., Swidler, A. e Tipton, S., 1985: **Habits of the Heart**. Berkeley, CA: University of California Press.

BEMFICA, J. C. **Estado, Mercado e Redes Transnacionais na constituição da 'Sociedade da Informação'**- um estudo sobre os princípios norteadores das políticas para a infra-estrutura de informação. 2002. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

BEMFICA, J. C.; CARDOSO, A. M. P; FARIA, C.A. P. de. Sociedade da Informação: estratégia para uma sociedade mercadorizada. **Informática Pública**. V. 5 (2); 185-204. 2003.

BEMFICA, J. C.; CARDOSO, A. M. P; FARIA, C.A. P. Estado y mercado em La construcción de la Sociedad de la Información global. **Nueva Sociedad** 196. Mar/abril 2005. p. 93-108.

BETANCOURT, V. A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: processo e temas debatidos. In: LIMA, O. H.; SELAIMEN, G. **Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: um tema de tod@s**. Rio de Janeiro: Rits, cap. 3, p. 29-41, 2004.

BOUTANG, Y. M. Wikipolítica e economia das abelhas. Informação, poder e política em uma sociedade digital. In: MACIEL, M. L; ALBAGLI, S. (Orgs). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, cap. 1, p. 9-39, 2011.

BRAMAN, S. The meta-technologies of information. In Sandra Braman (Ed.), **Biotechnology and communication: the meta-technologies of information**, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2004. p. 3-36.

BRAMAN, S. **Information technology, national identity & social cohesion: a report of the project on technology futures and global power, wealth, and conflict**. Washington: CSIS Center of Strategic and International Studies), 2005.

BRAMAN, S. **Change of state: Information, policy, and power**. London: MIT Press, 2006.

BRAMAN, S. An introduction to information policy. In: BRAMAN, S. **Change of state: Information, policy, and power**. Cambridge, MA: MIT Press, cap.1, p. 1-8, 2006a.

BRAMAN, S. Information, policy, and power in the informational state. In: BRAMAN, S. **Change of state: Information, policy, and power**. Cambridge, MA: MIT Press, cap. 9, p. 313-328, 2006b.

BRAMAN, S. A economia representacional e o regime global da política de informação. In: MACIEL, M. L; ALBAGLI, S. (Orgs). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, cap. 2, p. 41-66, 2011.

BRILLOUIN, L. **La science et la Théorie de l'Information**, Paris, FR: Éditions Jacques Gabay, trad.,1988.

BROWNE, M. The field of information policy: 1 Fundamental concepts. **Journal of Information Science**, Brighton, v. 23, n. 4, p. 261-275, 1997.

BROWNE, M. The field of information policy: 2 Redefining the boundaries and methodologies. **Journal of Information Science**, Brighton, v. 23, n. 5, p. 339-351, 1997.

BURGER, R. H. Information policy: a framework for evaluation and policy research. **Ablex**: Norwood, NJ, 1993.

CALLON, M.; COURTIAL, J. P.; PENNAN, H. **Cienciometría**: el estudio cuantitativo de la actividad científica: de la bibliometría a la vigilancia tecnológica. Gijón: Ediciones TREA, 1995.

CAMPELLO, B. S. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003.

CARLEY, M. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 2006.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Cimeira Mundial saudada como êxitos estrondosos; o consenso e o empenhamento preparam o caminho para uma sociedade da informação mais equitativa. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/5686>>. Acesso em: 28 nov 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (org.). **Análise do Discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte, NAD-FALE/UFMG, 2006. p. 251-268.

COWHEY, P. F. The international telecommunications regime: the political roots of regimes for high-technology. **International Organization**, v.44, n. 2, p. 169-199, 1990.

DADOS do PNAD e TIC Domicílios. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/internet.asp> acesso em 22/09/2012>. Acesso em 13 ago.2012.

DADOS acesso a internet e telefone móvel. Disponível em <<http://cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/>>. Acesso em 13 ago.2012.

DANTAS, M. (2001). **Os significados do trabalho: uma investigação semi-ótica no processo de produção**, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ.

DANTAS, M. Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo. **Lua Nova**, n. 60, São Paulo; p. 5-44, 2003.

DANTAS, M. Informação como trabalho e como valor. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 44-72, dezembro 2006.

DANTAS, M. Trabalho e informação: para uma abordagem dialética. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. V. XII, n. 1, jan/abril. 2010. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 12 mar 2012.

DEMO, P. Marginalização digital: digital divide. **Boletim Técnico** do SENAC. Rio de Janeiro, v. 33, n.2, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/332/artigo-1.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

DOROTHY, E. D. The web wshers in new weapons of war and terrorism. **Scientific American Magazine**. US. August 18, 2008.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

DUPAS, G. **Ética e Poder na Sociedade da Informação**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2001.

DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetria, instabilidade e imperativos de legitimação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

EISENBERG, J.; CEPIK, M. (org). **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ESCARPIT, R. **L'information et la communication**. Paris: Hachette Livre, 1991.

FREIRE G. H. A. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 195-207, set./dez. 2008.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmond, Alberta.

GARCIA, M. L. A. Políticas e programas de informação científica e tecnológica. **Ciência da Informação, Brasília**, v. 9, n. 1/2, p. 5-39, 1980.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 67-93, abr.1999.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 ago. 2012.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N; CANONGIA, C. **Contribuição para políticas de ICT**. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, IBICT-Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2001.

GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: MACIEL, M. L; ALBAGLI, S.

(Orgs). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, cap. 7, p. 183-210, 2011.

HERSCOVICI, A. Informação, Conhecimento e valor: alguns esclarecimentos epistemológicos necessários. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. V. XII, n. 1, jan/abril. 2010. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em 10 ago. 2012.

INDICADOR DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. Disponível em: <<http://www.idc.com/groups/isi/main.html>>. Acesso em: 15 nov 2011.

JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, Cesar; BRITTOS, Valério (org.). **Comunicação, informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder**. Salvador: Edufba, 2004.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos**. Campinas-SP: Editora Alínea, 2001. Disponível em: <https://docs.google.com/gview?url=http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/Jannuzzi_2001_livro_INDICADORES+SOCIAIS+NO+BRASIL.PDF&chrome=true>. Acesso em: 10 ago. 2012.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre uso, mau uso e abuso de indicadores sociais na avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n.1, p. 51-72, 2002.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais na avaliação e formulação de políticas**. Rio de Janeiro: Mineiro, 2004.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, S. R. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

LASSWELL, H. **A linguagem da política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1979.

LEGEY, L. R; ALBAGLI, S. Construindo a sociedade da informação no Brasil: uma nova agenda. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n. 5, out/2000.

LIMA, O. H.; SELAIMEN, G. **Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: um tema de tod@s**. Rio de Janeiro: Rits, 2004. 118p. Disponível em: <www.infoinclusao.org.br>. Acesso em: 5 set. 2009.

LLOYD, Annemaree. Exploring information literacy meaning. In: INFORMATION LITERACY FORUM, 2003 [Australia]. **Proceedings ...** [Australia]: ALIA, 2003.

LOPES, R. S. **Informação, conhecimento e valor**. São Paulo: Radical Livros, 2008.

LOPES, R. S. Informação, conhecimento e valor: comentários às indagações de Marcos Dantas. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. V. XII, n. 1, jan/abril. 2010. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 06 fev 2012.

KERR PINHEIRO, M. M. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. **Rev. Pesq. bras. ci. Inf.**, Brasília, v.3, n.1, p. 113-126, jan./dez.2010.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Orgs). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MARTÍNEZ, E.; ALBORNOZ, M. **Indicadores de ciência y tecnología: estado del arte y perspectivas**. Caracas: Unesco, 1998.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7 ed. São Paulo: Hucitec. 2000.

NERI, M. C. (Coord). Mapa da Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>>. Acesso em: 04 jul 2012.

MATERIAL DE referência sobre as Cúpulas da ONU. Disponível em: <http://ncdalliance.org/sites/default/files/resource_files/un_summit_guide%20Portuguese.pdf>. Acesso em: 02 jul 2012.

MATTELART, A. **Diversidade Cultural e Mundialização**. (tradução de Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola, 2005a.

MATTELART, A. Geopolítica da Diversidade: o desafio civilizacional. In: MATTELART, A. **Diversidade Cultural e Mundialização**. (tradução de Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola, cap. 7. p. 133-152, 2005b.

MATTELART, A. **História da Sociedade da Informação**. 2. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

MOTA, *et all*. A universalização da informação no Brasil - os desafios da Sociedade da Informação. 2005. Disponível em: <[HTTP://cinform.ufba.br/iv_anais/artigos/texto02.htm](http://cinform.ufba.br/iv_anais/artigos/texto02.htm)> Acesso em: 5 nov 2009.

MOSCO, V. **The political economy of communication: rethinking and renewal**. Londres: Sage, 1996.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

OMS. **Catalogue of health indicators**. Genebra, 1996.

ORTELLADO, P. Resenha sobre o livro Informação, conhecimento e valor de Ruy Sardinha Lopes. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. V. XI, n. 2, maio/ago. 2009. Disponível em: <www.eptic.com.br>. Acesso em: 25 mai. 2011.

ORNA, E. Information policies: yesterday, today, tomorrow. *Journal of Information Science*, v.34, n.4, p. 547-565, 2008. Disponível em: <<http://jis.sagepub.com/content/34/4/547.full.pdf+html>>. Acesso em 28 ago 2011.

PNAD, Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal-2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/>>. Acesso em 25 jun 2012

PNAD, Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal-2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2008/default.shtm>>. Acesso em 25 jun 2012.

POWELL, J. Enxugando gelo - o que (não) acontece nas Cúpulas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 jun. 2012. Ilustríssima, p.6.

RAMONET, I. Trad.: Amado. Jô. A nova ordem internet. Editorial. **Le Monde Diplomatique**. Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://diplo.org.br/2004-01,a838>>. Acesso em Acesso em 28 ago. 2011.

RAPP, M. N. E de. **Políticas de informação no contexto das políticas públicas de incentivo à cultura**. 2003. 232f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

RELATÓRIO final: Open Consultation on the Overall Review of the Implementation of the WSIS Outcomes (WSIS +10). Disponível em: <http://www.ungis.org/Portals/0/documents/thematicmeetings/wsis+10/WSIS+10-Presentation_of_Outcomes-Action_Plan.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

ROCHA, D.; DEUSDARA, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jul 2010.

ROCHA, D.; DEUSDARA, B. Análise de conteúdo e análise do discurso: o linguístico e seu entorno. **DELTA**, São Paulo, v. 22, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 jul 2010.

RODRIGUES, G. M. ; SIMAO, J. B. ; ANDRADE, P. S. . Sociedade da Informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos Livros Verdes. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, p. 89-101, 2003.

ROWLANDS, I. Understanding Information Policy: concepts, frameworks and research tools. *Journal of Information Science*, London, v. 22, n.1, p. 13-25, 1996.

ROWLANDS, I.; EINSENSCHITZ, T.; BAWDEN, D. Frame analysis as a tool for understanding information policy. **Journal of Information Science**, v.1, n.28, p.-31-38, 2002.

SATHLER, L. Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação: desafios para a sociedade civil. **Mídia Cidadã**, [s.l.], [s.n], p. 1-11, nov. 2005. Disponível em:

<http://www2.metodista.br/unesco/agora/pmc_forum_eixos_luciano.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.

SCHECHTER, M. **United Nations Global Conferences**. Nova York: Routledge, 2005.

SCONUL. Society of College, National and University Libraries. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://www.sconul.ac.uk>>.

SILVA, M, T. C. da. **A geopolítica da rede e governança global da internet a partir da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação**. 2008. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, F. M. **A informação científica e tecnológica brasileira no âmbito da sociedade da informação**: uma análise das iniciativas governamentais. Disponível em: <http://.cinf.ufba.br/vi_anais/docs/fabiomascarenhassilva.pdf>. Acesso em: 22 ago 2011.

SILVA, T. E. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. **Informação e Sociedade: Estudos**, v. 1, n. 1, p. 1-8, 1991. Disponível em: <<http://www.informacoesociedade.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/18/16>>. Acesso em: 22 ago 2011.

SILVA, M. B.; GRIGOLO, T. M. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. **Caderno Pedagógico**. Florianópolis: Udesc, 2002.

SORJ, B. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SORJ, B.; GUEDES, L. E. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos. - CEBRAP [online]**, n.72, p. 101-117, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n72/a06n72.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul/dez, 2006.

WIENER, N. **The human use of human beings: cybernetics and society**. Londres: Sphere Books, 1968.

SUAIDEN, E. J. Prefácio. In: MACIEL, M. L; ALBAGLI, S. (Orgs). **Informação e desenvolvimento**: conhecimento inovação e apropriação social. Brasília: IBICT, UNESCO, 2007.

WORLD Summit on the Information Society: Geneva 2003-Tunis 2005. Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/index.html>>. Acesso em: 13 ago. 2010.

ZHAO, H. WSIS and the Broadband Divide: Obstacles and Solutions. **UN Chronicle [online]**, v. 48, n. 3, Set. 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/wcm/content/site/chronicle/home/archive/issues2011/thedigitaldividend/wsisandthebroadbanddivideobstaclesandsolutions>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO CMSI



BUILDING THE INFORMATION SOCIETY

WSIS Stocktaking: Stocktaking of activities relevant to the World Summit on the Information Society (WSIS)

To: WSIS Stakeholders
Document : WSIS-ST/2010/01
Date : 10 January 2010
Original: English

Questionnaire

TO: All WSIS stakeholders, i.e. governments, international organizations, civil society and private sector entities.

During the WSIS process, stakeholders expressed their wishes that the publicly-accessible stocktaking database of WSIS-related implementation activities (www.itu.int/wsis/stocktaking), which had been initiated during the Tunis phase of WSIS, should be further maintained, under the stewardship of ITU (see Tunis Agenda, para 120). It should become an effective tool for the exchange of information on the projects fostering development of the information society, structured according to the 11 WSIS action lines. All WSIS stakeholders were encouraged to continue to contribute information to this public database.

We would be grateful for your assistance in contributing to the WSIS Stocktaking process. You can do this by submitting your entries, in the enclosed questionnaire or online (at www.itu.int/wsis/stocktaking), descriptions of the activities in which your organization is engaged. If you have more than one activity to submit, please fill out separate forms for each one, or make separate submissions via the website. Please note that the stocktaking exercise is intended to be indicative, not comprehensive, and is designed to be factual, not prescriptive.

- A+B. Please provide a title, and a description of each activity (e.g., project, programme, thematic meeting, event etc) in no more than 100 words. Governments may wish to submit more detailed information on their programmes or policies, for instance structured by the WSIS Action Lines.
- C+D. Please indicate the relevance of the activity to the WSIS action lines and internationally-agreed development goals outlined in the Millennium Declaration. These will be used to generate keywords to be used for searching the stocktaking database.
- E. Please provide a website or other sources (e.g., documents) containing further information;

- F, G, H and I. Please indicate the geographical coverage, the timescale, and the type of activity being undertaken, as well as the main partners involved. Your inputs will be posted on the WSIS website, and in the stocktaking database. We would also welcome future updates to this information.

Please send your response, and any associated documentation, either:

By filling out the questionnaire online at: www.wsis.org/stocktaking
 By downloading it and sending by email to: wsis-stocktaking@itu.int
 By sending it on diskette or CD-ROM by post to: International Telecommunication Union,
 WSIS Stocktaking,
 Place des Nations,
 CH-1211 Geneva 20,
 Switzerland

Details of the organization:

Organization Name:

Organization Website (URL):

Country: or International

Organisation type (please tick one):

Government, International Organization, Business Sector entity,

Civil Society

Contact person: (Note: Personal contact information will not appear on the website)

Mr. Ms. First Name..... Family Name.....

Address:

Email:

Telephone:

National Implementation Mechanism: (Note: Section for Governments only)

Does your country already have a strategy for coordinating WSIS Implementation at the national level?

Yes, No

Is there a national e-strategy? Yes, No

If yes, please provide the title and source of relevant documentation (e.g, URL)

.....

A. Activity title Please provide a short title for this project, programme, thematic meeting, event etc.

B. Description Please provide a brief description, in 100 words or less. Governments and international organizations may also wish to provide more detailed information concerning their policies or programmes (e.g., documents relevant to one or more WSIS action lines).

C. WSIS action lines Please indicate which of the WSIS action lines and themes are relevant to this activity. Please tick all that apply. (For more information, see www.itu.int/wsis/PoA or the [keywords](#) for each action line).

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1. The role of governments and all stakeholders in the promotion of ICTs for development. | <input type="checkbox"/> E-learning |
| <input type="checkbox"/> ICT for sustainable development | <input type="checkbox"/> E-health |
| <input type="checkbox"/> National e-strategies | <input type="checkbox"/> E-employment |
| <input type="checkbox"/> ICT in Parliaments | <input type="checkbox"/> Expanding income gaps |
| <input type="checkbox"/> E-participation | <input type="checkbox"/> Professional training |
| <input type="checkbox"/> Partnerships | <input type="checkbox"/> Role of social actors |
| <input type="checkbox"/> 2. Information and communication infrastructure. | <input type="checkbox"/> E-environment |
| <input type="checkbox"/> 3. Access to information and knowledge. | <input type="checkbox"/> Protect environment |
| <input type="checkbox"/> 4. Capacity building. | <input type="checkbox"/> Ensure sustainable ICTs |
| <input type="checkbox"/> 5. Building confidence and security in use of ICTs. | <input type="checkbox"/> Monitor/prevent disasters |
| <input type="checkbox"/> 6. Enabling environment. | <input type="checkbox"/> E-agriculture |
| <input type="checkbox"/> 7. ICT applications: benefits in all aspects of life. | <input type="checkbox"/> E-science |
| <input type="checkbox"/> E-government | <input type="checkbox"/> 8. Cultural diversity and identity, linguistic diversity and local content. |
| <input type="checkbox"/> E-government strategies | <input type="checkbox"/> 9. Media. |
| <input type="checkbox"/> E-government systems | <input type="checkbox"/> 10. Ethical dimensions of the Information Society. |
| <input type="checkbox"/> Measuring e-government | <input type="checkbox"/> 11. International and regional cooperation. |
| <input type="checkbox"/> Knowledge management | <input type="checkbox"/> Achieving WSIS targets (PoA, Section B) |
| <input type="checkbox"/> E-business | <input type="checkbox"/> Digital Solidarity Agenda (PoA, Section D) |
| <input type="checkbox"/> E-commerce and e-trade | <input type="checkbox"/> Follow-up and evaluation (PoA, Section E) |
| <input type="checkbox"/> Enabling environment | <input type="checkbox"/> Towards WSIS Phase 2 (Tunis) (PoA, Section F) |
| <input type="checkbox"/> SME competitiveness | |
| <input type="checkbox"/> Technology and innovation | |
| <input type="checkbox"/> Supply chains and outsourcing | |

D. Internationally-agreed development goals outlined in the Millennium Declaration

Is this activity relevant to achieving the MDGs listed below? (see <http://www.un.org/millenniumgoals/> and the [targets](#) for each goal) Yes No

If yes, please tick all goals that apply

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Eradicate poverty and hunger. | <input type="checkbox"/> 5. Improve maternal health. |
| <input type="checkbox"/> 2. Achieve Universal Primary Education. | <input type="checkbox"/> 6. Combat HIV/AIDS, Malaria and other diseases. |
| <input type="checkbox"/> 3. Promote gender equality & empower women. | <input type="checkbox"/> 7. Ensure environmental sustainability, |
| <input type="checkbox"/> 4. Reduce child mortality. | <input type="checkbox"/> 8. Develop a global partnership for development. |

E. For more information Please provide a website, a document or other source of information:

Website (URL):	Other information:
----------------------	--------------------------

F. Geographical coverage Please tick a box to indicate the geographical coverage:
 Local National Regional International. Please specify coverage:.....

G. Timescale Please tick a box to indicate the timescale of the activity:
 Completed Ongoing Planned. Please specify dates:

H. Activity type Please tick one or more boxes to indicate the type of activity described above:
 Project Programme WSIS Thematic Meeting Conference Publication Training initiative Guidelines Tool-kit Other, please specify

I. Partnership Please indicate the names of the other main partners in this activity:

--

J. Connect the World Project Do you wish to have your project considered as contributing to the objectives of the ITU Connect the World initiative?
 Yes No

Keywords

In order to assist you in selecting which of the WSIS action lines are relevant to this activity, the following keywords are provided to show some of the themes covered under each of the WSIS action lines. The full text of each action line is available at www.itu.int/wsis/PoA.

WSIS Action Lines

1) The role of governments and all stakeholders in the promotion of ICTs for development

- Cooperation among stakeholders
- Millennium Declaration
- mainstreaming ICTs
- Multi Stakeholder Partnership (MSP)
- multi-stakeholder portals for indigenous peoples
- national e-strategies
- Public/Private Partnerships (PPP).

2) Information and communication infrastructure: an essential foundation for an inclusive information society

- Access
- accessibility
- affordability
- assistive technologies
- broadband network infrastructure
- digital inclusion
- enabling and competitive environment
- ICT backbone
- ICT connectivity
- ICT equipment
- ICT services
- infrastructure
- Internet exchange points
- investment
- satellite
- traditional media
- remote and marginalized areas
- ubiquitous computing/communications
- universal access/service
- wireless.

3) Access to information and knowledge

- Access to public official information
- access to scientific knowledge
- digital public libraries and archives
- ICTs for all
- multi-purpose community public access points
- open source, proprietary and free software
- public access to information
- public domain information.

4) Capacity building

- Basic literacy
- distance learning
- education/training
- e-literacy
- gender
- combating illiteracy
- life-long learning
- research and development (R&D)
- self-learning
- teacher training
- training ICT professionals
- volunteering
- youth

5) Building confidence and security in the use of ICTs

- Authentication
- building confidence and security
- consumer protection
- countering misuse of ICTs
- countering spam
- cyber-crime,
- cyber-security
- data protection
- information security and network security
- network integrity
- online transaction security
- privacy
- real-time incident-handling and response
- secure and reliable applications.

6) Enabling environment

- Consumer protection • dispute settlement • domain name management • e-commerce • e-government strategy • entrepreneurship • ICT forums • intellectual property • Internet governance • legal, regulatory and policy environment • privacy • radio frequency spectrum
 - regional root servers • secure storage and archival • small and medium sized enterprises (SMEs)
 - standardization
- 7) ICT applications: benefits in all aspects of life**
- Disaster recovery • e-applications • e-agriculture • e-business • e-commerce • e-employment
 - e-environment • e-government • e-health • e-publishing • e-science • ICT waste disposal • sustainable production and consumption • teleworking • transparency.
- 8) Cultural diversity and identity, linguistic diversity and local content**
- Cultural diversity • cultural exchange and information • cultural heritage • cultural industry • cultural policy • digital archive • disadvantaged and vulnerable groups • indigenous peoples • internationalized domain names • language-related ICT tools • linguistic diversity • local languages
 - traditional knowledge.
- 9) Media**
- Combatting illegal and harmful content in the media • diversity of media ownership • gender portrayal in the media • media independence and pluralism • reducing international imbalances • role of media in the Information Society • traditional media • training of media professionals .
- 10) Ethical dimensions the Information Society**
- Common good • ethics • human rights • preventing abusive uses of ICTs • values.
- 11) International and regional cooperation**
- Financing of ICT networks and services • infrastructure development projects • international mechanisms • progress evaluation • regional action plan • UN global compact.
- 12) Achieving the WSIS targets (Plan of Action, Section B)**
- to connect villages with ICTs and establish community access points; • to connect universities, colleges, secondary schools and primary schools with ICTs; • to connect scientific and research centres with ICTs; • to connect public libraries, cultural centres, museums, post offices and archives with ICTs; • to connect health centres and hospitals with ICTs; • to connect all local and central government departments and establish websites and email addresses; • to adapt all primary and secondary school curricula to meet the challenges of the Information Society, taking into account national circumstances; • to ensure that all of the world's population have access to television and radio services; • to encourage the development of content and to put in place technical conditions in order to facilitate the presence and use of all world languages on the Internet; • to ensure that more than half the world's inhabitants have access to ICTs within their reach.
- 13) Digital solidarity agenda (Plan of Action, Section D)**
- Debt burden • digital divide • digital solidarity fund • financing mechanisms • Monterrey Consensus • national e-strategies • poverty reduction strategies • technology transfer
- 14) Follow-up and evaluation (Plan of Action, Section E)**
- Benchmarking • community connectivity indicators • gender-specific indicators • ICT Development Index
 - Information Society indicators • international performance evaluation • monitoring the digital divide • statistics • success stories
- 15) Towards WSIS Phase 2 (Tunis) (Plan of Action, Section F)**
- Elaboration of final appropriate documents • partnerships among stakeholders • preparatory process
 - stocktaking • Task Force on Financial Mechanisms • Working Group on Internet Governance

Internationally-agreed Development Goals outlined in the Millennium Declaration

In order to assist you in selecting which of the MDGs are relevant to this activity, the following keywords are provided to show some of the targets covered under each of the MDGs. The full text is available at <http://www.un.org/millenniumgoals/> .

- 1) Eradicate poverty and hunger**
 - Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people whose income is less than one dollar a day.
 - Halve, between 1990 and 2015, the proportion of people who suffer from hunger.
- 2) Achieve Universal Primary Education**
 - Ensure that, by 2015, children everywhere, boys and girls alike, will be able to complete a full course of primary schooling.
- 3) Promote gender equality & empower women**
 - Eliminate gender disparity in primary and secondary education, preferably by 2005, and to all levels of education no later than 2015.

- 4) **Reduce child mortality**
 - Reduce by two thirds, between 1990 and 2015, the under-five mortality rate.
- 5) **Improve maternal health**
 - Reduce by three quarters, between 1990 and 2015, the maternal mortality ratio.
- 6) **Combat HIV/AIDS, Malaria and other diseases**
 - Have halted by 2015 and begun to reverse the spread of HIV/AIDS. ● Have halted by 2015 and begun to reverse the incidence of malaria and other major diseases.
- 7) **Ensure environmental sustainability**
 - Integrate the principles of sustainable development into country policies and programmes and reverse the losses of environmental resources. ● Halve by 2015 the proportion of people without sustainable access to safe drinking water and basic sanitation. ● Have achieved by 2020 a significant improvement in the lives of at least 100 million slum dwellers.
- 8) **Develop a global partnership for development.**
 - Develop further an open, rule-based, predictable, non-discriminatory trading and financial system. ● Address the special needs of the least developed countries ● Address the special needs of landlocked countries and small island developing States ● Deal comprehensively with the debt problems of developing countries through national and international measures in order to make debt sustainable in the long term. ● In cooperation with developing countries, develop and implement strategies for decent and productive work for youth. ● In cooperation with pharmaceutical companies, provide access to affordable essential drugs in developing countries. ● In cooperation with the private sector, make available the benefits of new technologies, especially information and communications.

THANK YOU!

ANEXO B - CONCLUSÕES FINAIS DO ENCONTRO TEMÁTICO SOBRE MEDIÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



World Summit
on the information Society
Geneva 2003 - Tunis 2005

WSIS Thematic Meeting on "Measuring the Information Society"

Geneva, 7 – 9 February 2005

FINAL CONCLUSIONS



Economic Commission for Afr



WSIS Thematic Meeting: “Measuring the Information Society” Geneva, 7-9 February 2005

FINAL CONCLUSIONS

1. The WSIS Thematic Meeting "Measuring the Information Society", organized by members of the Partnership on Measuring ICT for Development, which includes the ITU, OECD, UNCTAD, UNESCO Institute for Statistics, UN Regional Commissions (ECA, ECLAC, ESCAP, ESCWA), the UN ICT Task Force and the World Bank, took place in Geneva, Palais des Nations, from 7 to 9 February 2005. The meeting was chaired by Ms. Heli Jeskanen-Sundström, Director General of Statistics Finland. Vice chair *cum rapporteur* was Mr. Fred Gault, Director, Science, Innovation and Electronic Information Division of Statistics Canada.
2. The meeting addressed the subject of the statistical measurement of the information society, including a core list of ICT indicators that could be harmonized at the international level and that all countries might consider collecting; the needs of national statistical offices (NSOs) in developing countries as regards technical assistance in the compilation of ICT indicators; and mechanisms to measure impact and to quantify the relevance and contribution of ICT towards improving development and achieving the MDGs.
3. The meeting was attended by 270 delegates from 85 United Nations member countries, intergovernmental organizations, NGOs and civil society. Participants were from National Statistical Offices, Telecommunication Regulatory Agencies and Ministries, and Ministries related to information society activities.

Measuring ICT and the WSIS process

4. The Geneva Plan of Action, adopted by the World Summit on the Information Society (WSIS) in December 2003, in paragraph 28, called upon all countries and regions to develop tools to provide statistical information on the information society, with basic indicators and analysis of its key dimensions. Priority was to be given to setting up coherent and internationally comparable indicator systems, taking into account different levels of development.
5. It is the objective of the Partnership on Measuring ICT for Development to enhance the availability of comparable data and statistics on information society developments, in particular in developing countries. The organization of this Thematic Meeting was thus a concrete contribution to the second phase of WSIS and beyond. The meeting addressed two statistical issues: improving ICT statistics, and, the next steps for developing a broader set of statistical indicators for the information society.

Global ICT indicators stocktaking

6. An important point of departure for improving official ICT statistics in developing countries is to take stock of the current availability of ICT data and indicators. While good information is available about the status of ICT statistics in OECD countries, very little comparable data are available about the situation in developing countries. Therefore, as part of a global inventory carried out in the second half of 2004 by various UN agencies (UNECA, UNECLAC, UNESCAP, UNESCWA and UNCTAD), a metadata questionnaire was sent to NSOs in developing countries focusing on questions related to existing survey vehicles for ICT data collection, national demand

for ICT indicators, and current availability of and future plans for the collection of indicators, primarily for households and businesses.

7. The stocktaking (with a response rate of almost 50 per cent) revealed that many developing countries are already collecting some ICT indicators, but these are often limited to only a small number of basic access indicators, whereas few countries are collecting ICT usage indicators.

8. Results from the household section, prepared by the ITU, showed that almost all countries that responded to the metadata survey collect indicators relating to ICT availability while fewer on ICT usage. Data for these indicators are mainly collected through a general household survey, census, or specific ICT usage surveys. Although there are few countries that had conducted the latter, a number of countries expressed their plans to conduct one in the near future. This is mainly due to the high demand for household ICT access and usage indicators. Results also show that some developing countries need guidelines on how to define and collect those indicators and would benefit from countries that had success in the area.

9. Results on ICT business indicators, prepared by UNCTAD, showed that about 60 per cent of respondent countries collect some indicators, largely through established manufacturing surveys or through specific ICT-in-business surveys. Most of the indicators collected are basic access indicators, such as presence of telephone, computer and Internet. Indicators referring to the use of ICTs by business, such as the types of activities carried out through the Internet (including purchasing and selling), or barriers to ICT use are less frequent. However, overall demand for ICT business indicators is high, and many NSOs are planning to collect more indicators in the near future. Asia-Pacific, Central Asia and Central and Eastern Europe are the regions collecting more indicators than others and facing a high demand for ICT statistics, followed by Latin America and the Caribbean. While few indicators are collected in countries of Western Asia, they are the most active in planning future collections. The majority of African countries who responded to the questionnaire are LDCs, with few indicators collected despite a high demand at the national level. These countries clearly need to be targeted by future capacity building programmes in the area of ICT statistics.

The need for internationally comparable indicators – proposal for a list of core indicators

10. A proposal for a core list of ICT indicators that all countries might consider collecting was presented by members of the Partnership. The proposed list was the outcome of an intensive consultation process with all NSOs, and with experts in the field of measuring ICT. It contained three sets of indicators: basic ICT infrastructure indicators, ICT access and usage by households and individuals, and ICT access and usage by enterprises. The core list is to be complemented by a methodological annex.

11. The list of core indicators presented was accepted as an agreed upon outcome of the meeting (see Annex). It will be qualified by a summary of the comments of the delegates, which this document constitutes.

12. A number of questions were raised concerning gender, language of users of the Internet, additional characteristics of users, such as indigenous status, disability, resident status, and geographical location. Questions were also raised about definitions of the Internet, intranets, extranets, LANS, WANS, and web sites. Language was a 'content' issue, which fell within future indicators to be developed. Other additional indicators that were proposed include the use of public pay phones, trade in ICT services, and more indicators on community access. It was also felt that broadband

indicators should distinguish between fixed and mobile. Some of these indicators are discussed below. The other characteristics and definitions were addressed in the discussion of the household and individual indicators and the business enterprise indicators. Feedback from the delegates pointed to the need for more indicators than the core.

13. There was agreement that such a list of indicators:

- Provides useful guidance for countries wishing to start collecting ICT indicators;
- Constitutes the starting point for developing internationally comparable statistics on the information society;
- Should be amended and new policy-relevant statistical indicators added to as experience is gained.

Methodologies and model questions – households

14. ICT indicators require substantial corresponding metadata in order to be fully defined and then incorporated into statistical collection programmes of participating countries. Presentations by the OECD and Eurostat, as well as Germany, Singapore and Egypt offered suggestions on methodologies and metadata associated with the core household/individual ICT indicators proposed earlier. The OECD advice broadly covered: collection methodologies; measurement issues; statistical units; survey scope and coverage; classificatory variables; and, question wording and other metadata corresponding to the core household ICT use indicators. Discussion points included: the appropriate age scope for data on ICT use by households/individuals, and whether a geographic classification and/or an income variable should be included with the metadata. Delegates were invited to provide comments on discussion issues to the OECD.

15. The following conclusions were reached:

- The OECD's methodological suggestions are useful inputs to developing ICT-related household questions and should be made available to all countries.
- The Eurostat Methodological Manual, to be released later this year, will be a useful resource for all countries measuring ICT use by households and individuals and should be made available to all countries.
- Gender information was provided as part of official statistics and other characteristics of people (disabilities, residence status, location...), or of households, could be developed by individual countries.

Methodologies and model questions – enterprises

16. The presentations by OECD, Eurostat, Chile, Philippines, UK, Czech Republic, provided useful suggestions on methodologies and metadata associated with the core business ICT indicators discussed earlier, offering methodological guidance on both the ICT use and ICT sector indicators. In respect of ICT use indicators, information was provided on: collection methodologies for surveys of business ICT use; measurement issues; statistical units; survey scope and coverage; classificatory variables; and, question wording and other metadata corresponding to the core indicators. In respect of the ICT sector indicators, metadata information was provided on: the definition of the sector, definitions of terms used in the indicators, and the definition of ICT goods. Delegates were invited to provide comments on discussion issues to the OECD.

17. An observation that appeared in more than one presentation was the funding of surveys. Part of ensuring the supply of funding was the engagement of the users of the information, the policy Ministries, regulators, and the data suppliers. In developing countries the availability of a reliable business register was a concern.

18. The following conclusions resulted from the debate:

- The OECD's methodological suggestions are useful inputs to developing ICT business modules and surveys and should be made available to all countries.
- The Eurostat Methodological Manual will be a useful resource for all countries measuring ICT use by businesses and should be made available to all countries.

Future and supplementary indicators

19. The overarching issue raised was the need to measure the contribution which the equitable dissemination and utilization of knowledge makes to development (ICT impact indicators). This takes various forms, such as the dissemination of health information which alters healthcare delivery, the provision of e-government services which changes the practice of governance, and the opportunity for Internet users to become e-content providers, which preserves language and other aspects of culture.

20. Delegates also addressed the need to know whether education for ICT usage was available to all groups in society, connecting schools and libraries to the Internet, supporting life-long learning and, in order to develop an ICT skilled population who could use ICT skills at work, in their communities and in other aspects of their lives.

21. Such issues as indigenous status, and language, were matters of significant policy interest in developing countries, and there was support for developing appropriate indicators.

22. Delegates supported an invitation to the Partnership to:

- Bring together appropriate agencies to prepare a plan for the development of new policyrelevant statistical indicators, such as education, e-government, or health; and to
- Introduce the topic of indicators for social development and the information society to policy makers and statisticians attending the statistical meeting that forms part of the World Summit on the Information Society at Tunis.

Capacity Building

23. Building capacity in developing countries' statistical systems is essential to improving the production of official information society statistics and a core objective of the Partnership on Measuring ICT for Development. The 'statistical system' is stressed as not all countries have a centralized statistical office, or NSO, and statistics may be the responsibility of policy ministries, regulators, or special agencies outside of the NSO. The Partnership has prepared a comprehensive framework for ICT statistical capacity building in developing countries covering activities at the national, regional and global levels, to be submitted to interested donor agencies.

24. A useful tool/training material for developing countries' statistical offices will be the "Guide to Information Society Measurement", a comprehensive compilation of methodologies and model surveys developed by the OECD's Working Party on Indicators for the Information Society. The OECD will complete the Guide in time for

the Tunis Summit. The Guide will contain a nonmember annex, containing guidelines about how its recommendations need to be adapted for developing countries.

25. There are a wide range of international statistical capacity building programmes including for example those of the World Bank, UNDP, and UNESCO. Paris21 is a vital forum for the coordination of statistical capacity building, and is supported by many international agencies and bilateral donors. The World Bank supports preparation of National Strategies for the Development of Statistics (NSDS) through Paris21 and the Trust Fund for Statistical Capacity Building (TFSCB) as well as investment (through STATCAP) in comprehensive or sectoral national statistical capacity building projects. National projects on ICT statistics can benefit from these funds, and other ICT projects can also include components to strengthen capacity in ICT statistics compilation. As part of the Marrakech Action Plan (MAPS), the World Bank is co-ordinating an international Household Survey Network which brings together national and international agencies who are involved in survey planning and which might wish to consider addressing the topic of ICT statistics.

26. Following the work on agreeing on a list of core indicators, the Partnership now needs to become more active in the area of specialized training for ICT measurement. Questions that need to be addressed include, who to train, criteria for the selection of countries, as well as how to compile material and administer the needed training. One possible scenario envisages the compilation of training material by the Partnership in collaboration with NSOs by using existing materials (such as the OECD Guide) combined with input that would reflect the reality of the recipient countries. In that regard, a special role is envisaged for regional bodies, such as the UN Regional Commissions.

27. The following conclusions resulted from the meeting:

- The Partnership on Measuring ICT for Development is encouraged to engage in activities to assist the statistical community in developing countries to build, or co-ordinate the building of capacity for the collection of ICT statistics.
- The international community is called upon to provide the necessary support to advance the production of internationally comparable information society statistics in developing countries.
- Capacity building and technical assistance programmes should cover areas such as methodologies and definitions, survey implementation and data collection, data verification, database development and analysis.
- Capacity building for ICT should be integrated with existing activities in statistical capacity building and focus on sustainable systems.
- Training workshops should be conducted for local staff involved in the collection of ICT indicators; and for policy makers and regulators to raise awareness about the importance of indicators for monitoring ICT policies and carrying out impact analysis.
- Based on the successful regional consultations carried out in preparation of this meeting, regional networks and technical working groups should be established or deepened, to advance the development on information society indicators, to continue discussions on indicators, model questions and survey implementation at the regional level and to ensure the harmonisation of ICT data and statistics across countries of the region.
- Developing countries, especially the Least Developed Countries, should be involved in international discussions aimed at developing common approaches

towards the collection of ICT data and statistics and at harmonizing the work on ICT indicators at the global level.

- Internationally agreed indicators and definitions should be used as a basis for data collection to increase comparability between countries.
- Collaboration between different ICT players in the country is crucial in the collection and dissemination of ICT statistics. ICT policy makers and regulators should liaise with their statistical office to ensure that required data are collected.

ICT Indicators and MDG – Benchmarking and Monitoring

28. In addition to ICT access and use indicators, ICT impact indicators are an essential tool for the policy and development planning process.

29. Impact indicators are a long-term process, nonetheless the planning, development and design of ICT impact indicators needs to be factored in during the earliest measurement planning stages. The World Bank M&E tool kit provides a useful tool for countries in developing their measurement framework for monitoring the implementation and impacts of their national strategies. Other international organizations and interested countries were invited to partner with the World Bank and (1) expand and disseminate the toolkit, in particular in non-English languages, and (2) use it in a sample of pilot countries. Further modules of the toolkit, as well

as the results of the partnerships mentioned above, would be presented at WSIS in Tunis.

30. The following conclusions resulted from the debate:

- Even though evidence of ICT catalyzing development is widespread, there is a need to formalize the link between ICT and the development agenda, notably the achievement of the MDGs, especially with regards to measurement.
- Countries may need to develop ICT impact indicators first at the national level. Developing countries have a particularly important need to go beyond baseline ICT indicators and assess how ICT is furthering development. SCAN ICT is an important initiative in this area.
- There is a need for a more formalized mechanism for sharing evidence on ICT impact on development. To this end, the UN ICT Task Force will continue the compilation of case studies with ICT impact indicators analysis. The WSIS global stocktaking database will also be an important mechanism for sharing lessons learned in developing an information society.
- Global composite indices are a useful tool in measuring progress over time toward an information society at the national level but need to be carefully designed and applied when considering rankings and regional/national variances.
- The possibility of developing a "Digital Opportunity Index" based on the core set of indicators defined during this WSIS Thematic Meeting will be further discussed at the WSIS Thematic Meeting on "Multistakeholder Partnerships for Bridging the Digital Divide", to be held in Seoul, 9-10 June 2005.
- Some organizations have undertaken efforts to measure ICT impact on development. It will be important to further collaboration and sharing of lessons

learned on each of these initiatives as part of moving forward to consolidating a framework on measurement of the information society.

WSIS Tunis and beyond – the future of the Partnership

- The outcome of this Thematic Meeting should be brought to the attention of delegates attending the WSIS PrepCom2, to be held in Geneva from 17 to 25 February 2005, for consideration in the final documents resulting from Tunis. The mentioning of the Partnership and its work on indicators in the existing draft document prepared by the Group of the Friends of the Chair (GFC) for discussion at the PrepCom2 is welcomed, and the relevant paragraph should be supported.
- A WSIS Tunis side event on measuring the information society should report on progress made since this Thematic Meeting, in particular as regards the amendment of the core list of indicators to include other relevant sectors, such as education, e-government or health.
- Members of the UN Statistical Commission should be informed of the results of this Thematic Meeting, at their next meeting in March 2005.
- The Partnership on Measuring ICT for Development should continue its valuable work on improving the availability of information society indicators in developing countries by addressing its three main objectives:
 - Further elaboration on a common list of core ICT indicators including on other relevant sectors (such as culture, education, e-government, health);
 - Assisting developing countries in their statistical work on ICT indicators; and
 - Building an international database on ICT indicators and making it available on the Internet.

ANNEX: CORE LIST OF ICT INDICATORS **Infrastructure and access core indicators**

Basic core	
A-1	Fixed telephone lines per 100 inhabitants
A-2	Mobile cellular subscribers per 100 inhabitants
A-3	Computers per 100 inhabitants
A-4	Internet subscribers per 100 inhabitants
A-5	Broadband Internet subscribers per 100 inhabitants
A-6	International Internet bandwidth per inhabitant
A-7	Percentage of population covered by mobile cellular telephony
A-8	Internet access tariffs (20 hours per month), in US\$, and as a percentage of per capita income
A-9	Mobile cellular tariffs (100 minutes of use per month), in US\$, and as a percentage of per capita income
A-10	Percentage of localities with public Internet access centres (PIACs) by number of inhabitants (rural/urban)
Extended core	
A-11	Radio sets per 100 inhabitants
A-12	Television sets per 100 inhabitants

Core indicators on access and use of ICTs by households and individuals

Basic core	
HH-1	Proportion of households with a radio
HH-2	Proportion of households with a TV

HH-3	Proportion of households with a fixed line telephone
HH-4	Proportion of households with a mobile cellular telephone
HH-5	Proportion of households with a computer
HH-6	Proportion of individuals that used a computer (from any location) in the last 12 months
HH-7	Proportion of households with Internet access at home
HH-8	Proportion of individuals that used the Internet (from any location) in the last 12 months
HH-9	Location of individual use of the Internet from all locations in the last 12 months <u>Response categories:</u> <ul style="list-style-type: none"> • At home • At work • Place of education • At another person's home • Free Public Internet Access Centre (specific denomination depends on national practices) • Charged Public Internet Access Centre (specific denomination depends on national practices) • Others
HH-10	Internet activities undertaken by individuals in the last 12 months <u>Response categories:</u> <ul style="list-style-type: none"> • For getting information <ul style="list-style-type: none"> ○ About goods or services ○ Related to health or health services ○ From government organisations/public authorities via websites or e-mail ○ Other information or general Web browsing • For communicating • Purchasing or ordering goods or services • Internet banking or other financial services • For education and learning • For dealing with government organisations/public authorities • For leisure activities <ul style="list-style-type: none"> ○ Playing/downloading video or computer games ○ Obtaining movies, music or software ○ Reading/downloading electronic books, newspapers or magazines ○ Other leisure activities
Extended core	
HH-11	Proportion of individuals with use of a mobile telephone
HH-12	Proportion of households with access to the Internet by type of access from home <ul style="list-style-type: none"> • Response categories should allow an aggregation to narrowband and broadband, where broadband will exclude slower speed technologies, such as dial-up modem, ISDN and most 2G mobile phone access, and which will usually result in a speed of at least 256 kbit/s.
HH-13	Frequency of individual access to the Internet in the last 12 months (from any location) <u>Response categories:</u> <ul style="list-style-type: none"> • at least once a day • at least once a week but not every day • at least once a month but not every week • less than once a month
Reference indicator	
HH-R1	Proportion of households with electricity 1

1. Since electricity is not specifically an ICT commodity, but important nevertheless for developing countries prerequisite for using ICT, it is not included in the core list, but included as a reference indicator, just like the number of households, population, GDP etc. will be.

Core indicators on access and use of ICTs by businesses

Basic core	
B-1	Proportion of businesses using computers

B-2	Proportion of employees using computers
B-3	Proportion of businesses using the Internet
B-4	Proportion of employees using the Internet
B-5	Proportion of businesses with a website (or web presence where the business has control over the content)
B-6	Proportion of businesses with an intranet
B-7	Proportion of businesses receiving orders over the Internet
B-8	Proportion of businesses placing orders over the Internet
Extended core	
B-9	Proportion of businesses accessing the Internet by modes of access <ul style="list-style-type: none"> • Response categories should allow an aggregation to narrowband and broadband, where broadband will exclude slower speed technologies, such as dial-up modem, ISDN and most 2G mobile phone access, and which will usually result in a speed of at least 256 kbit/s.
B-10	Proportion of businesses with a Local Area Network (LAN)
B-11	Proportion of businesses with an extranet
B-12	Proportion of businesses using the Internet by type of activity <u>Response categories:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Internet e-mail • Getting information <ul style="list-style-type: none"> ○ About goods or services ○ From government organisations/public authorities via websites or e-mail ○ Other information searches or research activities • Performing Internet banking or accessing other financial services • Dealing with government organisations/public authorities • Providing customer services • Delivering products online
ICT sector basic core	
ICT-1	Proportion of total workforce involved in the ICT sector
ICT-2	Value added in the ICT sector (as a percentage of total value added)
ICT-3	ICT goods imports as percentage of total imports
ICT-4	ICT goods exports as percentage of total exports